

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FRANCILAINÉ DOS SANTOS LEMOS

OS ASSISTENTES SOCIAIS E O CRAS: CARREIRAS, CONFLITOS E
ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ARACAJU

SÃO CRISTÓVÃO

2016

FRANCILAINE DOS SANTOS LEMOS

OS ASSISTENTES SOCIAIS E O CRAS: CARREIRAS, CONFLITOS E
ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ARACAJU

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia, da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Rios
Petrarca

SÃO CRISTOVÃO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L557a Lemos, Francilaine dos Santos
Os assistentes sociais e o CRAS : carreiras, conflitos e atuação
profissional em Aracaju / Francilaine dos Santos Lemos ;
orientadora Fernanda Rios Petrarca. – São Cristóvão, 2016.
153 f.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2016.

1. Sociologia. 2. Assistentes sociais. 3. Política pública –
Assistência social - Aracaju. 4. Profissões – Aspectos
sociológicos. I. Petrarca, Fernanda Rios, orient. II. Título.

CDU 316.74:364-47(813.7)

FRANCILAINÉ DOS SANTOS LEMOS

OS ASSISTENTES SOCIAIS E O CRAS: CARREIRAS, CONFLITOS E
ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ARACAJU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação de Fernanda Rios Petrarca.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Verônica Teixeira Marques

UNIT

Prof.^a Dr.^a Tânia Elias Magno da Silva

PPGS/UFS

*“Mesmo desacreditado e ignorado por todos,
não posso desistir, pois para mim, vencer é
nunca desistir.”*

(Albert Einstein)

AGRADECIMENTOS

Nenhum obstáculo é grande demais quando confiamos em Deus e quando acreditamos em nós mesmos, pois, somos o resultado do que acreditamos. Por isso, gostaria de agradecer, inicialmente, a Deus, por ter me dado amor, força, calma e persistência nessa longa caminhada de dissertação. Obrigada Senhor, por ajudar-me a enfrentar as minhas limitações biológicas e psicológicas, e os obstáculos e dificuldades que surgiram durante esses dois anos e meio de dissertação. Obrigada pelo apoio nas conquistas alcançadas, pelo reconhecimento e aprendizado deixados através dos meus próprios erros, pois eles serviram de motivação nos momentos difíceis e por não permitir que eu desistisse.

Agradeço, também, à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, e a todos os professores que compõe o quadro docente, pelas contribuições acadêmicas e profissionais proporcionadas ao longo desta dissertação. Agradeço, igualmente, a CAPES, por ter me proporcionado uma bolsa de estudos, através de um recurso econômico, tão necessário para a viabilização e para a dedicação exclusiva ao trabalho, ao longo desses vinte quatro meses de bolsa.

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Fernanda Rios Petrarca, que aceitou ser a orientadora deste trabalho, a quem eu me inspirei como modelo de pesquisadora e professora, e a quem eu devo uma boa parte da minha formação. Obrigada pelas orientações e contribuições proporcionadas ao longo desta dissertação, pois elas foram fundamentais para a construção e organização das ideias que compõe este trabalho.

Gostaria de agradecer de maneira especial aos meus pais, Maria Erivanda dos Santos e Francisco de Assis Lemos, pelo apoio transmitido em mais uma etapa da minha formação acadêmica, ambos se doaram por inteiros e muitas das vezes renunciaram aos seus sonhos, para que eu conseguisse realizar os meus. Sem o apoio de vocês, eu não teria conseguido. Vocês são o meu porto seguro, obrigada pela torcida, por acreditar em mim, pelo apoio incondicional e por todo o amor e carinho recebido.

Aos meus irmãos, Franciel dos Santos Lemos, Franciele dos Santos Lemos e Eloá Jenifer dos Santos Lemos, agradeço pela paciência e pelo incentivo no decorrer desta caminhada. A minha irmã Eloá Jenifer dos Santos Lemos, de maneira especial,

gostaria de registrar o meu profundo agradecimento, pelo seu companheirismo, amor, carinho e dedicação, sempre disposta a me ajudar, mesmo sendo ainda tão pequenina.

Devo agradecer a minha avó, Maria Cecília dos Santos, a minha tia, Eraldina Cecília dos Santos, a minha irmã-prima do coração, Amanda Cardoso dos Santos, por todo o apoio incondicional, por todo amor, por todo carinho, pelas orações, pelas palavras de incentivo, pelas ajudas financeiras quando precisei. Agradeço por vocês estarem do meu lado em todos os momentos da minha vida, compartilhando alegrias, tristezas, desesperos, mas também, muitas vitórias.

Agradeço, também, de maneira especial, as minhas amigas do mestrado, Adrielma Silveira Fortuna dos Santos e Pâmella Synthia Santana Santos, por todo apoio, por todo carinho ofertado e pela torcida da conclusão deste trabalho. Vocês em diversos momentos me incentivaram e me ajudaram, dentro e fora da esfera acadêmica.

Devo agradecer, igualmente, a todos assistentes sociais que me receberam nos CRAS espalhados pela cidade de Aracaju, que disponibilizaram uma parte do seu tempo de trabalho para participar desta pesquisa, seja através da participação nos questionários, entrevistas, relatos de opiniões de experiências profissionais e até mesmo das observações participantes, que forneceram, assim, o material e as informações de que tanto precisava para realização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as carreiras, os conflitos e a atuação profissional de assistentes sociais que atuam em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS de Aracaju. Tratando-se especificamente de assistentes sociais que participam de ações profissionais voltadas para grupos vulneráveis, que posteriormente serão classificados como indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, que são atendidos nestes centros de assistência social. Para dar conta de tal objetivo, é preciso compreender as condições sociais e históricas que possibilitaram o surgimento desta profissão no Brasil, assim como, analisar a inserção destes profissionais no âmbito da construção das causas públicas e das políticas públicas, que demonstra uma preocupação com a condição social destes indivíduos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. É preciso identificar também, como estes profissionais se organizaram em torno dessa problemática, e posteriormente nestas políticas. Como eles foram inseridos nestes centros de assistência social, qual a sua finalidade social e profissional, qual a posição destes profissionais frente à elaboração de políticas públicas voltadas para atores que possuem em sua trajetória um grande número de déficits sociais, assim como é o caso exemplificativo de crianças e adolescentes classificadas em situação de risco ou vulnerabilidade social, assim como, existem idosos, deficientes físicos, e outros grupos que podem necessitar de suporte assistencial por enfrentarem mesmo que pontualmente, algum tipo de situação de risco social. Portanto, irei analisar assistentes sociais que se apresentam como profissionais que lutam por causas sociais, assim como, irei analisar as representações sociais que estes profissionais têm de si mesmo e do mundo social do qual eles fazem parte, além de tentar compreender como se estabelece e como se mantêm a relação entre profissional e política pública. Quais os dilemas e conflitos enfrentados por estes profissionais em seus respectivos locais de trabalho, que são operadores de políticas públicas, mas que também são uma espécie de fiscais do governo, fiscais estes que carregam como causa profissional e social a garantia do bem estar social, promoção dos direitos sociais e a inviolabilidade dos direitos sociais, garantido pelo Estado e vigiado pelo assistente social.

Palavras-chave: carreira profissional, assistência social, profissionalização, políticas públicas, causas públicas.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the careers, conflict and professional practice of social workers who work in Social Assistance Reference Centers - CRAS Aracaju. With regard specifically to social workers who participate in professional actions for vulnerable groups, which will later be classified as individuals at risk and social vulnerability, which are attended these social service centers. To realize this goal, we need to understand the social and historical conditions that made possible the emergence of this profession in Brazil, as well as analyze the inclusion of these professionals in the construction of public affairs and public policy, which shows a concern with the social condition of these individuals who are in a situation of risk and social vulnerability. You need to identify too, as these professionals organized around this issue, and later in these policies. As they have been entered in these social service centers, which their social and professional purpose, what is the position of these professionals facing the development of public policies for actors who have in its history a large number of social deficits, as is the exemplary case of children and adolescents classified at risk or social vulnerability, as there are elderly, disabled, and other groups that may need support care for face even occasionally, some kind of social risk. Therefore, I will analyze social workers who present themselves as professionals who fight for social causes, as I will analyze the social representations that these professionals have of themselves and the social world of which they are part, and trying to understand how to establish and how to maintain the relationship between professional and public policy. What are the dilemmas and conflicts faced by these professionals in their respective workplaces, which are public policy operators, but are also a kind of government tax, tax those that carry as a professional and social cause the guarantee of social welfare, promotion of social rights and the inviolability of social rights, guaranteed by the State and monitored by the social worker.

Key - Words: professional career, social assistance, professionalization, public policy, public causes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

BPC: Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS: Centro de Atenção Psicossocial

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNSS: Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

EAD: Educação a Distância

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

HU: Hospital Universitário

HUSE: Hospital de Urgência de Sergipe

JUC: Juventude Católica

LBA: Legião Brasileira de Assistência

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEB: Movimento de Educação de Base

NIS: Número de Identificação Social

NOB/SUAS: Norma Operacional Básica

NOB – RH/SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PAIF: Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PSB: Proteção Social Básica

PSE: Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade)

SEED: Secretaria de Educação

SEIDES: Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

SEMASC: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

SEMFAS: Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social

SESC: Serviço Social do Comércio

SESI: Serviço Social da Indústria

SNAS: Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

UEFS: Universidade Estadual de Feira de Santana

UEPB: Universidade Estadual da Paraíba

UFS: Universidade Federal de Sergipe

UNEB: Universidade do Estado da Bahia

UNOPAR: Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

SUMÁRIO	11
----------------	-----------

APRESENTAÇÃO	13
---------------------	-----------

1. Construção do Objeto e Problema de Análise
2. Delimitação da Dissertação: Entre uma Sociologia dos Grupos Profissionais e uma Sociologia das Políticas Públicas e das Causas Públicas
3. Direcionamento de Pesquisa e Organização da Dissertação

CAPÍTULO I: AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DE EMERGÊNCIA E DE DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E EM SERGIPE	24
--	-----------

- 1.1. A História do Serviço Social no Brasil
- 1.2. Da Colonização a República
- 1.3. Tipologias de Ajuda
- 1.4. O Brasil no Século XX: Período de Abertura das Transformações Sociais e Políticas
- 1.5. A História do Serviço Social em Sergipe
- 1.6. Dimensão Histórica do Trabalho das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado em Sergipe

CAPÍTULO II: A GESTÃO DOS OPERADORES DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	54
--	-----------

2. 1. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS
- 2.2. Os reflexos atuais da Política Nacional de Assistência Social – PNAS
- 2.3. As Funções do CRAS
- 2.4. O Mundo Submerso da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004

2.5. A Proteção Social Básica

CAPÍTULO III: DE MILITANTES POLÍTICOS A ASSISTENTES SOCIAIS: UMA PROFISSÃO À SERVIÇO DE UMA CAUSA E MÚLTIPLOS SABERES 81

3.1. Recursos Profissionais: Origens Sociais e Capital Cultural

3.2. Profissão e Militância Política: Assistentes Sociais

3.3. A Construção de Uma Causa Pública

CAPÍTULO IV: FORMAS DE ACESSO E ASCENSÃO NA CARREIRA PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS OPERADORES DA PNAS 98

4.1. O Universo dos Assistentes Sociais: Combinações de Recursos e Multiposicionalidade

4.2. Assistentes Sociais por “Vocação”: Profissionais Versáteis

4.3. Assistentes Sociais por “Formação”: Profissionais de Gabinete

CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE I: ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO	121
APÊNDICE II: ROTEIRO DE ENTREVISTA	135
APÊNDICE III: ROTEIRO DE CRAS VISITADOS EM ARACAJU	138
APÊNDICE IV: LISTA DAS ENTREVISTAS	141
APÊNDICE V: TABELAS	142
ANEXO I: INFORMATIVO DE VINCULAÇÃO	150
ANEXO II: INFORMATIVO DE DESVINCULAÇÃO	152

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado uma crescente criação de políticas sociais voltadas para grupos sociais que iram ser posteriormente chamados de grupos de riscos sociais, classificados, portanto, em situação de vulnerabilidade social ou risco social. Diante do novo cenário de abertura para a injunção de políticas sociais que vise à garantia dos direitos sociais, surgiu no universo dos profissionais do serviço social, um novo espaço de atuação profissional.

O Estado preocupado com o bem estar social dos seus indivíduos, e neste caso específico, trata-se de indivíduos que apresentam uma espécie de incapacidade relativa de exercer autonomamente os atos da vida civil. Necessitando-se, portanto, de uma assistência que seja capaz de amparar estes indivíduos, através de uma assistência profissional, conectada aos demais serviços públicos, não se restringindo apenas a assistência social, como também, a saúde, a educação, a cultura e outros segmentos que compõe o Estado de direito.

É interessante enfatizar que a grande maioria dos indivíduos que compõe o grupo dos relativamente incapazes apresentam algum tipo de insuficiência social, política, biológica, econômica e cultural. Onde diante de tal situação foi concedido aos assistentes sociais à legitimidade de ser o técnico de referência para a realização de diagnósticos sociais e para serem os operadores da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. E diante deste cenário surge o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, assim como, os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, que realiza trabalhos com indivíduos no âmbito da proteção social básica.

O “problema social” é algo que faz parte do cotidiano dos assistentes sociais em seus respectivos locais de trabalho, envolvendo desta maneira um quadro de usuários dos serviços assistenciais, que possui características e demandas próprias, como por exemplo, indivíduos classificados em situação de extrema pobreza, indivíduos que sofreram algum tipo de violência, indivíduos com enfraquecimento de vínculos familiares, dentre outras características. Cabe aos assistentes sociais que estão inseridos nos CRAS realizar um trabalho de acompanhamento com esses indivíduos que são

referenciados nestas unidades, onde o principal serviço ofertado é o PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família, além do sistema de gestão do Bolsa Família.

Portanto, é neste cenário que irei delimitar os limites desta pesquisa, que compreenderá uma análise da carreira profissional de assistentes sociais que atuam em CRAS de Aracaju, que conseqüentemente estão ligados as políticas públicas e as causas públicas. Buscando compreender as etapas da carreira e da atuação profissional, assim como, os conflitos entre a realidade profissional versus a PNAS, onde já é possível visualizar alguns indícios de distanciamento entre a política social e a realidade social, e algo ainda mais complexo, a busca pela compreensão desta tríade: **Assistente Social - PNAS – Usuário**, entender como se estrutura esta relação, quais as dificuldades, conflitos e quais os resultados desta relação.

Um aspecto importante, que faz parte da análise de modo geral, é tentar entender quais os principais pré-requisitos para que um indivíduo seja classificado como vulnerável, e quais os elementos sociais que condicionam esta rotulação. Atribuir à situação de vulnerabilidade social há um único fator não é possível, pois alguns estudiosos atribuem a condição de vulnerável levando-se em conta apenas o aspecto econômico, que sozinho não é capaz de definir e determinar tamanha complexidade do termo que gera confusão dentre do próprio corpo profissional.

Sendo assim, para tentar-se chegar o mais próximo da realidade social, se faz necessário a realização de um diagnóstico social dos problemas sociais dos usuários referenciados nos CRAS, onde o assistente social é o profissional habilitado para a elaboração deste diagnóstico social. Realizando esta tarefa a partir de uma ação profissional, que envolve atores sociais e instituições, que buscam não apenas definir uma situação de problema social, que neste caso, trata-se especificamente da situação de vulnerabilidade social ou risco social, mais também, traçar estratégias de enfrentamento deste problema social, assim como, busca-se a garantia dos direitos sociais.

1. Construção do Objeto e Problema de Análise

Esta dissertação, intitulada “Carreiras, conflitos e atuação profissional de assistentes sociais que atuam nos CRAS de Aracaju”, busca analisar as condições

sociais, políticas, profissionais e institucionais que possibilitam assistentes sociais a serem operadores de políticas públicas, entender como eles realizam o processo classificatório de situações de vulnerabilidade social e risco social. Trata-se de analisar, especificamente, a atuação profissional de assistentes sociais que atuam em Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, em Aracaju, mediante a análise do uso do título universitário, para legitimar sua prática profissional, assim como, examinar a carreira e as etapas de socialização profissional, a fim de compreender a forma como estes profissionais enxergam sua atividade profissional e o poder que esta profissão conquistou no cenário dos grupos profissionais, incorporando à sua carreira não apenas os saberes especializados, assim como também os saberes militantes.

Para compreender a figura do assistente social neste cenário de classificação de situações de vulnerabilidade e risco social é preciso analisar a carreira dos assistentes sociais que atuam diretamente neste processo classificatório, analisar como estes profissionais se inserem no âmbito das políticas sociais, assim como, é preciso identificar como estes profissionais se tornaram “técnicos / operadores” de políticas públicas, e como eles utilizam e aplicam as políticas públicas no contexto de vulnerabilidades sociais, mediante os conflitos e dificuldades que eles encontram em seu exercício profissional.

Everett Hughes em seus estudos sobre o processo de formação profissional dos médicos formula a existência de uma *cultura profissional*, constituída não somente pelos conhecimentos técnicos e científicos, mas também por uma visão de mundo particular e específica. Onde tal cultura seria adquirida através do processo de formação profissional, concebido ao mesmo tempo como: 1) uma aprendizagem, 2) uma iniciação e 3) uma forma de conversão. E para compreender o comportamento e a atuação profissional dos assistentes sociais, é preciso apreender o modo particular como os assistentes sociais enxergam o mundo social ao seu redor, para que se possa compreender como aquela carreira profissional se constituiu e como ela conseguiu demarcar seu espaço de atuação através da imbricação dos saberes especializados e saberes militantes, possibilitando uma multiposicionalidade na imbricação da esfera profissional e social.

Portanto, é de suma importância o modo particular como o assistente social enxerga o mundo ao seu redor, como ele organiza suas visões de mundo ao longo de seu processo de socialização e posteriormente a sua formação profissional, que conseqüentemente irá influenciar no desempenho profissional da profissão, sendo

importante compreender as condições objetivas e subjetivas que compõem a carreira profissional.

Segundo Hughes, a *fabricação* de um profissional não incluiria apenas o conjunto das disciplinas aprendidas em seu processo de formação, mas implicaria, sobretudo, numa espécie de *iniciação* ao novo papel profissional e numa conversão à nova visão de mundo que permitirá o desempenho desse papel. Durante este processo, o que se efetua é uma verdadeira *conversão identitária*, que consiste em mudar a si mesmo a partir da incorporação de novas ideias sobre a natureza do trabalho a ser realizado, e da aquisição de competências específicas que possibilitem o seu desempenho em termos de uma *carreira* profissional. Trata-se, desse modo, de *fabricar* em si mesmo e no olhar do outro, uma nova identidade: uma *identidade profissional*. E essa espécie de *impregnação cultural* seria condição fundamental para a construção dessa nova identidade, sendo considerada a base mesmo de todo processo de *socialização profissional* (Cunha, 2004).

A compreensão da carreira dos assistentes sociais mediante o processo classificatório de crianças e adolescentes, assim como, as famílias de modo geral referenciadas em cada CRAS, buscando identificar e classificar em situação de vulnerabilidade e risco social ocorre a partir da análise da atuação profissional destes profissionais do serviço social.

Pretende-se compreender os fatores reais que levam estes profissionais a classificarem estas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Buscando identificar se há uma homogeneidade ou uma divergência, por parte dos assistentes sociais que participam deste processo classificatório. O assistente social em seu exercício profissional recebe uma tarefa árdua, pois este profissional atua diretamente na vida social destas crianças, adolescentes e famílias, cuja profissão e cujo trabalho, consiste em resolver “problemas sociais”, dos quais estes indivíduos são incapazes relativamente de resolver sozinhos, devido às dificuldades de ordem estrutural, social e política que fazem parte de suas vidas.

2. Delimitação da Dissertação: Entre uma Sociologia dos Grupos Profissionais e uma Sociologia das Políticas Públicas e das Causas Públicas

É importante salientar, que esta investigação sociológica permite articular a contribuição de alguns autores da escola interacionista e de seus precursores, como por exemplo, Howard Becker com seus estudos sobre o desvio social, e a “sociologia dos grupos profissionais”.

A partir destas contribuições, é possível traçar um esquema analítico que possibilite uma discussão aprofundada acerca da figura do assistente social, inserido num espaço de conflito social, devido às desigualdades sociais e outros problemas sociais que compõe o universo social dos usuários dos serviços assistenciais, e o universo profissional dos assistentes sociais, que também é marcado pelos conflitos, devido o enorme distanciamento que existe entre a realidade social e o que está assegurado na Constituição Federal, no SUAS, e na PNAS.

Portanto, o principal desafio deste trabalho consiste em apreender as condições objetivas e subjetivas que compõe a carreira destes assistentes sociais, identificando o poder que esta profissão exerce em sua esfera profissional, assim como, analisar as etapas de socialização familiar, escolar e profissional. Permite-se conhecer desta forma, os recursos sociais adquiridos ao longo da carreira, onde esse determinado tipo de conhecimento poderá ser útil na compreensão dos problemas sociais, e em que medida essa socialização primária e secundária interfere na dinâmica da atuação profissional destes atores.

E para dar conta deste desafio, se faz necessário uma análise histórica da profissão, para que se possa compreender as condições históricas, políticas e sociais, que possibilitaram o surgimento da profissão de assistente social no Brasil, cuja finalidade, consistiria em saber em que tipo de solo a semente do Serviço Social foi plantada, especificamente, a assistência social brasileira, que é o meu campo de análise, dos quais emergem assistentes sociais que posteriormente iram ocupar os cargos de técnicos sociais e operadores de políticas público-social.

Buscando analisar a trajetória da profissão no país, compreendendo os processos emblemáticos que possibilitaram o seu reconhecimento perante o Estado, a sua legitimação, regulamentação, o seu poder profissional, e a consolidação de um espaço demarcado de atuação profissional que foi fruto de inúmeros conflitos e lutas que marcam a história do serviço social com muita bravura e reconhecimento social.

Eliot Freidson, em seus estudos sobre os grupos profissionais, segue uma perspectiva fundamentada numa história das profissões, que trata a profissão como sendo uma identidade empírica sobre o qual há pouca base para generalização. Uma vez

que não é uma classe homogênea ou uma categoria conceitual logicamente exclusiva, procura-se entender o papel do saber institucionalizado no mundo, a partir dos seus agentes, onde sua análise se constrói em torno da importância do conhecimento formal e do papel legitimador que as ciências assumem na sociedade moderna. Portanto, a análise histórica e a análise dos grupos profissionais quando articuladas, possibilita uma ampla dimensão da atuação profissional destes assistentes sociais, envolvidos com o processo classificatório de grupos vulneráveis, e com as políticas de assistência social no Brasil.

Assistentes sociais formam um grupo profissional que atuam diretamente no processo de identificação e classificação de grupos vulneráveis, que visa através de sua atuação profissional a proteção da garantia dos direitos sociais fundamentais, para que estes não sejam violados. Sendo assim, acredita-se ser de suma importância a realização de uma análise das carreiras dos assistentes sociais, apresentando-as objetivamente, como uma “seqüência de posições” num ou mais campos da prática social, e subjetivamente, como uma “história pessoal” cujo relato atualiza visões de si e do mundo (Dubar, 1998).

Os assistentes sociais participam de forma direta ou indireta da construção de posicionamentos sociais, que englobam não apenas o ser profissional, mas também um agente politizado, que mediante processos de lutas sociais dão impulso para o nascimento das políticas públicas, especificamente as políticas sociais que tratam dos atores menos favorecidos socialmente, assim como, tem uma atenção maior, para àquelas faixas etárias que são consideradas mais problemáticas, e que merecem uma atenção maior, como é o caso da infância, adolescência e terceira idade.

Através de ações profissionais, os assistentes sociais, mediante o aparato estatal fornecido nos CRAS e pela PNAS, buscam uma possível resolução destes problemas, ou se não for possível, uma minimização destes problemas sociais, numa luta constante por uma melhor condição social desses usuários da PNAS, visando à garantia e a proteção dos direitos destes indivíduos.

Assim, estes profissionais pensam não apenas em aplicar políticas públicas que atendam as necessidades dos desfavorecidos socialmente, mas como também acredita-se estar realizando uma “missão” de diferentes “ordens”: sagrada, social, humanitária, política, judicial, e inúmeras outras ordens que são evocadas por estes assistentes sociais. E o que está em jogo não é a compreensão do porque de tal escolha de “ordem A” ou “ordem B”, mas sim, de compreender como e em que medida essas “ordens”

constituem elementos bases para a consolidação de uma escolha profissional e posteriormente uma ação profissional aditivada que mescla saberes especializados e saberes politizados que foram incorporados a carreira profissional.

Numa análise mais subjetiva da carreira destes assistentes sociais, encontra-se em suas linguagens verbais e corporais um acoplamento de sentimentos de igualdade, fraternidade e liberdade. Trata-se aqui de assistentes sociais que possuem muitas vezes os seus ideais humanitários exteriorizados através de práticas profissionais, através de lutas sociais pelo respeito aos direitos sociais e por políticas públicas mais justas. Percebendo assim um peso importante que essas motivações humanitárias ocupam na atuação e resolução de problemas sociais que eles encontram a todo o momento no seu universo profissional.

É preciso analisar qual influência destes profissionais no processo de sistemas classificatórios de situações de vulnerabilidade e risco social? Como os usuários do serviço recebem esta classificação? Como os assistentes sociais se vêem enquanto operadores de políticas públicas? Como os usuários vêem os assistentes sociais? Como os usuários vêem as medidas adotadas pelos assistentes sociais? Como os assistentes sociais, chamados aqui de operadores de políticas públicas e fiscal do Estado identificam as condições necessárias para a tipificação e a classificação da situação vulnerabilidade e risco social? Como ocorre o processo classificatório? Existem divergências por parte dos profissionais envolvidos na classificação? São alguns questionamentos que serão levantados ao longo da pesquisa, que serve como direcionamento para a compreensão da atuação profissional dos assistentes sociais, mediante o processo classificatório de situação de vulnerabilidade e risco social dos usuários dos serviços assistenciais nas unidades dos CRAS espalhados na cidade de Aracaju.

E para alcançar tal objetivo, é preciso analisar a carreira percorrida por estes profissionais durante sua vida, onde o conceito de carreira permite que andemos do público para o íntimo, e vice-versa, entre o eu e sua sociedade significativa, sem precisar depender manifestamente de dados a respeito do que a pessoa diz que imagina ser (Goffman, 2007).

Segundo Becker, para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si; é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidade, das subculturas delinquentes e das normas sociais, assim

como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento, apenas encarando-as a partir do ponto de vista dos atores.

Considera-se que mais importante do que definir o que é uma situação de vulnerabilidade e risco social, seja identificar quais as circunstâncias que levaram os assistentes sociais a classificarem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por exemplo.

Assim como, identificar quais os passos e as etapas que compõe uma ação profissional voltada para uma identificação para esse tipo de classificação social. Nesta perspectiva relacional da análise do fenômeno, Hughes nos permite perceber a formação da classificação da situação de vulnerabilidade e risco social, como um meio, um recurso e não como um atributo, do qual estes profissionais estão inteiramente envolvidos.

É preciso tomar a classificação de situação de vulnerabilidade e risco social como um ponto de partida para uma análise mais aprofundada do problema, colocando em ênfase a atuação profissional dos assistentes sociais no processo de classificação, assim como, analisar os meios e os recursos que mobilizam tal classificação, além de tentar compreender como funciona e qual o papel da PNAS na vida social dos usuários da política e a relação conflitante entre “assistente social”-“usuário (realidade social complexa)”-“política”.

Utilizo o conceito de carreira para analisar a atuação profissional e os conflitos encontrados no exercício profissional do assistente social, mediante a análise dos percursos e das condições objetivas e subjetivas que compõe a carreira dos assistentes sociais, que por meio de seu exercício profissional realiza a classificação de situação de vulnerabilidade social, acompanhamento com famílias, cuja finalidade, constitui uma ação de fortalecimento de vínculos familiares, monitoramentos de crianças e adolescentes que são atendidas no CRAS, dentre outras atuações profissionais desenvolvidas dentro da unidade assistencial, e do território de abrangência e referência que está localizado cada CRAS.

Os perfis das carreiras dos assistentes sociais permitem compreender a atuação profissional dos assistentes sociais que atuam nestas unidades, por seguir a premissa interacionista da constituição de uma carreira profissional, como uma carreira que é construída através das condições subjetivas e objetivas, assim como, é possível encontrar neste universo a imbricação dos saberes especializados e militantes, a constituição de redes, e que em muitos momentos caracterizam-se como elementos

diferenciais que possibilita às esses profissionais um maior espaço de atuação dentro e fora das instituições.

Estudos que possuem como encaminhamentos de pesquisa uma análise pautada na compreensão de categorias sociais de diferenciações e sistemas classificatórios, articulados com carreiras profissionais e suas respectivas correlações com políticas públicas, possuem uma tarefa árdua, que exige muito cuidado e atenção na hora da reflexão, pois de maneira isoladas já são sistemas complexos que exigem uma decodificação e posteriormente uma compreensão, e por último, entender como estes sistemas funcionam em “processo”, como eles interagem entre si, quais são as suas formas de comunicação, os seus “choques”, suas limitações, e como ocorre o processo de construção da realidade social.

Qual o papel da política e do assistente social frente aos inúmeros problemas sociais. Será que existe um descompasso da realidade social com a própria política, e o que impede essa aproximação. São alguns questionamentos que irão englobar este estudo, e que permitirá compreender de modo geral esta “muralha” (assistente social/usuário/ PNAS) buscando evidenciar o que está por traz dos muros das unidades assistenciais, que serão analisadas através desta tríade.

É preciso descobrir diretamente que significados os assistentes sociais, atribuem a condição dos usuários da PNAS, que estão sendo referenciados pela proteção básica, que estão portanto, sendo atendidos nos CRAS. Como já citado anteriormente a condição de vulnerabilidade social ou risco não pode levar em consideração apenas como fator único o aspecto econômico. A pobreza nem sempre é credencial de acesso a um estado de vulnerabilidade social ou risco social.

Por isso, é preciso ter cautela e cuidado na busca de dados e nas interpretações que fazemos com esses dados. Pois alguns autores de metodologia de pesquisa, e a própria vivência de pesquisa do pesquisador aponta que a apreensão de um objeto sociológico, que também é um objeto social, não será dada, ele precisa ser construído, e para tal construção, em primeiro lugar ele precisa ser conhecido, para que depois possa ser interpretado e compreendido.

3. Direcionamento de Pesquisa e Organização da Dissertação

O principal objetivo desta dissertação consiste em apreender as condições da formação da carreira profissional dos assistentes sociais que atuam em Centros de

Referência da Assistência Social – CRAS, em Aracaju, compreender a atuação profissional, a partir da compreensão das etapas do processo de socialização profissional destes profissionais, assim como, apreender as visões de si e do mundo que são colocadas em suas respectivas práticas profissionais. O segundo objetivo deste trabalho consiste em compreender como os assistentes sociais que atuam em CRAS, mesclam seus saberes especializados e militantes em seu universo de trabalho, levando em consideração o seu diálogo com a construção de causas públicas, a relação estabelecida com a PNAS, quais os conflitos ocasionados através do descompasso da realidade social com o que está na política, dentre outros elementos que irão compor o cenário da tríade (assistente social/usuário/ PNAS).

O primeiro capítulo tem por finalidade apresentar as condições sociais e históricas que proporcionaram o surgimento do Serviço Social no Brasil e em Sergipe. A análise levará em consideração as características iniciais da profissão, as quais permitem demonstrar às condições de acesso a profissão, sendo abordadas desde o desenvolvimento das primeiras práticas de ajuda aos mais necessitados, até o crescimento do Serviço Social como uma profissão reconhecida pelo Estado, e que possui um espaço de atuação profissional reconhecido profissionalmente e socialmente.

Portanto, a abordagem histórica, além de permitir visualizar a estruturação mais geral do Serviço Social no Brasil e em Sergipe, permitirá apreender o processo de transformações que a profissão sofreu ao longo da história, assim como, permitirá mostrar como esta profissão consolidou seu espaço de atuação profissional. Demonstrando que mesmo o serviço social ser hoje visto sobre a perspectiva dos direitos, do qual o Estado se comprometeu em garantir o bem estar social dos indivíduos na atualidade, ainda encontra-se no meio do imaginário dos usuários dos serviços assistenciais a imagem do assistente social como um ser “bonzinho”, que irá “ajudar” os mais precisados socialmente.

E para compreender o motivo pelo qual essa visão ainda existe, mesmo que seja algo apenas fruto da cabeça dos usuários, ajuda a compreender como a política funciona neste país, mesmo que ela venha vestida de modo burocrático e institucionalizado, em seu interior revela-se algo que não é tão novo assim, como o clientelismo, além de um certo controle político exercido sobre os beneficiários do bolsa família, além de outras especificidades deste universo, que é possível fazer através da compreensão dessa linha do tempo que marca a história do serviço social, e especificamente a história da assistência social brasileira.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, apresentando os seus principais objetivos, as suas diretrizes, as suas funções, como ela se estruturou no cenário das políticas públicas. Buscou-se conhecer e compreender o território e a dinâmica da PNAS, para que se fosse possível, posteriormente, compreender a atuação profissional dos assistentes sociais que atuam nos CRAS. Pois eles trabalham com a Proteção Básica, que compreende a parte da política que trabalha com a prevenção dos riscos sociais e com o fortalecimento dos vínculos familiares. Acredita-se, ser indispensável à compreensão da estruturação e da operacionalização desta política social, pois é através dela que o assistente social torna-se um profissional viabilizador dos direitos sociais e um mediador dos conflitos sociais.

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar a relação entre militância e profissão, de assistentes sociais que lutam em defesa das causas públicas. Considerando que uma das dimensões profissionais que compreende a competência profissional dos assistentes sociais está ancorada na dimensão ética - política da profissão, cujas condições sociais, políticas e econômicas produziram uma aproximação do Serviço Social com as causas públicas. Logo, o resultado da “ação político-profissional” dos assistentes sociais, relaciona-se com a dimensão organizacional da atuação profissional, que compreende um poder que legitima o saber técnico adquirido através do diploma universitário, assim como, uma militância e uma prática política adquirida ao longo do processo de socialização familiar, escolar e profissional que constitui a carreira profissional dos assistentes sociais que lutam pelas causas públicas.

O quarto e último capítulo têm como objetivo compreender as formas de acesso e ascensão na carreira profissional de assistentes sociais operadores da PNAS. Compreender o seu universo profissional, a partir da análise de carreira, apresentando um quadro geral das características dos assistentes sociais, com o intuito de mostrar a sua composição social, os critérios de atuação profissional, os recursos sociais acionados, suas percepções de profissão e de sociedade e situar como é construída e estabelecida a tríade: assistentes sociais – PNAS - usuários dos serviços assistenciais.

CAPÍTULO I: AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DE EMERGÊNCIA E DE DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E EM SERGIPE

As condições históricas e sociais de emergência do Serviço Social no Brasil e em Sergipe possuem conexão direta com as transformações sociais e políticas que marcam a história da sociedade brasileira. Em um contexto de intensas transformações sociais, as relações sociais e as representações sociais passam a ser objeto de análise de alguns agentes sociais, que mais tarde se tornaram profissionais do Serviço Social.

À medida que essas transformações ocorreram na sociedade, em consequência de pressões sociais, políticas e econômicas desenvolve-se uma prática social, que visa uma intervenção social no cenário em que surgem diversas questões sociais, que mais tarde se caracterizará como uma profissão, que possuirá como meta, a luta pelos direitos sociais dos indivíduos que se caracterizam como incapazes relativamente, assim como, todos os grupos vulneráveis que possuem a necessidade de ser assistido socialmente.

É no âmbito da assistência social, que o terreno da profissão do Serviço Social começa a ser formado, e dentro deste quadro de novas demandas sociais, ocasionou-se a abertura do espaço de construção e consolidação do Serviço Social. Enquanto uma profissão que passa a ser reconhecida e legitimada pelo Estado e que recebe, principalmente no âmbito da assistência social, no primeiro momento, uma maior visibilidade social no quadro da atuação profissional do Serviço Social.

A compreensão do domínio da esfera do Serviço Social ganha fôlego socialmente através da relação operacional de “ajuda aos outros”, onde se faz necessário a compreensão do contexto político-social e das causas das necessidades sociais que condicionam a ideia de ajuda aos outros. Assim como, é preciso compreender a natureza da ajuda e da função desta profissão.

No desenrolar da atuação profissional que está condicionada a uma função própria, que difere de outro qualquer trabalho, o Serviço Social possui como objetivo estudar formas de melhorar a condição social de indivíduos que se encontrem na condição de vulnerabilidade social ou risco social, através da garantia dos direitos sociais. A partir de uma estrutura operacional que viabiliza a propagação de ações

sociais voltadas ao seu público alvo, que são normalmente os usuários de políticas públicas, que estejam em situação de vulnerabilidade social ou inferioridade, das quais os assistentes sociais participam de forma ativa na elaboração, e na aplicação das políticas públicas, sendo chamados até de “gestores” de políticas públicas.

A função e a atividade profissional desenvolvida pelos profissionais do Serviço Social, está ancorada num terreno múltiplo de inserções profissionais, que possibilita ao profissional diversas entradas no campo das questões sociais. Sejam elas através de uma natureza da ação inscrita num modelo autoritário, permissivo, capacitador, conscientizador, beneficente, auxiliador, e dentre outras formas de desenvolver algum tipo de “ajuda aos outros”.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de compreensão de como a ideia de “ajuda aos outros” foi sendo construída pelos profissionais do Serviço Social, cuja finalidade, ainda é desconhecida. É preciso ter um conhecimento aprofundado do contexto político-social do surgimento do Serviço Social no Brasil, para que se possa compreender como as práticas profissionais foram sendo estabelecidas ao longo do processo de institucionalização e regulamentação da profissão no Brasil e em Sergipe.

1.1. A História do Serviço Social no Brasil

O Serviço social, como enfatiza Vieira (1989), não se desenvolveu em todos os países e em todas as épocas da mesma maneira, o contexto social, político e econômico influenciou a direção dos agentes profissionais em cada momento histórico. Para compreender a carreira profissional dos assistentes sociais, é preciso compreender os aspectos históricos que possibilitaram o aparecimento da profissão no Brasil, assim como, é preciso compreender como o Serviço Social passou da imagem de “caridade” e “ajuda aos pobres”, para uma profissão reconhecida socialmente pelo Estado. Como ocorreu o processo de institucionalização e regulamentação, que possibilitou a esta categoria profissional um controle e um poder do conhecimento técnico-científico adquirido através do uso do título acadêmico em seu exercício profissional.

Quando o assistente social tem uma percepção da realidade influenciada por uma situação histórica, pode procurar servir-se do Serviço Social para atingir

objetivos que lhes parecem certos, porque os vê através do prisma de determinada doutrina, que pode ser baseada em concepções humanistas. [...] Não são mais os valores humanistas do Serviço Social que orientam a ação, mas as *opiniões* do assistente social sobre a situação, opiniões estas que ele procura racionalizar pelo seu sistema de valores e que vão ditar suas atitudes e comportamentos em relação a seu papel como assistente social e ao do Serviço Social, dentro da situação em que se encontram. Procurará então suscitar instituições sociais, econômicas ou políticas para chegar aos fins almejados e considerar os valores da sociedade como sagrados. Dentro dessa perspectiva, torna-se o Serviço Social uma ideologia que pode estar a serviço de determinada doutrina à escolha do assistente social. (VIEIRA, 1989)

No que concerne a questão da realidade social vivenciada pelos assistentes sociais em seu exercício profissional, é recorrente a imagem da propagação de um Serviço Social engajado, militante e principalmente ideologizado. Onde os limites dos interesses profissionais e pessoais, muita das vezes não estão delimitados e esclarecidos socialmente, ocorrendo desta forma, confusões acerca da representação profissional impostas pelos assistentes sociais em seu exercício profissional.

As influências que marcam a história do Serviço Social precisam ser apreendidas e analisadas de maneira cuidadosa, para que não ocorra, a disseminação de ideias pré concebidas sem embasamento teórico e empírico que pouco ajudam na compreensão da história do Serviço Social, e mais especificamente na história da assistência social brasileira.

Desde o surgimento do Serviço Social como uma profissão, apresentou-se a imagem de um Serviço Social carregado de vários aspectos ideológicos, que procurava levar a instauração de uma determinada ordem social. Porém, este carregamento de aspectos ideológicos, poderá trazer ao assistente social uma percepção falha da realidade social e profissional, do qual, estes profissionais estão inseridos numa esfera de atuação profissional, inscrita talvez, num modelo ideológico científico. A verdadeira natureza da realidade social e profissional, só será apreendida a partir do momento que, “o Serviço Social não se apoiar em ideologias científicas e, muito menos, procurar, por uma consciência ingênua, movimentos ideológicos não científicos ou anti-científicos” (Vieira, 1989).

O Serviço Social quando pensado sob a ótica do senso comum comporta diversas interpretações e finalidades. Mas, esse mar de interpretações e finalidades que são atribuídas a esta profissão não é o mais importante para se compreender a sua história e o seu processo de reconhecimento enquanto uma profissão. Diferente de

muitas profissões, o Serviço Social teve em sua origem uma doutrina religiosa como instrumento que capacitava inicialmente mulheres, para realização de trabalhos sociais ligados a Igreja. Inicialmente existia uma ideia muito forte fomentada pela própria Igreja de formar um pelotão de mulheres que seriam missionárias da Igreja e que também contribuiria para a consolidação e manutenção das práticas de ajuda.

1.2. Da Colonização a República

O processo de análise da ideia de “ajuda aos pobres”, praticada pelos assistentes sociais, possui raízes profundas na história da profissão no Brasil. E para compreender esta prática, é preciso compreender o que era a sociedade e o Brasil no momento do surgimento da profissão.

No início, com o período pré-cabraliano, o que se sabe do país, são as informações acerca da existência das tribos indígenas, cujas características se resumiam a uma sociedade mítica, na qual os elementos da natureza e os acontecimentos eram sacralizados, onde a tribo e a família patriarcal eram instituições sociais auto-suficientes, que conseguiam atender as suas próprias necessidades sociais, sem a ajuda de elementos externos aos seus sistemas sociais.

Muitos historiadores e estudiosos das ciências humanas de modo geral, afirmam que a sociedade colonial quase nada aproveitou da cultura de tribos indígenas, importando desta forma, os costumes da Europa e principalmente de Portugal. As principais características que caracterizavam a sociedade naquele momento, segundo Vieira (1989), eram:

- 1) Existência da família patriarcal, abrangendo além de pais e filhos, avós, tios, filhos casados, parentes solteiros ou sem meios de subsistência. Assim, crianças órfãs, velhos sem arrimo, agregados, etc., encontravam na família proteção e sustento.
- 2) Economia de subsistência – a família produzia o que lhe era necessário, desde o alimento até o vestuário, móveis e apetrechos domésticos.

- 3) Predominância do latifúndio e da monocultura ou de atividades extrativas, cujos produtos se destinavam à exportação.
- 4) Regime de trabalho escravo, onde a mão-de-obra não era um fator de produção, mas um mero instrumento.
- 5) Cidades pequenas, esparsas, centros administrativos de pouca vida.

A situação do Brasil naquele momento poderia ser caracterizada como um país, que ainda não possuía em vista um estágio de desenvolvimento científico e tecnológico marcado em sua história nacional, assim como, sendo uma característica encontrada na maioria das sociedades do mundo ocidental. O Estado de subdesenvolvimento encontrado no país naquele momento trazia à imagem da formação de um país, inicialmente marcado pela ação dos colonizadores, que fizeram deste país, sua fonte de acúmulo de riqueza, e de imposição da cultura européia como forma de controle social e político da terra colonizada.

A Igreja, da época da colonização até a república, possuía um grande prestígio social, político e econômico, e não apenas era reconhecida pela sua função sacramental e religiosa, que amparava suas ações em torno das questões dos mais necessitados, a partir do desenvolvimento da ideia de ajuda aos pobres, que foi bastante difundida pela igreja. No entanto, a função e a ação da igreja foi muito além da ideia de ajuda aos pobres, ela como forma de governo “era fiscalizadora e tributária” (Vieira, 1989).

Nos primeiros séculos de existência do país constata-se a ausência de obras assistenciais, sociais e políticas, assim como, não eram encontradas instituições educacionais que pudessem contribuir para o processo de desenvolvimento social, político e econômico, do qual, o país tanto precisava para poder se desenvolver. A família neste período ocupava um lugar muito importante na sociedade, devido ao prestígio adquirido socialmente, por ser o lugar onde os membros da família podem buscar ajuda, assim como, podem ajudar outras pessoas que façam parte de seu círculo de relações sociais.

A família, portanto, se constituiu como uma instituição social, que possuía muito poder e controle social sobre seus membros, proporcionando não apenas “ajuda”, mas também, realizando troca de favores quando conveniente aos seus interesses familiares, que se relacionavam também a interesses de ordem social, política e econômica.

Portanto, a família conseguia agregar os indivíduos socialmente, através do desenvolvimento de um sistema completo e unificado, que fazia da família uma instituição social solidificada e com raízes profundas, devido o desenvolvimento de uma autonomia social e política, em relação às demais instituições sociais, assim como, foram sendo estabelecidas as relações de interdependências entre os membros da família, como forma de unificação e fortalecimento do grupo, diante da construção da ideia de pertencimento social.

“O engenho ou a fazenda constituía, diz Sérgio Buarque de Holanda, um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam as missas, tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores e aquela com que se recebiam os hóspedes, freqüentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da pesca proporcionada no próprio lugar. Também no lugar, montavam-se serrarias de onde saía acabado o mobiliário, os apetrechos do engenho, além das madeiras para as casas”. (apud: VIEIRA, 1989)

Segundo Vieira (1989), no século XIX, com a Independência, a situação começa a mudar. Embora a família patriarcal continuasse a existir com as mesmas funções e permanecessem o latifúndio, a monocultura e a escravidão, esboçam-se os primeiros esforços de urbanização e industrialização.

Até aquela época, as cidades nunca tiveram uma importância marcada no desenvolvimento do País, eram centros administrativos e festivos apenas. A classe mais alta da sociedade naquele momento eram os senhores de engenho, que não residiam na cidade, mas nas fazendas e nos engenhos, que vinham à cidade apenas para as festas e comemorações, e quando ausentes, suas casas citadinas permaneciam fechadas.

A população das cidades consistia em “traficantes”, negociantes, geralmente portugueses, pequenos artesãos, escravos libertos, alguns profissionais liberais e os funcionários do Reino que administravam a Colônia.

No final do século XIX, o cenário brasileiro passa por algumas transformações sociais e políticas, a começar pela abolição da escravatura, e pelo aparecimento do trabalho livre e assalariado, como consequência das transformações sociais ocorridas naquela época.

As transformações sociais e políticas levam ao cenário brasileiro elementos das classes dominantes nacionais, estabelecendo-se uma relação direta com a República uma política de oligarquia e clientelismo, das quais deixaram marcas políticas profundas na sociedade brasileira.

E quanto à esfera econômica do país, ela foi sendo desenvolvida aos poucos, com a construção de um mercado interno, embora a economia nacional continue vinculada a um mercado externo. Tais mudanças provocaram inúmeras transformações na sociedade brasileira, onde a abolição da escravidão e o processo de industrialização especificamente deram origem ao chamado êxodo rural, que se caracterizou pela grande quantidade de mão-de-obra rural e não qualificada nas cidades de maneira descontrolada.

Além das funções religiosas, constituídas de ações sacramentais e missionárias, a Igreja, no início da colonização ocupou-se principalmente em se aproximar e assistir as populações indígenas, como ela já havia feito na América Espanhola. Diante do aparecimento e do crescimento das cidades no país, ordens e congregações religiosas abriram escolas de primeiras letras, destinadas as classes populares da colônia, e em contraste a esta realidade, as crianças das classes altas daquela época, eram educadas em casa, por preceptores, ou por governantas inglesas ou francesas que eram trazidas ao Brasil para educar os filhos da classe alta em suas respectivas residências de maneira exclusiva. E a partir do final do século XIX apareceram os primeiros colégios no país, destinados inicialmente para a classe alta.

Segundo Vieira (1989), o Estado mantinha-se ausente de qualquer empreendimento que não fosse administração econômica e política da Colônia. E com a chegada da Família Real, apareceram as primeiras legislações e atuações do governo no campo da educação, que se desenvolveria ao passar do século e levaria ao Estado mais tarde a abrir escolas e colégios públicos para a sociedade de maneira geral.

Os aspectos relacionados à cultura na Colônia poderiam ser resumidos inicialmente a imposição da cultura européia, através da importação em massa dos costumes europeus para a Colônia, de maneira impositiva e preponderante no cenário da colonização, cujos nativos, não possuíam grandes alternativas de recusa.

1.3. Tipologias de Ajuda

Vários tipos de ajuda poderiam ser encontrados, no período que compreende a Colonização até a República no Brasil. Como afirma Vieira (1989), existiam aproximadamente quatro tipos de ajuda, são elas, *ajuda da família*, *ajuda mútua*, *ajuda coletiva* e *ajuda aos desamparados*.

A *ajuda da família* poderia ser caracterizada, como aquela realizada de maneira eficiente nas casas-grandes dos engenhos e nas fazendas, assim como, poderia ser encontrada nos sobrados das cidades. A *ajuda mútua* caracterizada inicialmente, por uma ideia originalmente vinda de Portugal, que quando chega ao Brasil recebe outro nome, conhecido como “mutirão”, que se caracterizava pela ação de vizinhos que se propunha a ajudar os demais vizinhos, que necessitava de algum tipo de auxílio ou ajuda de maneira geral. Sempre de maneira simpática e gentil, mas com a intenção de que a ação de ajuda ao outro, poderia ser retribuída quando houvesse a necessidade da retribuição.

A ideia do mutirão foi bastante difundida, principalmente na ocasião das grandes safras e nas lavouras das plantações, das quais reuniam um grande número de trabalhadores agrícolas. Ao final da realização das tarefas de trabalho do dia, normalmente, o dono do trabalho oferecia aos seus trabalhadores, bebidas e comidas, e logo em seguida acontecia sempre um momento de descontração, e de alegria, onde os trabalhadores além de comer e beber, começavam a cantar e a dançar, durante a confraternização do final do dia de trabalho. E era comum também entre os escravos, a disseminação de práticas de ajuda mútua, onde os escravos costumavam ajudar-se no preparo da roça, nas safras, na casa grande, e dentre outras tarefas que eram realizadas coletivamente.

Foi através das Irmandades e das Confrarias, que a ajuda mútua se consolidou, enquanto um tipo de ajuda mútua que possuía um caráter organizado e reconhecido socialmente entre os membros da sociedade. As Irmandades e as Confrarias apresentavam-se como organizações religiosas, cuja finalidade consistia no propósito da realização de um culto a Deus e a um santo padroeiro, que conseguisse unir os “irmãos” através da disseminação da ideia de fé, de fraternidade, solidariedade e ajuda para com seu próximo.

As irmandades desempenhavam uma espécie de auxílio para a comunidade carente, que necessitava da sua ajuda, através da oferta de serviços assistenciais desenvolvidos com a finalidade de possibilitar uma melhora das condições de vida dos “irmãos” mais necessitados socialmente.

A *ajuda coletiva* representa caracteristicamente, o que hoje, chamamos de organizações comunitárias, onde as pessoas se unem em torno de uma causa, uma construção social, uma luta ou um problema social em comum, e que diz respeito à comunidade de maneira geral.

A *ajuda aos desamparados* caracterizava-se, por ser um tipo de ajuda direcionada as pessoas que não tinham ninguém que as pudessem ajudar, sendo pessoas sozinhas e sem recursos. Existiam diversas maneiras de se encontrar a prática de ajuda aos desamparados nos espaços públicos das cidades, dentre elas: Primeiro, *as esmolas* dadas nas igrejas, ou na frente delas, como também eram encontradas este tipo de prática nas praças públicas, nas ruas e nos locais onde os mendigos estivessem instalados pedindo ajuda.

Segundo Vieira (1989), ao contrário da Europa, a miséria era muito maior nas cidades, onde as famílias não podiam ser auto-suficientes. Ocorrendo desta forma, um número muito grande de mendigos de ambos os sexos e todas as idades espalhados pelos locais públicos das cidades. Ocorria nas igrejas matrizes e nas capelas dias fixos, principalmente pela ocasião de dias festivos, onde a igreja celebrava a festa da padroeira ou do padroeiro da cidade, realizando a distribuição de mantimentos e de vestuários para os mendigos e a comunidade carente de maneira geral.

Resultando no aparecimento de instituições no Brasil, como por exemplo, chamadas de “Pão de Santo Antônio”, “Sopa dos Pobres”, e dentre outras instituições que já era comum em Portugal, e que acabaram sendo trazidas para o Brasil ao longo do processo de importação dos costumes e da cultura européia.

Segundo, *as promessas* de esmolas realizadas por pessoas abastadas da sociedade, que podiam fazer promessas e doações para os mais necessitados. O cumprimento das promessas ocorria normalmente no período de festas, por motivos de interesses pessoais das quais estas pessoas mais abastadas possuíam por trás do ato de ajudar os mais necessitados. Existia o desejo de tornar a imagem daquele que fazia essas

promessas e doações de ser uma pessoa “generosa” que estava preocupado com os mais necessitados, dentre outros interesses que estavam em jogo na sociedade daquela época.

Um terceiro tipo de ajuda aos desamparados se chamava de *recolhimentos* para velhos e enfermos, crianças órfãs ou abandonadas, dentre outros tipos de recolhimentos de grupos vulneráveis. Eram recolhidas nas “casas de expostos”, principalmente crianças, que eram abandonadas em uma roda, também chamada de “roda dos expostos”, onde a criança era deixada em uma roda, e a pessoa que deixava a criança rodava a abertura da rua para o outro lado, portanto para dentro da casa, onde a criança era recolhida, cuidada e educada.

E desta forma, os pais que deixavam suas crianças nas “casas de expostos”, perdiam contato total com suas crianças, e a instituição também não possuía meios de identificar os pais das crianças deixadas lá na casa, vivendo desta maneira no anonimato total.

O quarto tipo de ajuda aos desamparados era oferecido nas *Santas Casas de Misericórdia ou nas Irmandades da Misericórdia*, que também foi trazida de Portugal, com o objetivo de realizar caridades no cenário de miséria, do qual se encontravam inúmeras pessoas. Estas instituições realizavam ações que abrangiam todas as esferas de miséria que pudessem ser encontradas no universo social daqueles indivíduos, desde a ajuda para enterrar os mortos, que não tinham ninguém para se apoiar, até a educação e cuidados de crianças abandonadas, idosos inválidos, enfermos e, moças sem família que as irmandades preparavam para se casarem e construírem suas próprias famílias.

As Santas Casas constituíram sempre uma característica das cidades brasileiras até a República. Quando se fundava uma cidade tratava-se logo de levantar uma capela e uma Santa Casa. Todas prestaram grandes serviços à população; algumas como, as Santas Casas de Santos e do Rio de Janeiro, se distinguiram tanto no auxílio ao combate às doenças e epidemias como no progresso da medicina no País. Os serviços médicos eram prestados gratuitamente, e a enfermagem confiada a religiosas. Muitos desses estabelecimentos foram e ainda são considerados como hospitais de clínicas para estágios dos acadêmicos de medicina. (VIEIRA, 1989:136)

O quinto tipo de ajuda aos desamparados era conhecido como *auxílio à pobreza envergonhada*, como alguns pesquisadores classificaram, devido o desejo das senhoras de famílias mais abastadas desejarem manter seu padrão de vida elevado. Esse tipo de

ajuda difere um pouco das demais citadas nesse texto, porque foi um tipo de ajuda que apareceu mediante o declínio da escravidão, onde as famílias antes abastadas não mais puderam manter-se nas suas fazendas. Resultando numa ida para a cidade, porém sem meios concretos de subsistência, que pudessem garantir os mesmos padrões sociais que eram levados quando se vivia na fazenda.

Diante da necessidade dessas famílias desejarem manter a aparência, surgiu a expressão “moços de ganho” ou “negros de ganho”, que eram em geral, escravos ou libertos que trabalhavam nas ruas vendendo balas, doces, bordados, enxovais de noivas e de crianças, roupas de cama e mesa, cortinas e etc. Feitos em casa pelas suas patroas, que eram suas senhoras, que encontraram nesta prática comercial uma maneira de manter a aparência, através dos lucros das vendas e encomendas que eram conseguidos através do trabalho realizado pelos escravos nas ruas, onde eles comercializavam os produtos de suas senhoras.

A análise da existência desses vários tipos de ajuda permite compreender, a realidade social do Brasil naquela época, mostrando como as relações sociais eram estabelecidas e condicionadas aos aspectos sociais, políticos e econômicos daquela sociedade naquele período.

A caridade se constituía como afirma (Vieira, 1989), como “uma virtude que beneficiava espiritualmente quem a praticava e não uma ajuda para quem a recebia”, ou seja, a existência de práticas de ajuda e de caridade de maneira geral, está ancorada inicialmente com a posição de classe das pessoas que realizavam diversos tipos de ajuda aos mais necessitados e carentes socialmente.

“Um aspecto central, não somente do humanismo, mas da humanidade ou dos valores humanos é a noção de caridade. [...] A caridade é uma virtude que foi colocada acima de todas as coisas aos companheiros cristãos e, às vezes, apresentada como exclusivamente associada ao cristianismo. [...] Dessa forma, tanto os pobres como a igreja eram atendidos. Na Cristandade, a pobreza era considerada um estado sagrado. O que não significa que nessas culturas, não se aspirasse riqueza, luxo. Na verdade, como autojustificativa, os ricos se consideravam necessários para sustentar os menos afortunados, assim como as nações mais ricas são necessárias para socorrer as pobres”. (GOODY, J.)

Portanto, uma das formas das pessoas de classe alta se sentirem mais enobrecidas e reconhecidas socialmente, é mostrando o desenvolvimento dessas práticas de ajuda, que serve como um caminho para a busca pelo poder e reconhecimento social, das quais muitas dessas pessoas se preocupam em conquistar, como forma de obter e manter o status social de uma família abastada que realiza ajuda aos mais carentes e sem recursos.

Esse costume, oriundo desde séculos passados ainda é encontrado na sociedade atual. É comum no Brasil encontrarmos grandes famílias, grupos e suas respectivas redes comandando e explorando determinado universo econômico, que gera uma fonte de riqueza exorbitante. Mas que não lhes basta apenas à geração de riqueza, as grandes empresas investem na aérea social como instrumento que solidifica e enaltece a imagem dessas empresas.

Com a disseminação da imagem de empresas que se “preocupam” com aqueles que necessitam de algum tipo de assistência social, percebe-se que esse tipo de prática possui heranças do passado, sendo uma prática que atravessou alguns séculos da história social. Ocorreram algumas mudanças na maneira como as tipologias de ajuda passaram a se apresentar, hoje um pouco mais refinada e até mesmo em alguns espaços mais burocratizadas, mas internamente o seus significados são bastante similares a épocas passadas.

1.4. O Brasil no Século XX: Período de Abertura das Transformações Sociais e Políticas

Ocorreram algumas mudanças na sociedade brasileira embora ainda continuasse a predominância do latifúndio, apareceram às primeiras propriedades de pequeno e médio porte, a partir da chegada dos emigrantes no sul do Brasil.

Nas cidades, a família continuava a ser vista como símbolo de liderança e controle social por parte de seus membros, assim como, continuava a ser caracterizada como uma família conjugal, conservadora e patriarcal que concentrava suas ações, no exercício de práticas sociais e políticas que demonstrasse seu poder, sua autonomia e

influência, frente os demais membros familiares e os diversos segmentos da sociedade, dos quais eles possuem algum tipo de vínculo.

Com o advento da República e a separação da Igreja do Estado, a Igreja desenvolve maior atuação no campo social: numerosas congregações religiosas – espanholas, portuguesas, alemãs e francesas, estas expulsas do seu país, pela Lei Combes, em 1904 – dedicaram-se a toda espécie de obras sociais: creches, colégios, berçários, jardins de infância, orfanatos, asilos, patronatos, etc. Muitas eram patrocinadas por senhoras da sociedade que promoviam chás, quermesses, tômbolas, desfiles de modas, etc., para angariar fundos para o sustento das obras, como também trabalhavam na sua administração. (VIEIRA, 1989:137)

Com a Revolução Industrial e o progresso tecnológico, o Brasil passou por inúmeras transformações sociais, que resultou na década de 30, numa série de medidas de criação das Leis Trabalhistas e da Previdência Social por parte da iniciativa governamental, representando desta forma, um grande avanço social e trabalhista para aquela época. E no que concerne, o campo da assistência social evidencia-se, que a compreensão das práticas assistenciais só poderá ser compreendida a partir da análise das mudanças ocorridas na sociedade brasileira.

O processo de industrialização, o crescimento da população urbano-industrial, e a intensa divisão do trabalho, geraram na sociedade brasileira uma nova maneira de regular as condições sociais e políticas dos membros daquela sociedade, assim como, surgiram novos problemas sociais, a partir da nova configuração social criada pelo Estado.

Apresentando a linha de pensamento de Matos (2010), que enfatiza “a assistência como uma peça fundamental no processo de legitimação do Estado”, percebe-se uma mudança de estratégias de atuação, no que concerne as ações desenvolvidas no campo da assistência social no Brasil. A partir do momento que o Estado incorpora em seu plano de ação, as questões relacionadas à esfera da assistência social, muda-se as regras de ação e atuação profissional dos então profissionais do Serviço Social. Assim como, o desenvolvimento de práticas assistenciais que inicialmente estavam sendo controladas pelas ações da Igreja, passam então a ser controladas pelas ações e interesses do Estado.

O Estado, ao tomar para si a incumbência da assistência às famílias dos trabalhadores, passa a controlar de forma mais técnica e especializada, o campo social, associando-se à Igreja Católica a partir da Nova República. Tanto a Igreja como o Estado fazem da assistência uma estratégia de enfrentamento dos problemas sociais – o governo como benfeitor, assume-a através de práticas populistas, cujo povo é tomado como fonte de inspiração e depositário das virtudes –, pois a assistência se torna uma estratégia política lucrativa diante da emergência de controle da massa operária descontente. (Matos, 2010; Torres, 2002, apud Matos, 2010)

Acreditava-se que com o acúmulo de recursos em quantidade suficiente resolveria a situação dos mais necessitados socialmente. E nesse contexto, surgiram algumas tentativas de coordenação de obras sociais, tal como a Confederação Católica, fundada em 1922, no Rio de Janeiro, pelo Cardeal Dom Sebastião Leme. Assim como, mais tarde, já no Estado Novo, o governo com a intenção de controlar a situação de vulnerabilidade social dos mais necessitados, cria o Conselho Nacional de Serviço Social, com o objetivo de coordenar em nível nacional, estadual e municipal as obras sociais que até então eram realizadas de maneira particular.

Porém, o Conselho não atingiu as suas expectativas, por falta de pessoal técnico e de adaptabilidade de seus programas à situação brasileira daquela época. Resultando, em uma maior dependência, dos representantes do governo para a execução de obras sociais, reforçando desta maneira, a propagação do clientelismo político, através da dependência financeira para a realização de obras sociais. Tornando-se cada vez mais intenso devido o aumento do número de obras sociais, assim como, com o aumento do número de indivíduos que procuravam algum tipo de ajuda social.

Com o passar do tempo, diminuía-se o número de possibilidades de ajuda particular, onde um dos fatores que talvez tenha contribuído para a diminuição da ajuda particular e individualizada, tenha sido ocasionada em virtude das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira daquele período.

A prática de ajuda ao próximo e aos mais necessitados constituía-se naquela época, a partir de um pensamento predominantemente curativo e paternalista, e raramente preventivo, como em casos específicos que envolvia a juventude e a adolescência. Segundo Vieira (1989), a ajuda era totalmente vertical e empírica, embora extremamente dedicada, porém, não se reconhecia ao “pobre” o direito de decidir, e para quem “fazia caridade” ou “dedicava-se às obras”, não se exigia nenhum tipo de

treinamento, nem para leigos, nem para o pessoal religioso, onde o amor ao próximo e a dedicação eram as qualidades necessárias e suficientes.

Até o período que marca a Segunda Guerra Mundial, não foi encontrado na história da sociedade brasileira, mudanças de valores em relação à esfera de atuação da família, da mulher, do exercício do poder e da autoridade legal. Porém, com o advento do desenvolvimento tecnológico, ocorreram transformações no ambiente familiar e social, ocasionando desta maneira, uma defasagem, no âmbito das relações sociais e dos valores sociais inseridos na esfera da vida quotidiana, levando ao aparecimento de conflitos entre as diversas gerações e os sistemas sociais encontrados naquele período.

Mesmo a população desejando melhorias nas condições sociais de sobrevivência, a partir do surgimento do desenvolvimento tecnológico, notava-se, porém uma mentalidade já ultrapassada para aquele século, onde o tradicional estava perdendo espaço para o moderno, apesar de algumas resistências.

Com a divisão do trabalho social e o aparecimento do trabalho assalariado, percebeu-se uma tendência muito forte para o individualismo, e conseqüentemente para o declínio da prática de ações coletivas, enfraquecendo desta forma, o espírito de cooperação e de ajuda mútua. Ainda neste período, eram encontrados os mesmos problemas sociais encontrados em períodos anteriores, como por exemplo, crianças abandonadas nas ruas, lares desfeitos, desempregos, falta de qualificação profissional, falta de iniciativa, tanto na vida pessoal, como na vida social e política.

E assim, observamos um universo social que mistura resíduos de uma sociedade colonialista e escravocrata, com uma sociedade em pleno desenvolvimento tecnológico, que ambiciona grandes mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas, mas que diante deste “mix”, acaba causando uma total desorientação social para aqueles que procuram os serviços assistenciais ofertados agora não só pela Igreja, como também pelo Estado.

Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, as primeiras obras sociais de caráter nacional, teve com exemplo, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, criada pelo governo em 1940, com o objetivo inicialmente de assistir as famílias dos combatentes que foram para a guerra, e quando terminado a guerra, se transformou em entidade de Assistência à Maternidade e à Infância. Em 1941 e 1946, surgiu por

iniciativa das classes produtoras, o Serviço Social da Indústria – SESI e o Serviço Social do Comércio – SESC, constituía-se, enquanto obras sociais, que contavam desde o seu surgimento com a presença de assistentes sociais formadas em escolas brasileiras.

Na mesma época, a Igreja se manifestou, através da ação do bispo - auxiliar do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, que incluiu na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, uma comissão social com o objetivo de coordenar as obras sociais católicas do país, que visava promover como objetivo primeiro, a promoção da educação e do bem estar social dos mais necessitados.

1.5. A História do Serviço Social em Sergipe

A história do Serviço Social em Sergipe precisa ser contada a partir de uma análise contextual, que engloba um panorama nacional do qual se encontrava o Brasil naquele momento. O Brasil se encontrava em um momento de profundas transformações sociais, que estavam interligadas as demais conjunturas de ordem política, econômica, social, cultural, e dentre outras tantas transformações sociais que marcavam e retratavam a imagem do país naquele momento.

A igreja católica ocupa um lugar e um papel importante em meio a estas transformações ocorridas na sociedade brasileira. Segundo Maria Helena Cruz, a Igreja, em seu processo de reorganização para manter o controle educativo no país se empenhou em sua própria renovação, dando origem ao processo de expansão de Escolas de Serviço Social diante das transformações da sociedade brasileira, no trabalho com os grupos oprimidos, excluídos e marginalizados.

O surgimento da Escola de Serviço Social de Sergipe ocorreu em 1954, 18 anos após a criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, localizada na cidade de São Paulo, e 14 anos antes da instalação da Universidade Federal de Sergipe. Contudo, se tem conhecimento que antes mesmo da institucionalização da Escola de Serviço Social, já existia a ação e a prática profissional do Serviço Social em Sergipe.

Algumas instituições em Aracaju, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência (1943), assim como, o Hospital de Cirurgia, já desenvolviam a política de assistência contando com o apoio dos serviços profissionais de assistentes sociais. Um fato importante na história da criação da Universidade Federal de Sergipe é a importância que a Escola de Serviço Social representou no cenário do processo de construção da

Universidade, sendo uma das instituições de ensino superior que integravam a constituição da Universidade.

Sergipe, durante o momento de criação dessa Escola – década de 50 – apresentava os seguintes traços: 1) do ponto de vista econômico, observava-se a ascensão da agropecuária, como principal atividade econômica, e o início da industrialização; 2) sob a perspectiva política, evidenciava-se o pluripartidarismo e a disputa pelo poder; 3) do ponto de vista social, o desemprego, a migração do campo para a cidade, o processo acelerado de urbanização, a elevação do custo de vida, a desigualdade formavam as principais questões sociais presentes no cenário de Aracaju àquela época. A intervenção na área social estava sob a responsabilidade de instituições vinculadas ao Estado, à Igreja e à iniciativa privada. O agravamento de problemas sociais oriundos da conjuntura econômica, política e social fazia emergir a necessidade de formar profissionais aptos para agir no social. (Maria da Conceição Gonçalves, 2004)

Em Sergipe, assim como em outras localidades do Brasil, a Escola de Serviço Social surgiu sob a influência principalmente da Igreja Católica. Além da existência de um desejo, de algumas partes da sociedade, em criar uma instituição que fosse responsável pela formação e divulgação de valores ideológicos que servisse diretamente ao Estado e a sociedade de maneira geral, como um instrumento de controle social.

As escolas de Serviço Social, naquele contexto histórico, representavam uma das estratégias utilizadas pela Igreja Católica para a formação de quadros aptos a intervir na questão social, visando ao desenvolvimento de um processo de evangelização da sociedade e de uma ação missionária, para se contrapor aos princípios do liberalismo e do comunismo (Iamamoto, 1992: 18 e Aguiar, 1982: 28).

A Escola de Serviço Social de Sergipe surgiu a partir da articulação da Igreja com o Estado, onde as ações da Igreja foram conduzidas diretamente pelo Bispo Diocesano, Dom Fernando Gomes, e a ação do Estado foi conduzida pelo então governador, Arnaldo Rollemberg Garcez, assim como, as elites dominantes possuíam um papel notável no processo de criação da Escola de Serviço Social de Sergipe.

As Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, consideradas as pioneiras do Serviço Social em Sergipe, foram responsáveis pela formação, difusão e pela conquista de novos espaços para a profissão no Estado de Sergipe, assim como foram responsáveis pela implantação da Escola de Serviço Social de Sergipe. E, diante destas

ações sociais e também profissionais, as Missionárias, Albertina Brasil Santos, Maria de Lourdes Mafra e Judith Junqueira Villela, conseguiram obter um reconhecimento social na sociedade sergipana.

No dia 06/02/1954, as irmãs Maria de Lourdes Mafra e Judith Junqueira Villela chegaram à Aracaju, vindas de Campinas (São Paulo), com o objetivo de preparar a fundação da futura Escola de Serviço Social de Sergipe. Na ocasião, as Missionárias foram recebidas pelo então Padre Luciano José Cabral Duarte, designado pelo Bispo Dom Fernando Gomes para assessorá-las nas iniciativas necessárias à implantação e a divulgação do curso de Serviço Social em Sergipe.

A divulgação do curso em Sergipe foi realizada em alguns programas de rádio, como a “Hora Católica”, assim como, através do jornal católico, “A Cruzada”. A participação do Padre Luciano, foi de muita relevância para a formação e consolidação da Escola de Serviço Social em Sergipe, através de suas ações junto com o apoio das Missionárias, conseguiu-se inserir o curso mais tarde na composição da Universidade.

Já a Irmã Albertina Brasil Santos, chega a Aracaju no dia 12/03/1954, e foi ela que dirigiu a Escola de Serviço Social durante toda a década de 50. Segundo Gonçalves (2004), para viabilizar a escola, o Governador Arnaldo Rollemberg Garcez, com o apoio do poder Legislativo, doou à Sociedade Sergipana de Cultura a casa destinada à Escola de Serviço Social, na Rua Estância, nº 228. A Sociedade Sergipana de Cultura era uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1950, por iniciativa do Bispo Diocesano Dom Fernando Gomes, com a finalidade de instruir, manter e dirigir as Faculdades e demais Institutos de caráter social e cultural, que mais tarde viessem integrar a futura Universidade Católica de Sergipe.

Consta no artigo 1º do Regimento Interno da Escola de Serviço Social de Sergipe, que esta instituição foi instituída pela Sociedade Sergipana de Cultura, no dia 22 de janeiro de 1954, responsável pela sua manutenção até fevereiro de 1957, quando a responsabilidade desta instituição é transferida para a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, dirigido pela congregação das Missionárias de Jesus Crucificado. A Escola de Serviço Social recebia ajuda dos governos federal, estadual e municipal, contava também com a ajuda da Diocese, assim como, contava com os pagamentos dos concursos de habilitação e mensalidades das alunas, uma vez que era particular. Alguns

professores ministravam aulas gratuitamente e outros recebiam algum tipo de pagamento simbólico.

A Escola de Serviço Social foi inaugurada em 27/03/1954, em ato solene, contou com a presença de autoridades locais, assim como, com a presença dos representantes da Igreja Católica de Sergipe. Segundo Gonçalves (2004), o discurso da Irmã Albertina, diretora da Escola de Serviço Social, na solenidade de inauguração, destacava o Serviço Social enquanto profissão destinada a servir, dizendo:

Assumindo a direção da Escola de Serviço Social de Sergipe, trouxe para ela: de brasileiras, o coração; de missionárias o zelo pelas almas, e de assistentes sociais, o desejo de servir. (Livro de Atas de Registro da Faculdade: 1954 / 1969 – L. A. – 4, 27/03/1954, página 4)

A formação profissional de assistente social, adquirida na Escola de Serviço Social de Sergipe é bastante influenciada pela Doutrina Social da Igreja Católica, fazendo-se presente no currículo e numa série de atividades desenvolvidas pela Igreja. Gonçalves (2004) afirma que:

A presença do ideário da Igreja Católica perpassou a formação profissional do assistente social durante esse período. A intervenção do assistente social tinha por base, prioritariamente, os ensinamentos oriundos da doutrina social cristã para se aproximar e agir em prol dos menos favorecidos. A visão humanista impedia visualizar qualquer sinal de conflito social advindo da luta de classes. A harmonia, a integração, a solidariedade constituíam valores clássicos que direcionavam a ação profissional em direção à garantia da cidadania (GONÇALVES, 2004).

Portanto, fica claro o nível de envolvimento da Igreja Católica com o Serviço Social em Sergipe, mas esta união não ocorre apenas em Sergipe, e sim em todo o cenário brasileiro, que traz consigo uma herança muito forte do desenvolvimento de práticas religiosas e assistenciais realizadas pela Igreja. Posteriormente, o Estado passa a assumir as responsabilidades para com a profissão de assistente social, que mediante o processo de institucionalização e regulamentação, passa a adquirir um maior controle social. Principalmente sob a parcela dos indivíduos menos favorecidos socialmente, que ocupam o campo de atuação dos assistentes sociais. Em seu exercício profissional,

afirma (Maria Helena Cruz, 2004), “os assistentes sociais vivem continuamente a questão da exclusão e a inclusão da exclusão”.

A partir de 1957, o bispo Dom Fernando Gomes, foi substituído por Dom José Vicente Távora, que passou a ser um grande colaborador e a ter influência marcante na Escola de Serviço Social, principalmente através das ações junto a Juventude Católica (JUC), assim como, através do desenvolvimento de ações sociais em bairros periféricos de Aracaju, que ganharam nova dimensão quando Dom Távora assumiu a direção do MEB (Movimento de Educação de Base).

Algumas mudanças ocorreram a partir do ano de 1967, quando a Escola de Serviço Social de Sergipe passou a ser denominada de Faculdade de Serviço Social, e no dia 30/04/1968, em cerimônia solene no Palácio Olímpio Campos, o curso de Serviço Social foi incorporado à Fundação Universidade Federal de Sergipe. E a partir desta data, a concepção de formação profissional passou a ser vinculada a uma visão de Universidade, e não mais um curso mantido isoladamente por uma escola, transformando-se então, em um curso que passou a se articular com outros cursos, compondo desta maneira uma instituição acadêmica, cuja finalidade está amparada na construção de um saber universalizado.

Diante destas transformações, o curso de Serviço Social passou por algumas mudanças, principalmente no que concerne a questão que envolve o currículo mínimo do curso de Serviço Social, além de outras mudanças ocorridas dentro do espaço profissional, assim como, o cenário social passou por algumas transformações sociais.

1.6. Dimensão Histórica do Trabalho das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado em Sergipe

As Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, Albertina Brasil Santos, Maria de Lourdes Mafra e Judith Junqueira Villela, convidadas pelo Bispo Dom Fernando Gomes, foram responsáveis pela implantação, consolidação e pelo reconhecimento social da Escola de Serviço Social na sociedade Sergipana.

Estas Irmãs junto com o apoio da Igreja Católica e do Estado, foram agentes sociais importantes que trabalharam em prol da construção e da realização do desejo de

levar o projeto da expansão das Escolas de Serviço Social para as demais regiões brasileiras. Como já foi falado anteriormente, a Escola de Serviço Social de Sergipe, surgiu através da articulação entre a Igreja, com a participação direta do Bispo Dom Fernando Gomes, e o Estado, mediante a atuação do então governador do Estado, Arnaldo Rollemberg Garcez, assim como, contou-se com o apoio das elites dominantes daquela época.

O local de funcionamento da Escola de Serviço Social foi doado pelo então Governador Arnaldo Rollemberg Garcez, apoiado pelo Legislativo, ele doou à Sociedade Sergipana de Cultura a casa destinada ao funcionamento da Escola de Serviço Social, localizado na Rua Estância, 228, onde permaneceu o funcionamento do curso até a sua transferência para o Campus Universitário em 1981. E quanto à origem da Sociedade Sergipana de Cultura, obteve-se a informação que esta sociedade era uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1950, por iniciativa do Bispo Diocesano Dom Fernando Gomes, com a finalidade de instruir, manter e dirigir as faculdades e demais institutos de caráter social e cultural que mais tarde viesse a integrar a futura Universidade Católica de Sergipe.

É importante salientar, que a entidade recebia subvenções do governo federal, estadual e municipal, assim como, recebia ajuda da Diocese e de pagamentos dos concursos de habilitação e da mensalidade de alunas, uma vez que era particular. Os professores da Escola de Serviço Social ministravam aulas gratuitas, ou recebiam algum tipo de pagamento simbólico.

Como já citado anteriormente, a Escola de Serviço Social de Sergipe inicialmente era coordenada pelas Missionárias de Jesus Crucificado, com o cargo de diretora a Irmã Albertina Brasil Santos, vice-diretora a Irmã Maria de Lourdes Mafra, e como secretária a Irmã Judith Junqueira Villela, que além de realizarem as atividades administrativas da Escola, também eram professoras do curso de Serviço Social. A Madre Albertina Brasil Santos, era uma pessoa muito atuante dentro da Ordem das Irmãs de Jesus Crucificado, ela chegou em Aracaju no dia 12 de março de 1954, com o objetivo de instalar o Curso de Serviço Social em Sergipe, contando com a colaboração da Madre Maria de Lourdes Mafra, que havia chegado em Aracaju no dia 06 de fevereiro de 1954.

A Escola de Serviço Social em Aracaju, foi fundada em 27 de março de 1954, é preciso enfatizar que, além de todo o empenho das Irmãs de Jesus Crucificado, para tal criação da Escola, fora de suma importância o apoio religioso e político recebido para tal criação. “Para tão grande feito, não se pode omitir os nomes de D. Fernando Gomes dos Santos, então Bispo Diocesano, e do então Padre Luciano José Cabral Duarte, bem como o decisivo e inestimável apoio do Governador Arnaldo Roremberg Garcez”. (Citação da Prof. Carmem Machado Costa, pág. 30)

Sendo assim, percebe-se um interesse das lideranças políticas, econômicas e religiosas para a criação do Curso de Serviço Social em Sergipe. E no que concerne, os objetivos e a estrutura da Escola de Serviço Social de Sergipe, tinha-se no período de 1954 um desejo muito grande de fazer com que a Escola promovesse naquela sociedade, não apenas a formação profissional em Serviço Social, mas como também, existia um desejo e uma ação missionária, que buscava levar ao próximo, principalmente aqueles que estivessem em condição de inferioridade, algum tipo de ajuda, auxílio, encaminhamento, e dentre outras necessidades sociais, que colocasse o indivíduo em situação de inferioridade e conseqüentemente em situação de vulnerabilidade social.

Segundo o relato das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, nos primeiros anos de existência da Escola de Serviço Social de Sergipe, tudo era muito escasso, desde os recursos financeiros, até mesmo os professores e alunos. Nos momentos que a procura pelo curso de Serviço Social estava muito baixa, a direção da Escola buscava saídas alternativas para poderem contornar a situação, através da realização de reuniões com jovens, com o objetivo de informar a importância do curso, assim como, apresentando o futuro da profissão, além da realização de outras medidas de promoção do curso nas diversas camadas da sociedade, como por exemplo, da realização de reuniões com famílias em suas residências, visitas em estabelecimentos de ensino, e outras demais elaboradas pela direção da escola.

Para contornar tais dificuldades, a Madre Superiora da Comunidade de Jesus Crucificado despi-se de sua excelência e, humildemente, ia à luta. Mobilizava a comunidade das Irmãs para prestar serviços remunerados à sociedade sergipana, fornecendo marmitas, confeccionando biscoitos e outras iguarias para, com o resultado financeiro obtido, suplementar os parques e limitados subsídios concedidos pelo Estado, evidentemente insuficientes. (Citação da Prof. Carmem Machado Costa, pág. 31)

Mediante o desenvolvimento e o amadurecimento do curso em Sergipe, a Escola de Serviço Social alcançava um maior reconhecimento e destaque na sociedade sergipana, resultando na tão sonhada consolidação da Escola. E mediante este avanço, a direção da Escola passou a implantar o Serviço Social em postos e centros sociais nas diversas instituições ligadas à saúde, à educação, ao trabalho, aos bairros da cidade, principalmente aqueles que abrigam populações menos favorecidas, dentre outras situações que colocam os indivíduos em situação de inferioridade frente aos demais indivíduos.

A Escola de Serviço Social de Sergipe também mantinha intercâmbio cultural com grandes centros de ensino e pesquisa na área de Serviço Social, não apenas no Brasil, como também no exterior. Cujas finalidades, era de tornar cada vez mais técnico e científico o ensino das disciplinas que compunham a grade curricular do curso de Serviço Social na Escola de Sergipe.

Mas até chegar a este desenvolvimento técnico e científico, a Escola possuía como característica predominante uma forte influência da doutrina social da Igreja, refletindo desta maneira na formação profissional dos futuros assistentes sociais que nesta escola estudavam. Segundo Gonçalves (2004), o Serviço Social era visto como um apostolado de prestação cristã de serviços para salvar os humanos dos problemas sociais.

É importante salientar, que até meados da década de 1960, o corpo docente da Escola possuía em sua constituição uma presença significativa de sacerdotes e freiras que atuavam ativamente dentro da Escola de Serviço Social de Sergipe, assim como, tratava-se de agentes sociais que também se interessavam pelas questões sociais que estavam inscritas na sociedade sergipana, e na sociedade brasileira de modo geral. Portanto, tratava-se de agentes sociais que atuavam dentro e fora da Escola de Serviço Social de Sergipe, sendo na esfera da Igreja, da política, ou qualquer outra esfera social que desenvolvesse algum tipo de serviço social.

A elaboração do currículo da Escola de Serviço Social de Sergipe, nos anos de 1950, expressava-se principalmente através do reconhecimento, e da importância da doutrina cristã, e que ainda possuía uma ligação com o Estado. A ação profissional dos

assistentes sociais constituía-se através de valores sociais, que visavam levar ajuda para os menos favorecidos socialmente, ou até mesmo, para aqueles indivíduos que estavam em situação de inferioridade, ou para usar um termo mais recente, em situação de vulnerabilidade social.

Mas para que se possa compreender, a atuação profissional dos assistentes sociais, é preciso conhecer o currículo do curso, para que se possa entender para onde ele levará os futuros assistentes sociais, apresentando o caminho a ser percorrido ao longo da trajetória profissional.

A direção social do currículo tinha sustentação nos ensinamentos do neotomismo e nas encíclicas papais, em especial, a *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, publicada em 1891, e a *Quadragesimo Anno*, do papa Pio XI, de 1931, que faziam críticas ao capitalismo, por provocar a miséria, e ao socialismo, por abolir a propriedade privada. As encíclicas são documentos políticos que expressam diretrizes básicas de compreensão dos problemas sociais, sinalizando para normas genéricas que fundamentam a fé católica no trabalho junto aos segmentos de baixa renda. Apesar de as encíclicas serem vistas com uma clara resposta à agudização da luta de classes, convém destacar que a Igreja tinha uma visão conciliatória das classes sociais e desenvolvia suas atividades à base do voluntariado. (CASTRO, 1987: 50-54, apud GONÇALVES, 2004:46)

Observa-se, que desde o início da década de 1950, existiu na sociedade sergipana uma efervescência social, que abrigava uma ampla movimentação e organização de diferentes segmentos sociais que formavam grupos que lutavam por causas sociais. Foram encontrados desde movimentos ligados a Igreja Católica, até movimentos populares que eram contrários as ações da igreja católica.

Figuras como, Dom José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju a partir de 1957, representava uma imagem influente dentro da Escola de Serviço Social, através de ações ligadas a Juventude Universitária Católica (JUC), assim como, recebeu destaque social, a partir do incentivo ao desenvolvimento de ações comunitárias em bairros periféricos de Aracaju, e que logo após, resultará na criação do primeiro Centro Social, localizado no Bairro América, além de, na condição de presidente do Movimento de Educação de Base (MEB), no período de 1961 a 1965, contribuir para a difusão do sindicalismo rural e do método Paulo Freire, principalmente através das escolas radiofônicas (Gonçalves, 2004: 46).

Percebe-se, que desde a chegada da assistência social em Sergipe, seja via Igreja ou Estado, assim como em outras localidades do país, foi inserido na Escola de Serviço Social de Sergipe um conjunto de disciplinas que tratava de questões sociais, que abordava o tema da família, de menores, médico-social, trabalhos e dentre outros temas relacionados. Portanto, desde o surgimento da assistência social, já se buscava uma maior atenção, principalmente, para as questões sociais que envolvia crianças e adolescentes vulneráveis, seja por elas serem órfãs, ou pôr estarem inseridas em famílias desestruturadas, onde o vínculo familiar estava comprometido, além de outras questões sociais, que envolve a questão da pobreza, saúde, educação, e dentre outros problemas sociais que perpassavam a trajetória profissional de assistentes sociais que lutavam pelas causas sociais públicas desde o surgimento da profissão.

É importante dizer que a Lei nº 1889 de 13 de julho de 1953, aprovada pela ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social teve uma grande importância para a regulamentação da profissão de assistente social no país e apresentou os objetivos do ensino de Serviço Social. O primeiro currículo da Escola de Serviço Social de Sergipe era influenciado pela doutrina social da Igreja Católica, cujo curso tinha duração mínima de três anos, abrangendo desde disciplinas teóricas, assim como, estágios supervisionados que faziam parte da estrutura curricular.

QUADRO DE DISCIPLINAS – 1954

1ª. Série	2ª. Série	3ª. Série
Sociologia	Economia Social	Adm. de Obras Sociais
Ética Geral	Legislação Social	Org. Soc. da Comunidade
Psicologia	Ética Profissional	Pesquisa Social
Estatística	Higiene Mental	
Noções de Direito	Pesquisa Social	
Higiene e Medicina Social	Atividades de Grupo	
Introdução ao S. Social	Org. Soc. da Comunidade	
Serviço Social de Casos	Cultura Religiosa	
Serviço Social de Grupos	Seminário de Formação	
Cultura Religiosa		
Seminário de Formação		

Segundo Gonçalves, Santos e Cruz (1998), o aluno quando estivesse na terceira série tinha que optar por um conjunto de disciplinas integrantes de um dos seguintes setores: Família, Menores, Médico-Social, Trabalho. As respectivas autoras, afirmam que a Escola de Serviço Social de Sergipe durante a década de 50 só ofertou disciplinas relacionadas ao setor de menores e ao setor médico/social.

No ano de 1968, quando o curso de Serviço Social foi integrado a Universidade Federal de Sergipe, o currículo de 1968 apresentava as seguintes disciplinas ofertadas:

QUADRO DAS DISCIPLINAS - 1968

Estatística	Psicologia Dinâmica
Filosofia	Ética Profissional
Medicina Social	Desenvolvimento e Org. de Comunidade
Noções de Direito	Serviço Social de Grupo
Psicologia Geral	Teoria do Serviço Social
Pesquisa Social	Administração em S. Social
Sociologia	Campos de Serviço Social
Ética Geral	Serviço Social de Caso
Economia Social	Estágio
Introdução ao S. Social	

QUADRO DAS DISCIPLINAS – 1998

Introdução à Administração	Política Setorial I
Introdução ao Estudo de Direito	Política Setorial II
Cultura Brasileira	Política Setorial III
Política I	Política Setorial IV
Sociologia I	Política Setorial V

Política II	Serviço Social de Caso
Sociologia II	Serviço Social de Grupo
Tópicos Especiais de Ação Profissional	Desenvolvimento de Comunidade
Psicologia Geral	Serviço Social Aplicado I
Introdução à Filosofia	Serviço Social Aplicado II
Introdução à Metodologia Científica	Serviço Social Aplicado III
Fundamentos de Economia	Serviço Social Aplicado IV
Introdução ao Serviço Social	Técnica de Abordagem Individual
Antropologia I	Técnica de Abord. Grupal em S. Social
Psicologia Social	Serviço Social de Comunidade
Formação Econômica Política Social	Métodos de Pesquisa em Serviço Social
Direito e Legislação	Administração de Serviços Sociais
Política Social	Estágio Supervisionado I
Planejamento Social	Estágio Supervisionado II
Metodologia do Serviço Social	Seminário de TCC I
Fundamentos Históricos do Serviço Social	Seminário de TCC II
Teoria do Serviço Social	Ética Profissional
Pesquisa Social Aplicada ao S. Social	

**COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFS – 2002**

1º Período	2º Período	3º Período
Sociologia I	Política I	Fundamentos de Economia
Introdução à Filosofia	Antropologia I	Formação Sócio-Histórica do Brasil I
Seminário Temático I	Questão Social	Política Social e Serviço Social I
Oficina I	Psicologia Geral	Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do

Serviço Social I		
4º Período	5º Período	6º Período
Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II	Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III	Administração e Planejamento em Serviço Social
Ética e Serviço Social I	Política Social e Serviço Social II	Direito e Legislação Social
Formação Sócio-Histórica do Brasil II	Ética e Serviço Social II	Oficina II
Trabalho e Sociabilidade	Serviço Social e Processos de Trabalho	Movimentos Sociais e Serviço Social Cultura, Identidade e Subjetividade
7º Período	8º Período	9º Período
Pesquisa Social e Serviço Social	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Oficina III	Oficina IV	Seminário Temático II
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Questão Social no Brasil	
10º Período		
Estágio Supervisionado em Serviço Social IV		
Monografia		

**COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFS – 2016**

1º Período	2º Período	3º Período
Introdução à Filosofia	Produção e Recepção de Texto I	Direito e Legislação Social
Psicologia Geral	Introdução à Psicologia Social	Fundamentos de Economia
Sociologia I	Antropologia I	Fundamentos Históricos e

		Teórico-Metodológicos do Serviço Social I
Seminário Temático I	Política I	Formação Sócio-Histórica do Brasil I
Oficina de Metodologia Científica	Questão Social	Política Social I

4º Período	5º Período	6º Período
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Movimentos Sociais e Serviço Social
Formação Sócio-Histórica do Brasil II	Realidade Regional	Administração e Planejamento Social em Serviço Social
Trabalho e Sociabilidade	Ética e Serviço Social II	Oficina de Instrumentalidade Profissional I
Ética e Serviço Social I	Serviço Social e Processos de Trabalho	Pesquisa Social
Política Social II		

7º Período	8º Período	9º Período
Seguridade Social	Cultura, Identidade e Subjetividade	Atividades Complementares em Serviço Social
Gestão Social	Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso II
Oficina de Instrumentalidade Profissional II	Laboratório de Ensino da Prática I	Laboratório de Ensino da Prática II
Pesquisa Social e Serviço Social	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Estágio Supervisionado em Serviço Social II

10º Período

Laboratório de Ensino da Prática III

Estágio Supervisionado em Serviço Social III

CAPÍTULO II: A GESTÃO DOS OPERADORES DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2. 1. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais como algo a ser enfrentado socialmente, para que se confirme a efetividade da garantia dos mínimos sociais, e a universalização dos direitos sociais para aqueles que encontram-se em situações de vulnerabilidade, riscos sociais, assim como, aqueles indivíduos classificados como relativamente incapazes, que necessitam de uma assistência social que lhes é assegurada pelo Estado, sob a forma de um direito líquido e certo.

A decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. (BRASIL, 2004, p. 11)

A PNAS tem por objetivo promover serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica – PSB, e Proteção Social Especial – PSE, para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuindo desta forma para a inclusão e a equidade dos usuários da PNAS, ampliando o acesso aos bens e serviços sócios assistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais. E assim, assegura que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária dos usuários da política, realizada sob a forma de monitoramento através do trabalho desempenhado por assistentes sociais que atuam diretamente na aplicação da Política Nacional de Assistência Social.

Quem são esses usuários da PNAS? Como eles são inseridos nos serviços e ações assistenciais? Qual a principal demanda? Qual o perfil dos usuários das PNAS? Quais

as limitações da PNAS? Quais os principais dilemas que os assistentes sociais encontram na operacionalização da política, diante da complexidade da realidade social encontrada? São algumas indagações que tentarei compreender ao longo desta pesquisa, pois elas possuem relação direta com o meu objeto de pesquisa, que, trata-se, de compreender a carreira profissional de assistentes sociais que são operadores da PNAS, especificamente, o grupo de assistentes sociais que estão inseridos no universo da Proteção Social Básica – PSB, que é um serviço assistencial ofertado nos CRAS.

Segundo a PNAS/2004, classifica-se como o público alvo, os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, assim como usuários com identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual. Atende também, usuários que possuem alguma desvantagem pessoal resultante de deficiências, que são excluídos devido à pobreza, aqueles que fazem uso de substâncias psicoativas, assim como aqueles que sofrem diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos e indivíduos do qual estão inseridos estes usuários. Além de abarcar aqueles que possuem inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal.

E, de maneira geral, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS traça estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência, para os usuários que apresentam risco pessoal e social, conforme a identificação e classificação do problema encontrado. Diante de tal cenário, que evoca uma assistência social, que dependendo do caso também poderá ser somada a uma assistência jurídica, realiza-se um trabalho de intervenção na vida social destes indivíduos que não podem exercer autonomamente os atos da vida civil.

A construção da PNAS foi edificada a partir de uma visão social de proteção, que supõe conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos os destinatários da assistência social. Como afirma a PNAS, “é no cotidiano da vida das pessoas que riscos e vulnerabilidades se constituem” (BRASIL, 2004).

O termo “vulnerabilidade” e “risco social” assumem diferentes significados a partir da construção social que lhe é feita. Pretende-se apresentar aqui estes termos a partir da visão dos assistentes sociais, que constroem um significado específico para cada termo, através da formação profissional e das vivências que estes assistentes

sociais possuem com os chamados “problemas sociais”. Ir para campo foi o caminho escolhido para tentar compreender como é o cotidiano desses assistentes sociais que estão inseridos nos CRAS de Aracaju - SE, como funcionava aquela instituição, quais são suas atribuições, qual o papel do assistente social dentro do CRAS e dentre outras portas de entrada para o conhecimento daquele universo, que irá somar posteriormente, na compreensão do objeto pesquisado. Mais a diante, irei detalhar como foi essa inserção no universo profissional dos assistentes sociais.

Pretendo demonstrar como ocorre o processo de encadeamento de eventos que compõem uma determinada situação de vulnerabilidade ou risco social, tentando identificar suas principais características, suas formas de apresentação, suas especificidades, dentre outros elementos que compõe esta classificação no cenário das políticas públicas.

Ao que confere, por exemplo, o processo classificatório de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social a partir da lógica da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, percebe-se, que o texto oficial que compõe esta política pública, não deixa claro quais as situações que tornam as crianças e os adolescentes mais sujeitos à vivência de risco ou que imprimem maior vulnerabilidade social. A PNAS estabelece quais as vulnerabilidades sociais que devem ser cobertas pela política de proteção social básica, mas não deixa clara as condições que tornam crianças e adolescentes mais suscetíveis à vulnerabilidade e ao risco social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, promove o acesso à assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade, como prevê o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que por meio da Proteção Social Básica – PSB tem como objetivo a prevenção de situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Proteção Social Básica destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, com acesso precário ou nulo aos serviços públicos e a fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de

famílias e de indivíduos, conforme a identificação da situação de vulnerabilidade encontrada.

É com base na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que os assistentes sociais realizam o processo classificatório de crianças, adolescentes, idosos e famílias de modo geral, em situação de vulnerabilidade e risco social. Após a identificação da situação de vulnerabilidade social, a criança, o adolescente, o idoso e a família serão inseridos em ações e programas sociais desenvolvidos dentro do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, que visa possibilitar a estes indivíduos, melhores condições sociais de sobrevivência, fortalecimento de vínculos familiares, desenvolvimento do protagonismo destes atores sociais, dentre outras finalidades.

O assistente social assume um papel importante frente às políticas públicas voltadas para os grupos vulneráveis. Principalmente na faixa etária que envolve crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade e risco social, pois é este profissional que atua diretamente no processo classificatório destas crianças, adolescentes, idosos e famílias de modo geral.

No desenvolvimento desta pesquisa irei dar uma maior ênfase às situações de vulnerabilidade e risco social presente na faixa etária que compreende a infância e a adolescência, pelo fato de representarem de maneira elevada, o alto número de intervenções e ações sociais voltadas para crianças e adolescentes.

Cabe ao assistente social, identificar a situação de vulnerabilidade ou risco social que possa existir em torno destas crianças e adolescentes, assim como classificar e aplicar a política pública que trata desta situação de vulnerabilidade entre crianças e adolescentes. Para que, desta forma, estes que necessitam da política pública como base de sustentação para o desenvolvimento das necessidades básicas, possam obter uma atenção especial, principalmente no que concerne a questão dos direitos sociais que toda criança e adolescente possui, e para que estes direitos sejam garantidos.

As formas de acesso para crianças e adolescentes se inserirem nos programas sociais desenvolvidos pelas unidades assistenciais ocorre por procura espontânea, ou por busca ativa, onde assistentes sociais saem pela comunidade onde o CRAS está localizado, em busca de crianças e adolescentes na faixa etária de seis a dezessete anos de idade, que se encontram, em situação de vulnerabilidade e risco social.

Assim como, ocorre a inserção através de encaminhamento da rede sócio-assistencial, encaminhamento jurídico e por encaminhamento das demais políticas

públicas, que abrangem o universo público da educação e da saúde. Existe uma parceria entre a assistência social, a educação e a saúde, onde existe também uma tentativa de unir forças, para que tanto as ações na esfera da assistência social, assim como, na educação e na saúde, tenham um melhor aproveitamento e uma maior efetividade em seus respectivos serviços públicos, para que atendam de maneira satisfatória as necessidades dos usuários destas políticas públicas.

A descrição específica do serviço para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. (BRASIL, 2009).

É importante esclarecer que a minha pesquisa está centrada nos assistentes sociais que trabalham com a Proteção Social Básica – PSB, como já mencionei anteriormente, que é uma parte integrante da PNAS. A outra parte que compõe a PNAS recebe o nome de Proteção Social Especial – PSE, de (média e alta complexidade), que é um serviço oferecido nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS. O CREAS destina-se a família e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. É diferente da Proteção Social Básica – PSB que tem um caráter preventivo, a Proteção Social Especial – PSE tem um caráter e uma natureza protetiva.

Agora retomando a discussão da vulnerabilidade e o risco social no âmbito da PSB/CRAS, o problema social é algo recorrente nestas instituições, elas existem devido à grande demanda por estes serviços assistenciais. E para minimizar ou extinguir estes problemas sociais, é preciso “alguém” para tentar conter, ou até mesmo resolver. Esse “alguém” atua a partir de um serviço ofertado pelo Governo Federal, que promove o

acesso à assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, que atuam através do serviço de Proteção Social Básica – PSB.

E este “alguém” nada mais é que a figura do assistente social, que atua como peça chave no desenrolar deste serviço. Foi este profissional que recebeu a tarefa de buscar a diminuição e o controle da situação de vulnerabilidade e risco social entre crianças, adolescentes e famílias, mediante a aplicação de políticas públicas, que servem de instrumento de transmissão de autoridade e de poder, tanto por parte da atuação profissional dos assistentes sociais, como também, pela ratificação da presença e controle do Estado sob este grupo social.

O trabalho desenvolvido por este profissional segue um eixo social-político, que inclui condições sociais, políticas e econômicas que possibilitem o desenvolvimento social destes grupos sociais classificados em situação de vulnerabilidade e risco social. Visando desta forma, por exemplo, proporcionar a estas crianças e adolescentes o acesso a informação, educação, assistência social e a saúde, garantindo desta forma, o respeito aos direitos humanos e a situação sócio-política e cultural destas crianças e adolescentes.

As condições que determinam a classificação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social ocorrem em certa medida, a partir da análise do ambiente no qual estas crianças e adolescentes estão inseridos. Seja pela condição econômica de seus responsáveis, ou pelo contexto social que permite a estas crianças e adolescentes, uma maior ou menor suscetibilidade a vulnerabilidade e ao risco social.

Os assistentes sociais realizam um trabalho investigativo para identificar quais os fatores que contribuem para a situação de vulnerabilidade e risco social. Identificando, portanto, como esses fatores se apresentam para as crianças e adolescentes, realizando desta forma uma análise acerca dos problemas sociais enfrentado por estes atores sociais em suas respectivas famílias, da qual a família precisa ser observada de perto, pois em alguns casos a família representa um foco de risco para a criança e o adolescente.

São inúmeros os fatores que compõem o processo classificatório de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, fatores estes que precisam ser analisados com uma atenção especial e cuidadosa. Assistentes sociais que atuam no processo classificatório, não podem realizar análises superficiais acerca de uma situação de vulnerabilidade e risco social, que compreende um problema grave numa sociedade,

do qual o assistente social em seu exercício profissional tenta minimizar esta condição social, que não é apenas condicionada a fatores econômicos.

Percebe-se, que a instituição família, vem perdendo força. Os papéis sociais constituintes do universo familiar parecem “está em crise”, os próprios atores sociais não reconhecem e nem legitimam mais o seu próprio poder. Recorrem primeiramente, ao Estado, na busca por assistência ou até mesmo na busca de representação, como refúgio e abrigo para seus problemas sociais.

As análises que englobam o processo classificatório de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social devem estar pautadas numa análise mais aprofundada do problema, que permita identificar de forma clara os elementos que criam a situação de vulnerabilidade e risco social, do qual, os assistentes sociais recebem a tarefa de identificar e classificar. E assim, análises superficiais e deterministas que tendem associar a situação de vulnerabilidade social à pobreza como fator único, perdem total credibilidade no processo classificatório, porque não levam em consideração a seqüência de eventos que permeia esta condição social.

2.2. Os reflexos atuais da Política Nacional de Assistência Social - PNAS

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, inegavelmente, a partir do então, Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, passa a adentrar o cenário das políticas públicas de modo atuante e representativo, tanto no que se refere à atuação profissional de assistentes sociais que estão envolvidos na luta pela questão dos direitos sociais, assim como, o posicionamento do Estado que passa a consolidar de maneira pragmática a assistência social, a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. E mediante esta união de forças, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, desde sua criação em 2004, tem trabalhado para consolidar essa rede, que se baseia na luta pela garantia dos direitos sociais, por meio das políticas públicas de assistência social.

Tal conquista, em tão breve tempo, leva a uma rápida constatação: a disponibilidade e o anseio dos atores sociais em efetivá-la como política pública de Estado, definida em Lei. Muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade. O MDS/SNAS e o CNAS estão muito empenhados

em estabelecer políticas permanentes e agora com a perspectiva prioritária de implantar o SUAS, para integrar o Governo Federal com os Estados, Distrito Federal e Municípios em uma ação conjunta. Com isso, busca-se impedir políticas de protecionismo, garantindo aquelas estabelecidas por meio de normas jurídicas universais. Este é o compromisso do MDS, que integra três frentes de atuação na defesa do direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social, compromisso também do CNAS. (BRASIL, 2004, p. 11)

Este é um momento importante no cenário das causas públicas, onde a PNAS é aprovada e passa a fazer parte da agenda do Governo Federal de maneira efetiva e colaborativa. É um momento também, de afirmação e aplicação dos pressupostos já existentes da Constituição Federal de 1988 e da LOAS. Um período marcado pelas transformações sociais, decorrentes dos avanços sociais, ocasionados através das lutas sociais pelo reconhecimento da PNAS, como direito do cidadão brasileiro, e de responsabilidade do Estado.

A assistência social brasileira sob a ação do Estado ocorre a partir de uma centralidade do Estado no acompanhamento às famílias, através da criação do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF. Onde o Estado julga ser de máxima importância a preservação da família na consolidação de uma rede de proteção de assistência social no Brasil.

E para dar conta de tal empreitada, o Estado cria os chamados Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, com o objetivo de consolidar e sistematizar a rede de Proteção Social Básica - PSB e a Proteção Social Especial - PSE, cuja finalidade, destas unidades sócio-assistenciais consistiria em aprimorar a atuação preventiva, protetiva e proativa da unidade. Através da realização de ações sociais desenvolvidas dentro da própria unidade assistencial direcionadas ao seu público alvo, como crianças, adolescentes, idosos, mulheres e as famílias de modo geral, classificadas em situação de risco ou vulnerabilidade social. Para que possam receber um atendimento assistencial que possibilite melhores condições de vida, assim como, uma oportunidade de reconhecer e aprimorar os potenciais que cada um usuário da política de assistência social possui.

E para compreender a maneira pela qual a política de assistência social funciona, busca-se, pela compreensão do processo classificatório de grupos vulneráveis, analisando como se constrói e como se organiza as práticas de atendimento e ações

voltadas para as crianças, os adolescentes, os idosos e as famílias de modo geral, classificadas em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Sendo assim, torna-se necessário também um olhar aprofundado sobre a historicidade da evolução do pensamento norteador ou o conjunto de ideias chaves na elaboração das políticas públicas voltadas para grupos vulneráveis de modo geral. Evidenciando as suas diretrizes, suas conjunturas, suas formas de organização, seus repertórios de ação, seus principais confrontos e lutas sociais, que nutre a causa pública, na luta pela garantia dos direitos sociais.

Assim como, se faz necessário compreender a dinâmica da unidade assistencial, quais os serviços ofertados, como funciona, quem são os usuários destes serviços, analisando a atuação profissional dos assistentes sociais, que são os profissionais gestores e executores da política de assistência social.

É importante ressaltar mais uma vez, que tratarei de analisar, apenas uma parte da política de assistência social, aquela que se refere à Proteção Social Básica, desenvolvida nas unidades dos CRAS. “O CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção básica, do que decorre sua função de gestão local” (p:7; Brasil, 2009).

O CRAS a partir de sua criação em 2004, passa a ser uma importante unidade constitutiva do SUAS, que visa o fortalecimento da rede de proteção social nos territórios, assim como, promove a universalização dos direitos socioassistenciais. É interessante perceber que “os profissionais do CRAS, passam a ser vistos como a principal tecnologia viabilizadora dos direitos socioassistenciais” (p:8; Brasil, 2009).

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p. 9).

É importante entender que os serviços ofertados no CRAS são decorrentes de um planejamento, que está ancorado à um bom conhecimento do território do qual o CRAS está inserido, assim como, é preciso ter conhecimento das famílias que nele

vivem, conhecendo suas necessidades, potencialidades, além do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social.

As funções do CRAS não devem ser confundidas com as funções do órgão gestor da política de assistência social municipal ou do Distrito Federal: os CRAS são unidades locais que têm por atribuições a organização da rede socioassistencial e oferta de serviços da proteção social básica em determinado território, enquanto o órgão gestor municipal ou do Distrito Federal tem por funções a organização e gestão do SUAS em todo o município (p: 11; Brasil, 2009).

O CRAS possui dois grandes eixos estruturantes que orienta as suas ações. Primeiro a matricialidade sociofamiliar, e segundo, e não menos importante, a territorialização. A matricialidade sociofamiliar se caracteriza por conceber na centralidade da família, o núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consangüíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e, ou dependência econômica.

Essa centralidade deve-se ao reconhecimento, pela política de assistência social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos (BRASIL, 2009, p. 12).

Porém, a assistência social também compreende a família como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e até mesmo, violência. Sendo assim, o SUAS ao conceber a matricialidade sociofamiliar como um eixo estruturante, acredita que o universo familiar deve ser pensado a partir de um contexto sociocultural e econômico, com composições distintas e com dinâmicas próprias. Esta nova concepção de família pretende superar a concepção de família tradicional, como modelo padrão e homogêneo, para dar espaço à evolução do conceito de família, reconhecendo que existem novos arranjos familiares em constante movimento e transformação, que vão modelando uma nova imagem da estrutura familiar.

Portanto, é interessante notar que uma das principais finalidades da Política de Assistência Social é a busca pelo fortalecimento dos vínculos familiares, mediante a defesa e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. E para dar conta deste desafio, segundo as orientações técnicas da própria política, o SUAS estrutura-se, buscando apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas.

Defendendo como pressuposto fundamental, que o usuário de seus serviços ou benefícios não pode ser desvinculado do seu contexto familiar e social, sendo uma das principais características da Proteção Social Básica, que difere da Proteção Social Especial, que se caracteriza pelo rompimento do vínculo familiar. É importante ressaltar, que a política de assistência social reconhece que somente é possível tecer uma rede de proteção social ao se compreender os determinantes familiares de uma situação de vulnerabilidade social e acolher mais de um membro dessa família na busca da superação dessa situação de vulnerabilidade.

A questão da territorialização é um fator importante para a eficácia da PNAS, onde a política refere-se ao território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como para seu enfrentamento. Os CRAS são inseridos em locais onde existe um número significativo de grupos vulneráveis que estão em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Proporcionando desta forma, uma oferta de serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários, sendo assim, aumenta-se as chances de efetividade da ação da PNAS, através da criação de condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território.

Nessa direção, as características de determinada localidade são intrinsecamente ligadas às formas de relacionamento social predominantes, que por sua vez são diretamente influenciados pelos contextos social, cultural e econômico do território. É no território que se evidenciam as contradições da realidade: os conflitos e desigualdades que perpassam e resignificam as relações familiares e comunitárias. (BRASIL, 2009, p. 13)

2.3. As Funções do CRAS

O CRAS é uma unidade de proteção básica que desempenha as funções de gestão da proteção básica no seu território, além da oferta do Programa de Atenção Integral a Família – PAIF. “O CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania” (p: 13; Brasil, 2009).

O Plano Municipal de Assistência Social é uma ferramenta obrigatória na gestão da política de assistência social circunscrita nas três esferas de governo. Sua construção e implementação está prevista na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, PNAS (2004) e na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (2005). Onde mediante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, deverá conter uma análise da realidade socioeconômica do município, que possibilite conhecer a incidência de situações de trabalho infantil, negligência, violência, entre outros eventos que definam a situação de risco ou vulnerabilidade social, de modo a traçar quais territórios devem ser priorizados para a instalação dos CRAS. É evidente que os CRAS são instalados em áreas, cujo índice de vulnerabilidades sejam mais elevado.

Segundo a PNAS, identificadas as áreas de maior incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, o gestor deve organizar o espaço do município ou do Distrito Federal em territórios e indicar no Plano Municipal de Assistência estes territórios. A responsabilidade pela gestão da proteção social básica é da secretaria municipal de Assistência Social. Porém, a gestão territorial, que deve estar em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo órgão gestor, é responsabilidade do coordenador do CRAS, que deve contar com o auxílio dos demais componentes da equipe de referência, equipe constituída de assistentes sociais e psicólogos.

De modo geral, um CRAS articula-se a uma rede de proteção social básica, que compreende seis esferas, são elas: centro de juventude, entidade filantrópica, entidade comunitária, centro de convivência de idosos, centro de geração de renda e centro de convivência de crianças e adolescentes. Porém, o eixo central do CRAS é o trabalho social realizado com famílias, principalmente, aquelas classificadas em situação de risco ou vulnerabilidade social. “O CRAS deve contribuir para potencializar a ação do Estado em territórios de pobreza, violência ou mesmo com acesso dificultado aos serviços públicos” (p: 27; Brasil, 2009).

Segundo o MDS, encontram-se em situações mais vulneráveis: 1. Famílias – e jovens – em situação de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família. 2. Famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI em descumprimento de condicionalidades. 3. Famílias com pessoas com deficiência de 0 a 18 anos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social - BPC. 4. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou em situação de risco com jovens de 15 a 17 anos. 5. Famílias residentes no território do CRAS com presença de pessoas que não possuem documentação civil básica. 6. Famílias com criança de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade/ou risco social. 7. Famílias com indivíduos reconduzidos ao convívio familiar, após cumprimento de medidas protetivas e/ou outras situações de privação do convívio familiar e comunitário. 8. Famílias com pessoas idosas.

A identificação e o conhecimento das situações de vulnerabilidade e risco social permitem aos técnicos de referência do CRAS, a realizarem o planejamento municipal da unidade referenciada, para que se possam ser definidos os serviços socioassistenciais a serem ofertados no território de abrangência do CRAS, mediante a ação preventiva e regenerativa da situação de risco e vulnerabilidade social.

Como já mencionado anteriormente, o CRAS têm por obrigação ofertar o Programa de Atenção Integral a Família – PAIF. O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica desenvolvido dentro do CRAS, onde a garantia do direito à convivência familiar, é tarefa primeira dos assistentes sociais que administram os atendimentos socioassistenciais com famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social. Uma das garantias afiançadas pela PNAS – 2004, concebe o PAIF como instrumento de intervenção social do qual os assistentes sociais aplicam em seu universo profissional, reconhecendo a família como espaço privilegiado de proteção e desenvolvimento das pessoas, e que portanto, este programa tem o objetivo de fortalecer a convivência familiar e comunitária das pessoas que estão em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Quanto à organização do trabalho do CRAS, é importante explicar que cabe ao Plano Municipal de Assistência Social definir a quantidade de CRAS necessária a ser instalada em cada localidade, bem como definir a capacidade de atendimento de cada unidade, o que depende do número de famílias referenciadas e dos serviços que serão

prestados diretamente no CRAS. Segundo o MDS, o CRAS deve localizar-se em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social, para que estas unidades estejam mais próximas dos usuários dos serviços socioassistenciais.

No geral, o MDS e o SUAS, acredita que os territórios com concentração de famílias pobres são mais vulneráveis a situação de risco e a vulnerabilidade social, pois desprovidos de serviços e necessidades básicas, estes atores sociais necessitam de uma maior atenção do Estado, através de uma assistência social pública.

Constituem atividades necessárias à implantação de um CRAS e à oferta dos serviços socioassistenciais, em especial do PAIF: a) elaborar diagnóstico socioterritorial e identificar necessidades de serviços; b) planejar com outras instâncias sociais a implantação da unidade; c) implantar as condições físicas, institucionais e materiais necessários; e d) selecionar, admitir e capacitar a equipe de referência (BRASIL, 2009, p. 37).

O conhecimento das formas de classificação da situação de vulnerabilidade e risco social, da população abrangente de cada unidade socioassistencial, só poderá ser identificada mediante a realização de uma vigilância social iniciada pela atuação profissional de assistentes sociais, que contam também com ajuda de psicólogos, que compõem o quadro de técnicos de referência do CRAS, assim como, contam com ajuda auxiliar dos educadores sociais, dos educadores físicos, entre outros profissionais que compõe esta instituição assistencial.

Este monitoramento das ações e serviços ofertados por cada unidade serve para demonstrar qual a efetividade da PNAS na prática, ajustadas as dinâmicas locais correspondentes aos universos sociais que são múltiplos. E acaba sendo também uma forma que o SUAS encontrou para ter um maior controle sobre as práticas profissionais dos assistentes sociais, de maneira universalizada e padronizada, assim como, permitiu realizar uma prática profissional, que consiste numa espécie de fotografia viva das dinâmicas da realidade local do território, através da realização de diagnósticos sociais elaborados pelos técnicos de referência do CRAS.

O CRAS não pode ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelo município. Assim, são fatores que influenciam a estrutura e o funcionamento do CRAS: as rotinas e metodologias adotadas; as características do território e da população a ser

atendida; a importância dada a participação das famílias no planejamento e avaliação dos serviços prestados e ações desenvolvidas; a incidência de determinadas vulnerabilidades no território; os recursos materiais e equipamentos disponíveis; o papel desempenhado pela equipe de referência e sua concepção sobre famílias etc. (BRASIL, 2009, p. 47)

A equipe de referência do CRAS se constitui através de profissionais de nível superior, basicamente, assistentes sociais e psicólogos, que contam com um aparato administrativo composto por um coordenador de unidade assistencial, mais a presença de técnicos administrativos, merendeira, secretários, educadores sociais e educadores físicos.

É preciso enfatizar que é a equipe de referência do CRAS, que é responsável pela gestão territorial da proteção básica, assim como, pela organização dos serviços ofertados no CRAS, onde sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB – RH/SUAS, e a quantidade de profissionais da equipe de referência depende do número de famílias cadastradas em cada CRAS.

Segundo o SUAS, a equipe de referência do CRAS é interdisciplinar, assim como os perfis profissionais devem convergir de forma positiva ao favorecimento do desenvolvimento das funções do CRAS. O trabalho social desenvolvido com as famílias depende de um investimento e de uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a trabalharem coletivamente, com o objetivo em comum, de apoiar e contribuir para a superação das situações de risco e vulnerabilidades sociais, através do fortalecimento de vínculo das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS.

Portanto, estas são algumas das atribuições dos técnicos de referência e do coordenador do CRAS, que visam uma melhor aplicabilidade da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, através de uma ação interdisciplinar, que compreende que o principal objeto de ação da PNAS, são “os riscos e as vulnerabilidades sociais”, que não são fatos homogêneos e simples. Mas, complexos e multifacetados, que exigem atuações e respostas diversificadas, que poderão ser alcançadas através de uma ação conjunta, que envolve a ação de profissionais da assistência social, a própria PNAS, e a colaboração dos usuários da política, para que na prática estes serviços funcionem da

melhor maneira possível, atendendo as necessidades de seus usuários, através da concretização dos direitos sociais.

2.4. O Mundo Submerso da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004

“Muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade”. (BRASIL, 2004, p. 11)

É interessante notar que toda a operacionalização da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, transforma em ações concretas os pressupostos já enunciados e apresentados pela Constituição Federal de 1988 e pela LOAS em 1993. A PNAS através de suas definições, princípios e diretrizes, torna realidade o plano estratégico de controle e monitoramento social, a partir da implementação da política de assistência social. Cumprindo com uma urgente demanda social, necessária para o projeto de desenvolvimento social do país, assim como uma política conquistada através de enormes confrontos sociais postos em cheques pelos profissionais do Serviço Social e pela sociedade, além de ser uma política necessária para o cumprimento do acesso aos direitos sociais e da cidadania no país.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (BRASIL, 2004, p. 31)

Segundo o SUAS/2004, a Política Nacional de Assistência Social expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Onde é expressivo o avanço da sociedade brasileira em decorrência da política de assistência

social, além de seu reconhecimento como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. Os principais eixos da luta da sociedade brasileira e dos assistentes sociais, se caracterizam pela luta pelos direitos da criança e do adolescente, idosos, pessoas com deficiência e indivíduos de modo geral, que estejam em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Algumas questões, são importantes para a compreensão da implementação da PNAS: 1) É interessante notar, que o campo da assistência social passa a ter um investimento maior, do que em décadas passadas; 2) A assistência social se consolida a partir do momento que ela passa a ser vista como política pública e direito social; 3) A implementação do SUAS, possibilitou uma organização e uma efetivação da assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado.

Mediante os novos compromissos assumidos pelo Estado, que através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS proporcionou uma abertura e uma estrutura maior, para o desenvolvimento de programas sociais de controle social e combate a fome, e um programa de seguridade social pautado na garantia dos direitos sociais, legitimado pelo Estado, e não como uma prática clientelista ou de caridade.

A assistência social, a partir do momento que passa a ser implantada como política pública passa a ser configurada como uma política de proteção social, que significa dizer, que irá garantir que a todos que dela necessitem, e sem contribuição prévia, terá uma proteção social efetiva, através do acompanhamento de indivíduos classificados em situação de risco e vulnerabilidade social.

As estruturas do universo da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004:

1. Primeiro que ela se caracteriza por constituir uma visão social inovadora, dando continuidade às propostas já apresentadas pela Constituição Federal de 1988, e pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, através da análise da situação social coletiva, dando enfoque nas questões sociais que envolvem as diferenças sociais, as disparidades e as desigualdades.

2. Segundo, se caracteriza também por possuir uma visão social de proteção, que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais, assim como deverá conhecer os recursos com que conta para enfrentar tais situações de vulnerabilidade, com a finalidade de poder reduzir ao máximo tais situações.
3. Terceiro, esta visão social deverá ser capaz de captar as diferenças sociais, buscando compreender que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia.
4. Quarto ponto, e não menos importante, afirma que a visão social composta da Política Nacional de Assistência Social, também deverá ser capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser assumidas. Portanto, a análise da situação social dos usuários da política não pode ser pautada apenas na questão das “ausências”, mas também das “presenças”, buscando evidenciar o que o indivíduo consegue se destacar, seja através de habilidades, envolvimento, afinidade, e etc.

Portanto, a visão atual da Política Nacional de Assistência Social leva em consideração três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social, segundo a NOB/SUAS, exige uma capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que os riscos e as vulnerabilidades se apresentam.

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos (BRASIL, 2004, p. 16).

Sendo assim, a assistência social brasileira passa a se preocupar com o reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, assim como,

está preocupada com o desenvolvimento do protagonismo social dos usuários da Política Nacional de Assistência Social.

É importante esclarecer, que a proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência, através da busca e do incentivo da produção de rendimento e de autonomia, assim como deve garantir a acolhida e o fortalecimento do vínculo familiar. São diretrizes de proteção social que na prática nem sempre é possível atingir, mas existe o esforço por parte dos assistentes sociais, que aplicam as diretrizes da PNAS em seu exercício profissional nas respectivas unidades assistenciais. Onde é importante afirmar que, a segurança da convivência familiar é um dos objetivos a serem alcançados pela PNAS.

Princípios Democráticos da Política Nacional de Assistência Social:

- 1) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- 2) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- 3) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- 4) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- 5) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Os Objetivos da Política Nacional de Assistência Social:

- 1) Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, em especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

- 2) Contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;
- 3) Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária;

E no que concerne ao público alvo da PNAS, caracterizam-se por serem cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

2.5. A Proteção Social Básica

Segundo a PNAS, a proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, assim como, tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Destinada especificamente, à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, condições precária de acesso aos serviços públicos, dentre outras situações), assim como, pela fragilização dos vínculos afetivos. E como estabelece a própria política, os programas e os projetos sociais deverão ser executados pelas três instâncias do governo e devem ser articulados dentro do SUAS. Vale destacar, que o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, é uma das principais ferramentas de atuação e efetivação da PNAS.

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão, ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários. (BRASIL, 2004, p. 35)

É importante esclarecer, mais uma vez, que meu interesse de pesquisa está centrado na Proteção Social Básica - PSB, que compreende ações sociais e profissionais desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Onde o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que oferece serviços de Proteção Social Básica, que organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

O principal eixo de atuação do CRAS é o trabalho desenvolvido com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, onde mediante a atuação profissional de assistentes sociais que estão empenhados na luta pelo fortalecimento dos vínculos familiares, acreditam ser o caminho para resolução de algumas questões sociais que estão inseridas no contexto social dos usuários da política.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004, p. 36).

Principais serviços ofertados no CRAS:

- Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF;
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
- Centros de Convivência para Idosos;
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos;

Como já evidenciado anteriormente, é perceptível que os serviços, as ações e os projetos sociais têm foco prioritário nas famílias classificadas em situação de vulnerabilidade e risco social.

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras. (BRASIL, 2004, p. 41)

No que concerne o processo classificatório de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, assim como, as famílias de modo geral, “a vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também as tipologias ou novos arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias (p: 42, Brasil, 2004)”. Ou seja, o sistema classificatório de situação de risco e vulnerabilidade vai além dos aspectos econômicos dos usuários da política, dentro deste processo classificatório estão imbuídas condições objetivas e subjetivas que levam os profissionais do serviço social categorizar indivíduos em situação de risco e de vulnerabilidade social.

E dentro deste universo que marca o sistema classificatório, encontram-se, assistentes sociais que lutam por causas sociais em seu universo de trabalho, que compreende como as principais causas, os direitos humanos, a garantia dos direitos sociais, proteção às crianças, adolescentes, idosos, deficientes e dentre outros grupos que estão presentes na agenda das causas sociais destes profissionais-militantes.

A constituição de condições objetivas e condições subjetivas é que irá nortear e nutrir a ação e a atuação profissional dos assistentes sociais perante as questões sociais que vão sendo trazidas e buscadas no seu universo de trabalho. Ao falar de condições objetivas, refiro-me as orientações técnicas da Política Nacional de Assistência Social –

PNAS, e quanto às condições subjetivas, refiro-me aos valores humanitários, morais, e as histórias de vida, e as visões do mundo social dos assistentes sociais que realizam o processo classificatório de crianças, adolescentes e famílias de modo geral, em situação de risco e vulnerabilidade social.

É interessante perceber que a natureza da assistência social só foi elevada à categoria de política pública em 1988, onde ocorreu uma intensa participação da sociedade no processo de elaboração da constituinte, que tinha como objetivo a busca por um sistema político e social que atendesse as necessidades do povo, seja na esfera econômica, política, social e cultural. A busca por uma seguridade social efetiva no âmbito da assistência ocasionou numa transição do campo da ajuda para o campo da cidadania e dos direitos sociais, onde o Estado passa a garantir a responsabilidade da proteção social para quem dela necessitar.

Outra questão relevante, no que constitui os objetivos da PNAS, é a finalidade de romper com a concepção de doação, caridade, favor, bondade e ajuda que tradicionalmente caracterizava a assistência social como fator único da ação social. Onde os usuários da assistência social eram vistos como atores sociais dependentes, frágeis e vitimizados pelas entidades e instituições que lhe assistiam.

A PNAS tem como meta um investimento na formação e na capacitação destes atores sociais, usuários da política, com a finalidade de proporcionar e orientar estes atores pela busca por uma ascensão social, do qual a partir dos anos 2000, vem ganhado mais espaço na agenda do Governo Federal. E um outro fator importante deste processo de transformação da assistência social, é que ao longo do tempo ocorreu também um processo de qualificação profissional na intervenção social da assistência, onde a prática da assistência social passa a ser profissionalizada a partir do momento que se cria o curso superior de Serviço Social no Brasil.

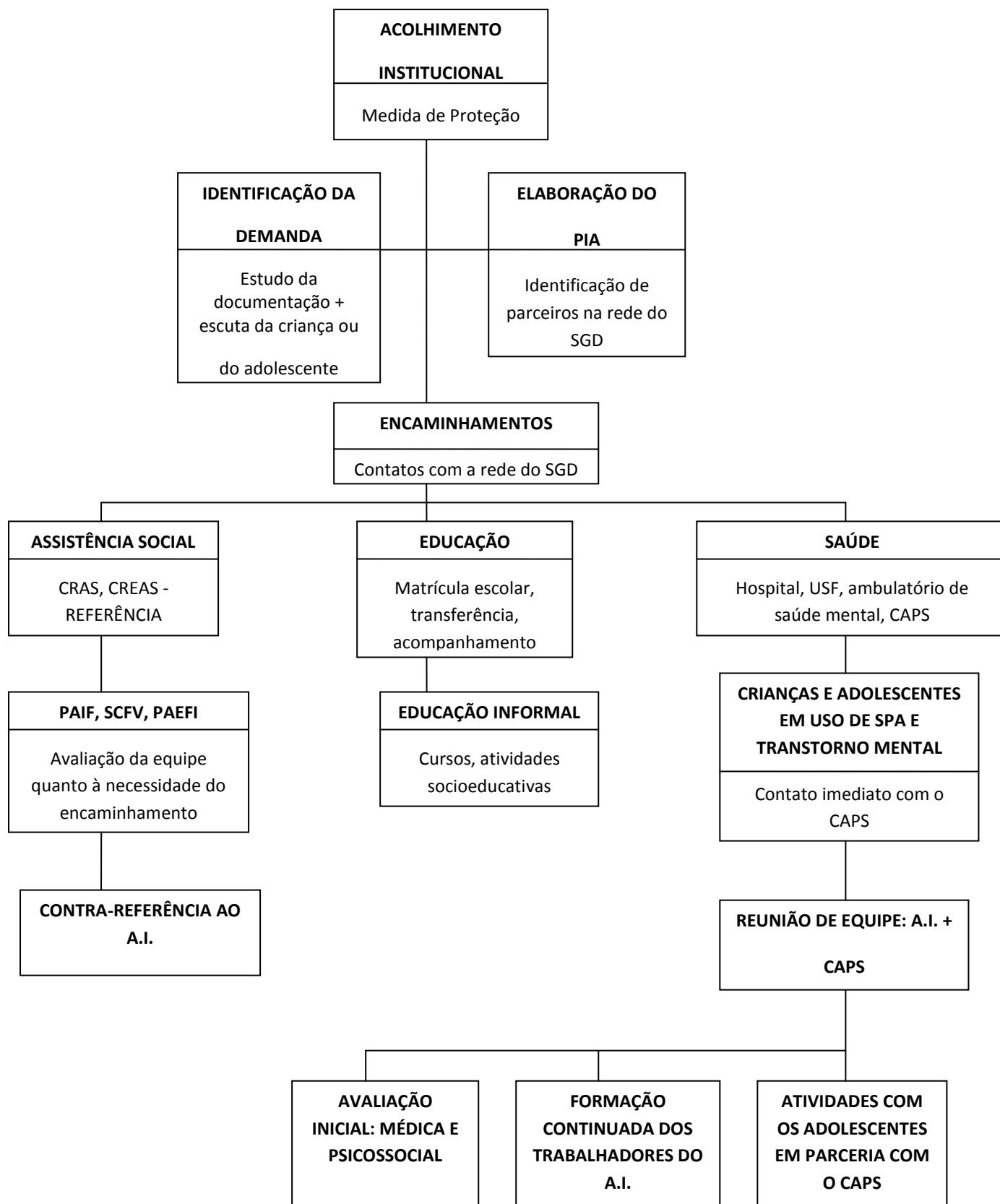
A nova forma de conceber e gerir esta política estabelecida, pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, exige alterações no processo de trabalho dos trabalhadores de modo que a prática profissional esteja em consonância com os avanços da legislação que regula a assistência social, assim como, as demais políticas sociais. (COUTO, 1999)

Segundo Couto (1999), a concepção da assistência social como direito impõe aos trabalhadores da política que estes superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos. Isto portanto, muda substancialmente seu processo de trabalho mediante o processo de qualificação e adequação profissional dos assistentes sociais.

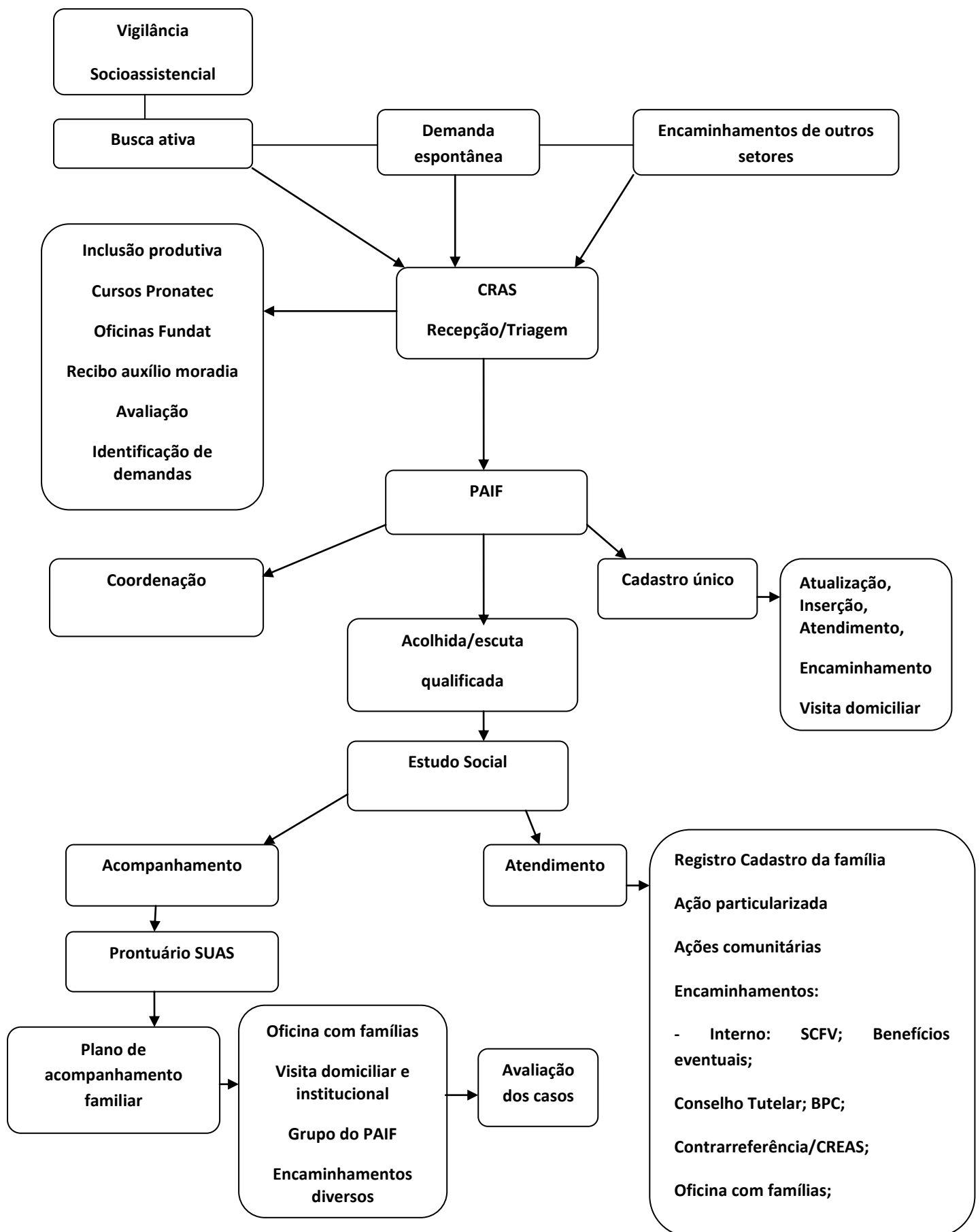
O novo modelo de gestão da política de assistência social visa um conhecimento profissionalizado e aprofundado da legislação implantada a partir da Constituição Federal de 1988. “É impossível trabalhar na ótica dos direitos sem conhecê-los e impossível pensar na sua implantação se não estiver atento às dificuldades de sua implantação” (Couto, 1999:207).

A PNAS afirma que, a participação e o controle social sobre as ações do Estado, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, também requer dos trabalhadores um arcabouço teórico, técnico e operativo de nova natureza, no propósito de fortalecimento de práticas e espaços de debate, propositura e controle da política na direção da autonomia e protagonismo dos usuários, reconstrução de seus projetos de vida e de suas organizações. Ou seja, o compromisso com a assistência social como política pública, exige uma profissionalização dos assistentes sociais, já que são eles os operadores da política pública.

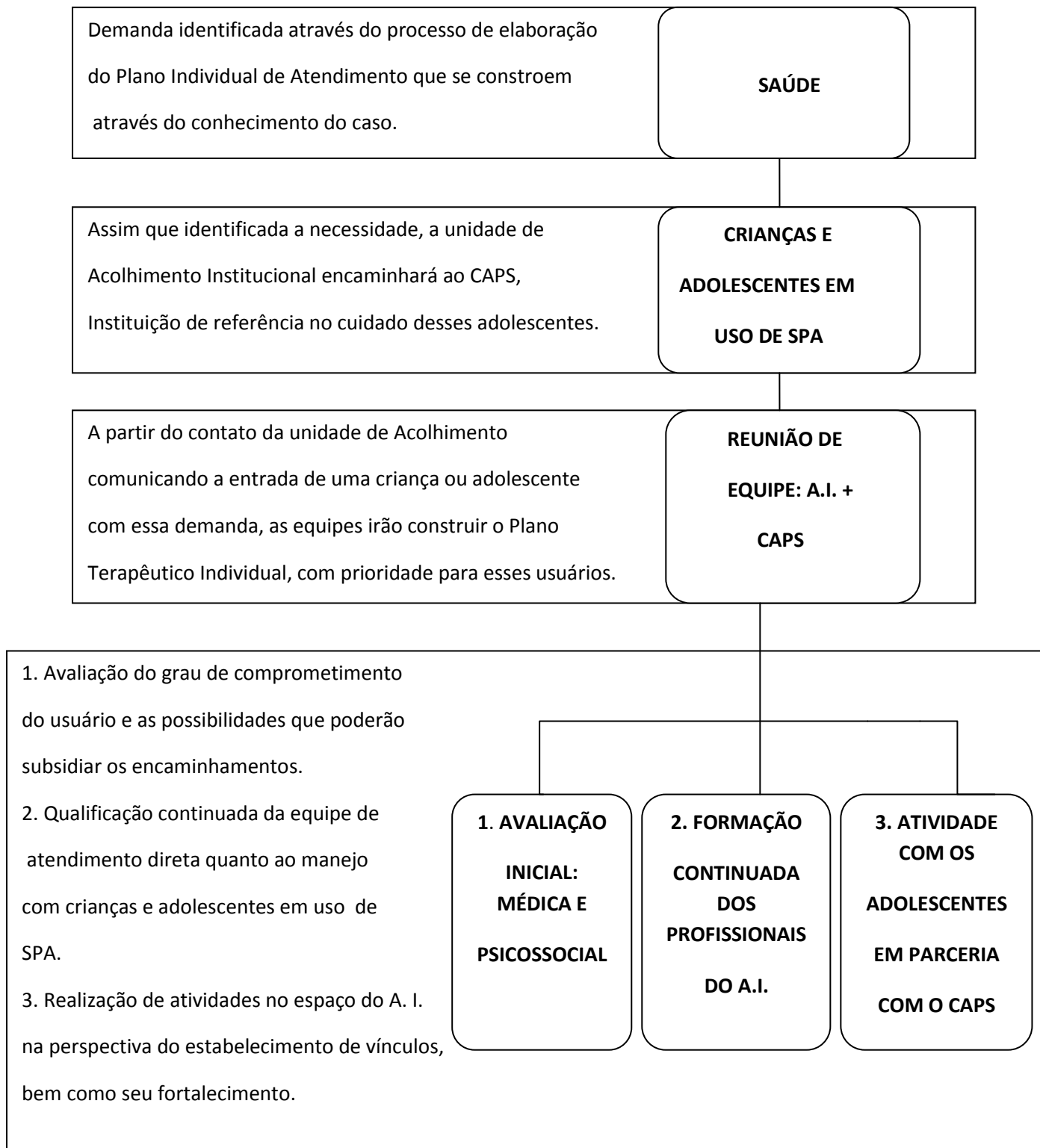
FLUXO DE ACOMPANHAMENTO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL



FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO DO CRAS/PAIF



FLUXO DETALHADO DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM USO DE SPA EM A. I.



CAPÍTULO III: DE MILITANTES POLÍTICOS A ASSISTENTES SOCIAIS: UMA PROFISSÃO À SERVIÇO DE UMA CAUSA E MÚLTIPLOS SABERES

Este capítulo tem como objetivo compreender como ocorreu o processo de construção social da carreira profissional de assistentes sociais envolvidos nas causas públicas, analisando especificamente, a relação entre militância e profissão. Levando-se em consideração os saberes especializados, adquiridos através da inserção no universo profissional, assim como, os saberes militantes obtidos através da inserção na esfera política, como por exemplo, associações, movimentos e grupos. Com base em uma investigação mais aprofundada acerca das carreiras profissionais de assistentes sociais que são operadores da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

O objetivo principal deste capítulo é de analisar o processo de conversão pelos quais passaram estes profissionais que converteram seus recursos militantes em habilidades profissionais, a partir de uma espécie de imbricação e complementaridade entre estes saberes. Trata-se de maneira mais específica, não de apresentar as diferenças encontradas entre o universo profissional e o universo da militância política, mas busca-se compreender como estes assistentes sociais, que atuam na luta pela preservação dos direitos sociais, são conduzidos a fazer uso de uma competência profissional adquirida através da legitimação do diploma, associada a uma militância política. Ocasionalmente numa ascendência à participação na esfera pública, devido à multiposicionalidade exercida por estes profissionais, que mediante uma militância política e profissional efetiva, conseguem reelaborar a sua atuação profissional mediante a fusão destes saberes.

Em linhas gerais o capítulo consiste em abordar a relação entre militância e profissão a partir da análise de carreiras militantes dos profissionais do Serviço Social, que estão inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, de Aracaju – SE, e que se engajam na construção e na luta de causas públicas. A compreensão das etapas da construção da carreira profissional, analisada nesse capítulo, segue uma perspectiva interacionista, que está preocupada em compreender as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram o surgimento dessa carreira profissional ancorada aos debates políticos-profissionais que constituem o universo da Assistência Social Brasileira. Levando-se em consideração os saberes especializados, adquiridos através da inserção no universo profissional, assim como, os saberes

militantes obtidos através da inserção na esfera política, como por exemplo, associações, movimentos sociais e grupos de discussão.

A análise de carreira permite mostrar as regularidades presentes na carreira destes indivíduos, que possuem uma militância política, um engajamento e uma profissão à serviço da construção das causas públicas. Analisar apenas as predisposições para a militância política não explica este fenômeno social, que também é político. E para realizar essa reflexão acerca da relação entre militância e profissão, é preciso colocar a análise para além das predisposições “naturais” da qual o Serviço Social foi rotulado, tanto no aspecto profissional, como também no que concerne a prática do engajamento e da militância política.

Diante de tal cenário, se faz necessário uma problematização da atuação profissional dos assistentes sociais a partir da análise da Sociologia dos Grupos Profissionais, assim como, uma análise do Engajamento, da Militância e da Participação Política dos assistentes sociais no âmbito das Causas Públicas. Portanto, o resultado da “ação político-profissional” não explica a ação, o comportamento, não explica de modo geral, a politização destes agentes profissionais.

É preciso analisar a seqüência de eventos e os seus respectivos encadeamentos que constitui o pilar das carreiras militantes destes profissionais do Serviço Social, apresentando-as objetivamente, como uma “seqüência de posições” num ou mais campos da prática social, e subjetivamente, como uma “história pessoal” cujo relato atualiza visões de si e do mundo (Dubar, 1998).

A partir do período de Redemocratização e Abertura Política, os estudos sobre o militantismo no Brasil detectou o aparecimento de novas modalidades de militantismo, com diferentes modalidades de atuação, são elas, militância religiosa, sindical, ambiental, filantrópica, direitos humanos, político-partidária, causas sociais, organizações representativas, movimentos sociais, cargos públicos e eletivos, e etc. Neste sentido, segundo Oliveira (2008), uma das principais transformações que tem sido salientada é a tendência geral de institucionalização da ação associativa a fim de regularizar seu acesso aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas, além de profissionalizar seus integrantes e suas atividades.

A relevância do conceito de carreira para os estudos que abrange o universo dos movimentos sociais, da participação política e profissional, e de modo geral, atores sociais que se unem em torno de causas públicas, foi um conceito herdado da tradição interacionista da Escola de Chicago, que ofereceu a oportunidade de melhor compreender o processo de engajamento e militância política por meio da identificação de um modelo de inteligibilidade que escapa das alternativas clássicas entre estruturas e estratégias (Agrikoliansky, 2001).

Originalmente o conceito de carreira foi apresentado por Everett Hughes, em uma abordagem que permitia compreender o universo profissional do qual ele estava examinando. Mediante a sua análise de carreira profissional foi possível compreender as etapas de construção do exercício profissional, constituídas a partir de condições objetivas e subjetivas, desenvolvidas numa sequência de eventos encadeados, dos quais compõe uma carreira.

Howard Becker, afirma que o conceito de carreira de Hughes refere-se a duas dimensões: “Objetivamente, como uma série de status e funções claramente definidos, sequências típicas de posição, realização, responsabilidade e até de aventura. Subjetivamente, uma carreira é uma perspectiva móvel em que uma pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e as coisas que lhe acontecem”.

Aplicado ao engajamento, a militância e a participação política, o conceito de carreira permite compreender como, em cada etapa da biografia, atitudes e comportamentos são determinados pelas atitudes e comportamentos do passado e que por sua vez determinam o leque de possibilidades de vir assim situar períodos de compromisso ao longo do ciclo de vida (Fillieule, 2001).

Segundo Agrikoliansky, (2001), a análise do conceito de carreira permite considerar as ações humanas como processo, isto é, como atividades que possuem um lugar no tempo e uma constituição de dinâmica própria e não como um mero reflexo de restrições estruturais ou computações utilitaristas. A ênfase é colocada sobre a capacidade interpretativa de agentes, quer dizer, os significados que atribuem às suas ações e situações de escolha em que são colocados.

E assim, mediante a análise de carreira dos profissionais-militantes, é possível captar os níveis de envolvimento social, político e profissional de assistentes sociais que militam em causas públicas. Abrindo caminho para um novo olhar sobre o engajamento, a militância e a participação política. Contextualizando, desta maneira, a análise dos efeitos práticos produzidos nas diversas seqüências de ação que compõem uma carreira, captando desta forma as motivações para o engajamento e a militância política de determinada causa social.

Onde se busca, apreender também, a dimensão moral da militância política, que pode estar ligada aos interesses sociais, políticos, profissionais ou humanitários, e ao mesmo tempo compreender o sentido do compromisso atribuído a construção de causas públicas, mediante a análise da atuação profissional.

3.1. Recursos Profissionais: Origens Sociais e Capital Cultural

Através da aplicação de questionários com assistentes sociais que estão inseridos nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, de Aracaju, foi possível traçar um perfil geral desses profissionais que de maneira direta ou indireta estão envolvidos com os debates a cerca das questões sociais de ordem pública. Foi possível realizar uma visita em todos os CRAS de Aracaju, com o intuito de poder aplicar o máximo possível de questionários nestas unidades assistenciais.

Como toda imersão ao campo, exigiu-se um levantamento prévio acerca daquele universo, cuja finalidade seria poder direcionar melhor o olhar acerca do objeto a ser investigado. Cuja finalidade, consistiria em poder extrair ao máximo as informações que possibilitasse a compreensão da atuação profissional mediante o processo de complementariedade dos saberes militantes e profissionais.

Foi realizado um levantamento acerca da quantidade de CRAS existente na cidade de Aracaju, e chegou-se ao número de 15 unidades assistenciais espalhadas pela cidade. Foram contabilizados 42 assistentes sociais lotados nesses CRAS, e a média por CRAS era de aproximadamente três assistentes sociais, porém este número variava de acordo com a demanda pelos serviços assistenciais referenciados no território no qual o CRAS está localizado.

O processo de recrutamento de assistentes sociais para as unidades do CRAS ocorre mediante concurso público, realizado pela Prefeitura Municipal de Aracaju. Desses 42 assistentes sociais lotados nos CRAS de Aracaju, 41 são mulheres e apenas um homem foi encontrado nessas unidades assistenciais. Um fato que chamou a atenção foi perceber que mesmo diante dos processos de transformação que passou o curso de Serviço Social a partir da década de 80, ainda é encontrado alguns vestígios da composição profissional dos assistentes sociais da primeira linhagem, que era expressivamente marcada pela predominância de mulheres no curso, além da relação forte que essas assistentes sociais possuíam com a igreja católica.

Consegui aplicar 33 questionários, porém uma das assistentes sociais se recusou a responder o questionário, que segundo ela, era “muito invasivo”, principalmente nas questões que envolvia as origens sociais e a média de salários. Através da análise dos questionários aplicados, foi possível identificar as origens geográficas desses assistentes sociais, onde a maioria dos assistentes era de Aracaju, especificamente 23 assistentes sociais, três do interior de Sergipe, e seis do interior da Bahia. A idade dos assistentes variava entre 27 anos até 57 anos, a idade média aproximada era de 34 anos. Quanto ao estado civil, 18 assistentes sociais se declararam casadas, 12 assistentes sociais se declararam solteiros, e duas se declararam divorciadas.

Uma das perguntas que englobava o bloco das origens sociais era a seguinte: qual a profissão do pai e da mãe? (especificando ao máximo, evitando o uso de categorias genéricas, como por exemplo, “militar”, “comerciante”, “funcionário público”, “professor”, e etc.). Porém, ao responder o questionário nem todos os assistentes especificaram as profissões de seus ascendentes.

No que concerne a profissão da mãe, 15 responderam que a mãe era dona de casa, seis responderam que a mãe possuía como profissão ser professora (e não especificando que tipo de professora, qual disciplina, e nível educacional de atuação profissional). Duas assistentes sociais responderam que a mãe tinha como profissão ser pedagoga, um assistente respondeu que a mãe era auxiliar de enfermagem, um assistente respondeu no quesito profissão da mãe, que a mãe possuía nível superior completo, mas não especificou qual era sua profissão. Uma assistente respondeu que sua mãe tinha como profissão ser auxiliar de cozinha, três assistentes responderam que sua mãe era auxiliar administrativo, uma respondeu que sua mãe era funcionária pública (mas não

especificou que tipo de funcionária pública). Uma respondeu que sua mãe era aposentada (e também não informou a sua profissão), e por último, uma assistente informou que a mãe tinha como profissão ser doméstica. Evidencia-se que no quesito profissão da mãe, 15 são donas de casa, quase a metade das mães das assistentes sociais, já que a amostra foi composta de 33 questionários, porém apenas 32 foram respondidos.

No quesito profissão do pai, o cenário era um pouco mais diversificado, três assistentes sociais responderam que seu pai era comerciante, dois agricultor, dois contador, dois mecânico, dois bancário, um representante comercial, um caminhoneiro, um industrial, “um falecido” (por incrível que pareça um assistente social respondeu no quesito profissão do pai, o termo falecido e não informou a profissão exercida pelo pai durante a sua vida). Dois funcionários público (que também não foi especificado a profissão), três assistentes administrativos, um topógrafo, um técnico agrícola, um gerente de manutenção, um taxista, um ferreiro e serralheiro, um sargento, um policial militar, um autônomo, um micro-empresário, um técnico de estradas, e uma assistente não respondeu à pergunta acerca da profissão pai.

Diante de tal apresentação, da profissão dos pais dos assistentes sociais que estão sendo examinados, percebe-se que eles em sua maioria não possuem uma formação de nível superior. Não foi encontrado nas respostas do questionário nenhum pai ou mãe com formação em Serviço Social, ou outro tipo de curso superior voltado para o âmbito das questões sociais. O que foi encontrado foi a presença de algumas mães professoras e pedagogas que seguem uma linha educacional, mas que também é possível dialogar com as questões sociais que envolvem o terreno da assistência social, porém essa questão da relação do profissional professor, e educador não será aprofundada, devido a imposição do recorte de pesquisa.

Outra problemática abordada nos questionários, ainda no bloco sobre as origens sociais, interrogava-se sobre a participação em alguma entidade ou associação por parte dos ascendentes, como por exemplo, associações religiosas, partidos políticos, associações de bairro, movimentos sociais, sindicato, cooperativa e dentre outras mais associações. No âmbito dos pais dos assistentes sociais, obteve-se o número de seis pais que participavam de algum tipo de entidade ou associação, 22 pais não participavam de nenhum tipo de entidade ou associação, três assistentes sociais não sabiam informar esta

questão, e um assistente não respondeu este quesito. No quadro das mães o cenário é o seguinte: quatro mães participavam de algum tipo de entidade ou associação, 27 não participavam de nenhum tipo de associação, e um não sabia informar se a mãe participava ou já tinha participado de algum tipo de associação ou entidade.

O trajeto escolar dos assistentes sociais é uma etapa importante que permite agregar elementos para a compreensão da carreira profissional dos assistentes sociais, assim como, fornece alguns dados importantes para compreensão do processo de conversão dos saberes militantes e profissionalizados, e sempre reforçando a ideia de que é um processo de complementaridade e não um processo de diferenciação.

Através da análise dos questionários no bloco que corresponde o trajeto escolar identificou-se que 13 assistentes sociais concluíram o ensino de 1º e 2º grau na esfera privada, 14 assistentes sociais concluíram o ensino de 1º e 2º grau na esfera pública, e cinco assistentes sociais possuíram uma formação nas duas esferas, pública e privada, possuindo, portanto, uma formação de 1º e 2º grau mista. E quanto à formação de nível superior, identificou-se que 22 assistentes sociais realizaram o curso de Serviço Social na esfera pública, especificamente na Universidade Federal de Sergipe. E 10 assistentes sociais realizaram o curso de Serviço Social em instituições privadas. Além do curso de graduação, foi identificado que uma assistente social possui Mestrado em Serviço Social pela UFPE, tendo como área de concentração os movimentos sociais.

Outra assistente social informou que a sua titulação mais alta era de Pós-Doutorado, porém ela não informou à instituição que ela estava vinculada, e nem informou a sua área de concentração. Enquanto pesquisadora tenho uma leve desconfiança acerca dessa titulação de Pós-Doutorado, da qual foi informada por uma assistente social, não querendo remover o mérito e a capacidade desta profissional, mas pelo que me parece diante da análise desse questionário e uma conversa informal que tive com essa mesma profissional, ela atribui um significado diferente do convencional para conquistar tal titulação. Ela demonstrou atribuir essa titulação mais alta de Pós-Doutorado, devido ela se considerar uma profissional experiente, que está na assistência social a mais de 30 anos, antes mesmo de concluir o curso de Serviço Social lá na década de 80, assim como, se diz ser conhecedora de maneira profunda das grandes questões sociais que envolvem não só o campo da assistência, mas o Serviço Social como um todo.

Apenas cinco assistentes sociais possuem a graduação como a titulação mais alta, pois as demais 25 assistentes sociais possuem especialização. Um dado relevante encontrado nos questionários ainda no tópico da titulação mais alta, especificamente as especializações desses assistentes sociais, foi sobre as áreas de concentração dessas especializações, sendo as mais recorrentes: Planejamento e Gestão de Projetos Sociais; A Política de Assistência Social na Perspectiva dos Direitos; Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes; Saúde Pública e da Família; Gestão de Políticas Públicas; Direitos Humanos, Compromisso e Seguridade Social; Política Social e Serviço Social; Direito da Família e Políticas Sociais; Gestão Social: Em defesa dos Direitos Sociais; e Gestão de Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça.

É interessante perceber que a trajetória do profissional do Serviço Social é marcada pela constante aproximação do universo dos problemas sociais. Se antes a assistência social era vista como uma prática de “ajuda”, acolhimento dos mais desfavorecidos socialmente, benesse e dentre outros termos relacionados à prática da assistência social, hoje a assistência social brasileira é vista pela perspectiva dos direitos, como um dever do Estado zelar pelas garantias mínimas dos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade social e risco.

Independente do surgimento de situações de vulnerabilidade social e risco, a Constituição Brasileira de 1988 garante os direitos fundamentais dos indivíduos, que são imprescindíveis à existência humana e à coexistência digna dos seres humanos, como a proteção à vida, o exercício de sua liberdade, sua igualdade perante os demais, a intangibilidade de sua pessoa e de seus direitos, e em nosso sistema político, o direito de ter, possuir ou se apropriar do fruto de seu trabalho e suas conquistas.

No entanto, sabemos que a efetividade da garantia dos direitos sociais na prática nem sempre é atendida, e, é aí que entra em cena a figura dos assistentes sociais, que possuem um papel importante na luta pela garantia dos direitos sociais, para que esses direitos não sejam violados.

A postura do assistente social se traduz tanto no aspecto do discurso quanto no aspecto da linguagem corporal, que aquele ser é dotado não apenas de um conhecimento especializado em termos científicos, mas também é dotado de um conhecimento e uma prática militante do qual este ser foi iniciado e absorvido. Essa é a regra, mas também existem exceções dentro das próprias unidades assistenciais da qual foi examinada aqui,

onde também são encontrados aqueles profissionais de “gabinete”, que são um tanto apáticos com os debates políticos e profissionais do qual o Serviço Social se debruça. E acabam sendo meros instrumentos mecânicos da Política Nacional de Assistência Nacional, e passam uma boa parte do tempo reclamando que a política não possui uma efetividade, devido à falta de recursos, e que segundo a fala desses assistentes sociais de “gabinete”, que não vão à luta pela efetividade da política e das garantias dos direitos sociais, que a “política de assistência social era uma coisa de pobre para pobre”.

Ao longo desse texto tentarei apresentar as principais características que definem um profissional-militante, especificamente o caso dos assistentes sociais, que apresenta um modelo de atuação profissional politizada, possibilitada através da relação de complementaridade de saberes ativistas e saberes especializados, como “uma espécie de imbricação e complementaridade entre estes saberes” (Petrarca, 2015).

3.2. Profissão e Militância Política: Assistentes Sociais

As análises da relação entre profissão e política vêm ganhando fôlego nos últimos anos, onde profissão e política são duas categorias que se complementam no âmbito dos movimentos sociais. Há uma tendência muito forte para a profissionalização política, e segundo Camille Goirand, a questão da profissionalização política possibilita um laço entre as esferas contestadora e institucional, sendo possível encontrar na profissão de assistente social uma relação direta com a política, mediante algum tipo de engajamento, militância e atuação política destes profissionais.

Para compreender a relação entre profissão e política, antes de qualquer coisa é interessante conhecer a história da profissão no Brasil, as características da assistência social brasileira, como se estabeleceu a relação entre o Serviço Social e o Estado, como ocorre o controle de mercado da profissão, quais são os critérios de pertencimento à profissão, em que circunstâncias foi elaborado o modelo de projeto ético-político profissional, dentre outras informações que possa contribuir para uma compreensão da atuação político profissional dos assistentes sociais mediante o uso de práticas políticas e o uso de um título acadêmico.

Segundo Matos, (2010), para a compreensão da atuação político profissional dos assistentes sociais, é preciso levar em consideração as mudanças ocorridas na sociedade,

dentre elas, o processo de industrialização, o crescimento da população urbano-industrial, a intensa divisão do trabalho, dentre outros fenômenos sociais que provocou um novo rearranjo social.

A análise da carreira profissional-militante dos assistentes sociais ocorrerá mediante a apreensão do modo particular como estes profissionais enxergam o mundo ao seu redor, apreendendo como estes profissionais se relacionam com as esferas político-sociais, como eles se organizam em torno da construção de causas públicas e principalmente, como eles convertem um engajamento e uma militância política em uma profissão. Este processo de conversão situa-se dentro do quadro de eventos que compõe a carreira desses atores, que possuem originariamente uma forte integração em redes politizadas, sejam elas, desde uma militância religiosa até uma militância partidária, incluindo os processos de socialização pelos quais estes atores participaram ao longo de sua carreira, possibilitando uma aproximação com o universo das causas públicas.

Rumo a uma militância profissionalizada mediante o uso do título acadêmico, militantes que defendem uma causa e lutam por ela, são lançados num campo pela busca do reconhecimento, que se dá através do uso de práticas políticas e uma formação qualificada de nível superior. Essa busca pelo profissionalismo parece ter sido acelerada pelo surgimento de um contexto político e institucional de injunção a participação política, confrontado com esta abertura gradual do meio da participação, os militantes originais foram forçados a converter seus recursos militantes em uma verdadeira experiência profissional, incluindo notadamente uma valorização da “expertise” (Nonjon, 2005).

De forma mais específica, não é a oposição entre especialistas e ativistas que permite compreender a construção das causas, mas a forma como os profissionais, que atuam na defesa de causas, são conduzidos a fazer uso de dois “registros de legitimação” – para usar aqui uma expressão de Lochard e Simonet (2009), que são as competências profissionais e a ação política. Trata-se do peso que exerce a multiposicionalidade, o multipertencimento, e as trajetórias e carreiras que se formam em diferentes universos. Assim, a figura do profissional engajado se constitui na circulação entre o espaço profissional e o engajamento político, entre a profissão, as associações militantes e as instituições públicas. Esta múltipla inserção exerce um papel importante nos processos de reelaboração da imagem do profissional e do sentido atribuído ao conhecimento especializado. (PETRARCA, 2015, p. 92)

Uma profunda transformação dos modos de produção da ação pública parece estar acontecendo, novas questões estão surgindo em torno do imperativo participativo, e assim, a tendência a profissionalização tem conduzido os militantes a ampliar sua área de atuação política e profissional. E mediante estas mudanças, surge a figura do expert-militante, onde os militantes originais parecem ter encontrado nesta figura uma brecha que lhes permite conciliar engajamento militante com a tendência a profissionalização (Nonjon, 2005).

E assim, o engajamento e a militância política dos assistentes sociais fora elevada a partir do momento que ela se profissionalizou, se institucionalizou e se regulamentou. Logo, a formação universitária, “é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter à formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organização e de movimentos” (Oliveira, 2008).

Através da análise da carreira militante dos profissionais do Serviço Social, percebe-se uma inclinação muito forte para um fortalecimento e uma identificação do território de atuação destes atores, que a partir da consolidação de seu reconhecimento social assumido frente à sociedade e ao Estado, legitimou a sua presença tanto no campo das ações coletivas, como na esfera profissional, garantindo o monopólio do conhecimento através do processo de profissionalização e resultando desta forma numa atuação efetiva no campo das questões públicas. Estes militantes reforçam a sua participação política através de investimentos numa formação universitária de qualidade, Petrarca (2007), analisa que tais investimentos buscam o controle do mercado, o domínio sobre os critérios de pertencimento à profissão, os recursos legítimos para a entrada na profissão.

A escolha do curso está ancorada a um aspecto político-subjetivo, que precisa ser analisado e contextualizado, onde não se pode assumir uma visão determinista quanto à escolha da profissão, mas também não podemos considerar a escolha profissional como algo “por acaso”. É preciso compreender como o Serviço Social se apresentou a estes atores, como possibilidade de obtenção de algum tipo de reconhecimento, assim como, é preciso compreender o papel político que os assistentes sociais assumem frente às causas públicas. Portanto, possibilitando desta maneira um

engajamento, uma militância e uma participação política que atesta o plano de reivindicações e intervenções político-social destes atores sociais.

Estes profissionais defendem, “com base em uma nova concepção de profissão, um Serviço Social crítico, comprometido com a democracia e com a realidade social, ao tempo em que reforçam a sua competência política” (Matos, 2010). E desta forma, concentrando os seus investimentos na defesa de uma formação universitária de qualidade, para que se possa garantir o monopólio da assistência social, eles utilizam o engajamento, a militância e a prática política como recursos que possibilitam um diferencial na carreira destes profissionais, que passam a incorporar tanto uma dimensão política, quanto uma dimensão profissional, que possibilite num maior crescimento de áreas de atuação profissional, que possa reunir esses assistentes sociais, e que eleve a um reconhecimento político e profissional no plano de atuação de causas públicas.

A inserção profissional destes assistentes sociais no âmbito das questões públicas está ancorada na defesa de uma sociedade democrática e igualitária, que possa proporcionar a toda comunidade carente uma assistência social, que garanta a viabilização de acesso aos direitos sociais. Nas diversas áreas de atuação profissional do Serviço Social, cobra-se a estes profissionais uma atuação no plano de controle social edificado pelo Estado, que vise garantir uma seguridade social através da aplicação de políticas públicas que garanta os mínimos sociais aos usuários da assistência social.

Desde o seu surgimento, a figura do assistente social se caracterizou por ser um agente social dotado de uma prática militante e intervencionista, capaz de elaborar planos de atuação que viabilize uma espécie de controle social das camadas mais populares de uma sociedade. Assim, a atuação profissional e a participação política não são realidades distintas. Quando uma profissão, assume um compromisso social com a sociedade, ela insere neste compromisso social não apenas, um conhecimento técnico e científico adquirido na universidade, mas também, uma moral, uma visão de mundo e uma prática política operacionalizada pelos agentes sociais encarregados de desempenhar tal função na esfera social.

[...] Trata-se de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profissional não existe

separado da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com a “realidade” e com a “prática”. (OLIVEIRA, 2008)

Observa-se que a relação estabelecida entre profissão e militância se caracteriza por ser uma relação de complementaridade, que ultrapassa o âmbito profissional, onde não é possível desconsiderar o envolvimento e o compromisso social com a causa abraçada. Aspectos objetivos e subjetivos constituem a ação prática destes atores que se empenham na defesa de causas públicas, onde estes profissionais dizem serem conhecedores da realidade social da qual eles também estão inseridos. E, portanto, ao assumirem este compromisso social para com a sociedade, eles se sentem responsáveis por uma intervenção social, da qual lhes fora legitimada pelo Estado ao reconhecer a profissão mediante o processo de institucionalização e regulamentação, reconhecendo desta forma, o seu caráter social, que não deixa de ser político, e assim, é possível afirmar que há uma proximidade social e uma afinidade deste exercício profissional com a política (Petrarca, 2008).

O entrelaçamento ocorrido entre a profissão e a participação política de assistentes sociais, pode ser compreendido a partir do papel político assumido pelo Serviço Social frente às questões públicas, que possibilitou uma abertura para a militância política ancorada na construção e na luta de causas públicas. E assim, “é possível considerar que a politização dos agentes profissionais, foi em muitos momentos a chance de estar no mercado”, (Matos, 2010).

3.3. A Construção de Uma Causa Pública

As causas e as justificativas da construção de uma causa pública precisam ser analisadas e relacionadas aos atores sociais que se destacam em torno da causa pública. A mobilização em torno da experiência de problemas públicos está condicionada ao contexto político-social que possibilita o desenvolvimento de um determinado tipo de comportamento coletivo.

Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras

de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade (Cefaï, 2009). Sua pesquisa é imediatamente receptiva aos engajamentos de dever, de responsabilidade e de solidariedade, às preocupações de si e do outro e aos ideais de “bem-viver juntos” em jogo nas ações coletivas – assim como aos “imperativos de justificação” da ação em público. (PHARO, 1985; QUÉRÉ, 1990; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, apud CEFÄI, 2009)

As experiências e as perspectivas dos atores sociais envolvidos na construção e na luta de causas públicas ocorrem mediante uma ação político-profissional direcionada aos problemas públicos. O processo de construção de uma causa pública relaciona-se a outras esferas públicas de atuação, como a profissão, o engajamento, a militância e a prática política de atores sociais que se mobilizam em torno de um problema público. É preciso compreender como as práticas político-profissionais se articulam em torno das dinâmicas de construção de causas públicas, para que se possa compreender o processo de construção de causas públicas, assim como é preciso compreender como estes atores se unem pela defesa de uma causa pública, onde ali está imbuído não apenas um interesse pessoal, subjetivo, mas está inserido um interesse coletivo que mobiliza um número grande de atores sociais em torno de uma causa social, centrada na luta pelos direitos sociais, na justiça, na igualdade e na liberdade de ir e vir como cidadãos de uma nação.

A construção de causas públicas está articulada em torno de um processo de engajamento, militância e participação política de atores sociais que se sensibilizam por algum motivo com determinada causa social. No que concerne os profissionais do Serviço Social, percebe-se um grande envolvimento com as causas públicas, principalmente com as causas que envolvem um público classificado, com baixas condições de desenvolvimento social, que amparam-se nas políticas de assistência social como uma espécie de mecanismo social, que possibilita uma possível reintegração de posse dos direitos sociais, dos quais lhes foram dados por direito.

O Serviço Social historicamente possui uma formação técnica interventiva e contestatória, que se preocupa principalmente com os usuários da política de assistência social. É no âmbito da assistência social, que os profissionais do Serviço Social conseguem obter uma maior visibilidade de atuação político-profissional, e desta forma, conseguem reunir um grande número de profissionais que se interessam pelos problemas públicos.

Assim como existe uma parcela significativa destes profissionais, que além de estarem interessados pelas causas públicas, também ambicionam um reconhecimento profissional, político-social, além de buscarem a oportunidade de ocupar cargos públicos, como forma de obter estabilidade e reconhecimento na esfera social. Porém, é preciso reconhecer que nem todos assistentes sociais que estão a serviço da Política Nacional de Assistência Social, ou possuem algum tipo de militância, seja ela política, religiosa, humanitária, social, dentre outras inúmeras possibilidades de desenvolver algum tipo de militância.

[...] a assistência configura-se como um campo de disputa e um elemento definidor da participação política dos assistentes sociais, num primeiro momento, como forma de ajuda funcional ao Estado, e após os anos de 1980, numa perspectiva de compromisso com os setores populares, tomando a assistência como política social, direito do povo e dever do Estado, haja vista que a assistência social sempre esteve presente na história da profissão. (MATOS, 2010)

É através das políticas públicas que os profissionais-militantes do Serviço Social defendem suas causas públicas, que são construídas no cotidiano de seu exercício profissional, mediante a apreensão da realidade social dos usuários das políticas de assistência social. A Política Nacional de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais como algo a ser enfrentado socialmente, para que se possam garantir os mínimos sociais, e universalizar os direitos sociais para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidades e riscos sociais.

De modo geral, a Política Nacional de Assistência Social traça estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência para os usuários que apresentam risco pessoal e social conforme a identificação e classificação do problema público encontrado. Portanto, mediante a instauração de problemas públicos os assistentes sociais realizam um trabalho de intervenção e agem diretamente no problema social, a fim de mediar ou até mesmo solucioná-lo.

A assistência social é uma peça fundamental no processo de construção de uma causa pública, reconhecida como política social pública que viabiliza os direitos sociais garantidos pelo Estado. Ela se apresenta como uma porta de entrada para as mobilizações sociais em torno das questões públicas que são direcionadas a determinadas camadas da sociedade. No que concerne, a relação estabelecida entre a

profissão de assistente social e a prática política, observa-se um caráter político-profissional na própria disseminação da assistência social para com seus usuários.

A análise da construção de causas públicas articula-se a contextos de problemas sociais, de política, profissão, engajamento, militância, experiências, campos de memória e horizontes de expectativa, onde se inserem histórias de vida individuais e coletivas. Onde são inseridos na construção de causas públicas sentimentos de indignação, de justiça, de igualdade e de solidariedade, do direito e da responsabilidade, que lhes são oferecidos pelo Estado, que se compromete a garantir os direitos sociais aos cidadãos.

O comprometimento com a causa pública tem como uma das suas principais motivações a busca pelo bem comum ancorado na garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos deste país. Onde constitui-se na dinâmica da vida quotidiana a construção de uma causa pública que tem o poder de reconfigurar contextos de ação político-profissional a partir de uma compreensão do mundo e de uma intervenção no mundo, que ocorre a partir de interações sociais de atores sociais que se unem em torno de uma causa pública. A abertura para a construção de causas públicas está ancorada ao envolvimento pessoal e coletivo, de atores que se unem em torno de uma causa pública mediante inúmeras motivações.

O comprometimento público atua na dimensão exploratória e experiencial de cada um, bem como nos seus suportes e equipamentos. Ele implica, por essa via, uma redefinição das interações entre pessoas, uma requalificação das suas situações e uma reformulação das suas identidades. Nesta perspectiva, a cidadania não é um conjunto de direitos e deveres formuláveis na sua abstração jurídica ou filosófica, e também não é um conjunto de atributos que seriam próprios de indivíduos claramente delimitados e separados uns dos outros. A cidadania consiste, antes de mais, em situações vividas como ocasiões de concretizar bens públicos ou de garantir serviços públicos, encontros em que a liberdade, a dignidade, a igualdade, a justiça ou a solidariedade são realmente experienciadas em ato e nas quais os protagonistas se reconhecem uns aos outros como portadores de direitos e de deveres. (CEFÄI, 2005)

É preciso analisar o processo de construção de uma causa pública relacionando esta causa aos atores envolvidos em torno dela. Assim como, é preciso analisar a carreira destes atores sociais que lutam em favor de uma causa pública, como uma ação

constituída de condições objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas para que se possa compreender como esses atores se unem e constrói uma causa pública.

Mediante a análise da relação estabelecida entre militância e profissão, e suas respectivas práticas políticas e profissionais, assim como, foi considerado as condições sociais, políticas e culturais que produziram essa aproximação destes profissionais do Serviço Social com as causas públicas, resultando numa relação de complementaridade entre saberes ativistas e saberes especializados.

Portanto, o resultado da “ação político-profissional”, relaciona-se com a dimensão organizacional da atuação profissional, que compreende um poder que legitima o saber técnico adquirido através do diploma universitário, assim como, uma militância e uma prática política adquirida ao longo do processo de socialização familiar, escolar e profissional que constitui a carreira militante destes profissionais do Serviço Social. Logo, a formação universitária, “é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter à formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organização e de movimentos” (Oliveira, 2008).

É importante salientar, que a discussão trazida por este capítulo permitiu articular trabalhos da chamada “sociologia dos movimentos sociais”, “sociologia política” e “sociologia dos grupos profissionais”, que trata de temas relacionado ao engajamento, a militância, a prática política de agentes politizados, e do poder das profissões. No que concerne a “sociologia dos grupos profissionais” foi utilizado trabalhos da escola interacionista e de seus precursores. Possibilitando desta forma, uma análise da carreira profissional-militante de assistentes sociais que se unem em torno de causas públicas, utilizando a análise de carreira como ferramenta analítica, que possibilita a compreensão das condições objetivas e subjetivas que compõem a carreira desses atores sociais no seu respectivo universo. Apresentando-as objetivamente, como uma “seqüência de posições” num ou mais campos da prática social, e subjetivamente, como uma “história pessoal” cujo relato atualiza visões de si e do mundo (Dubar, 1998).

CAPÍTULO IV: FORMAS DE ACESSO E ASCENSÃO NA CARREIRA PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS OPERADORES DA PNAS

Este capítulo tem como objetivo compreender as formas de acesso e ascensão na carreira profissional de assistentes sociais operadores da PNAS, especificamente, os assistentes sociais que estão inseridos nos CRAS de Aracaju – SE. Apresentando um quadro geral das características dos assistentes sociais com o intuito de mostrar a sua composição social, os critérios de atuação profissional, as principais características dos profissionais da assistência social e a relação tríade estabelecida com os assistentes sociais, com a PNAS e com os usuários dos serviços assistenciais.

As informações mobilizadas para a construção desta dissertação ocorreu mediante a coleta de dados, oriundos de algumas observações participantes, aplicação de questionários e entrevistas aprofundadas. Destacaram-se, num panorama geral, primeiro, a existência de dois perfis de assistentes sociais, um mais engajado, e mais atuante no universo das questões sociais, que mobiliza conhecimentos técnicos, oriundo da formação profissional, e conhecimentos militantes que ultrapassam o universo acadêmico, e em alguns casos, esse conhecimento militante é anterior ao conhecimento técnico.

Mas é preciso esclarecer, que ao citar o conhecimento militante, como ferramenta acionada na carreira do assistente social, refiro-me a uma militância plural, de origem social, política, humanitária, religiosa, dentre outras acionadas ao longo da carreira profissional. O outro perfil encontrado pode ser caracterizado como uma espécie de assistente social de “gabinete”, um profissional um pouco mais acomodado, que demonstra pouco envolvimento com a profissão e com as questões sociais, que reclama do cenário profissional pela falta de um maior reconhecimento, assim como, reclama pela falta de estrutura e recursos financeiros, porém, não demonstram energia para as lutas sociais e profissionais.

Em um segundo momento, apresentarei um pouco das histórias de vida destes assistentes sociais, por conceber os espaços de socialização como fundamentais para a formação destes profissionais. Assim como é possível apreender os usos que esses assistentes sociais fazem da sua formação acadêmica para ingressar no mercado de trabalho, e o conjunto de recursos sociais que estão associados e acionados ao processo de entrada e ascensão no Serviço Social.

A análise da composição social desse grupo profissional permite compreender a partir de seus trajetos sociais, escolares e profissionais a carreira profissional desses assistentes sociais, assim como, as suas respectivas práticas e ações profissionais. Como afirma Petrarca (2007), “os diferentes universos, como a família, os partidos políticos, o movimento sindical e a universidade constituem-se como esferas de sociabilidade que permitem o acesso a certos recursos que contribuem para determinadas atribuições e usos que podem ser feitos do título acadêmico”.

Uma questão fundamental que trata este capítulo é compreender não apenas a composição social deste grupo profissional, articulada aos espaços de sociabilidade e acúmulo de recursos, mas também busca-se a compreensão das tais “condições subjetivas” e “condições objetivas” que compõe uma carreira profissional. Pois elas permitem a formação de determinadas concepções de assistência social e de sociedade. Desse modo, é possível apresentar tanto as condições de uso e modalidades de recursos diversos acionados para a entrada e ascensão no serviço social, como as percepções de assistência social, profissão e sociedade.

4. 1. O Universo dos Assistentes Sociais: Combinações de Recursos e Multiposicionalidade

Ao analisar os dados obtidos através dos 33 questionários aplicados nos CRAS de Aracaju, e das seis entrevistas realizadas, foi possível compreender a composição do universo dos assistentes sociais, demonstrando a diversidade de bases sociais e de esferas de atividades acionadas para inserção e para ascensão profissional. Além disso, foi possível mostrar as concepções de assistência social, sentido atribuído a profissão, motivações, relações estabelecidas entre profissionais e usuários, dilemas enfrentados no interior da profissão, quais as limitações encontradas, dentre outras circunstâncias que constituem este universo profissional.

A inserção no campo da assistência social, em alguns casos, é anterior a formação acadêmica, ou até mesmo antes de ingressar no curso de serviço social. É uma característica central do “assistente social versátil”, que difere do “assistente social de gabinete”, que no próximo tópico irei detalhar melhor estas duas categorias profissionais.

É interessante notar, que do conjunto de assistentes sociais que participaram desta pesquisa, uma parte já tinha desenvolvido algumas práticas assistenciais antes da conclusão do curso. Através de inserções em espaços sociais, como movimentos sociais, associações de bairro, grupos da igreja, ONG, instituições de proteção a criança e o adolescente, instituições de proteção ao idoso, assim como, através de trabalhos voluntários no âmbito da assistência social em diversas instituições e através dos estágios supervisionados obrigatórios que fazem parte da grade curricular do curso de serviço social.

Por outro lado, foi constatado que uma grande parcela dos assistentes sociais, especificamente 26, declarou ao responder os questionários que não possuía em sua trajetória profissional uma participação em movimentos sociais, associações e ONG. E no quesito participação em militância estudantil apenas 02 confirmaram tal participação. No que se refere à participação sindical ou associativa da categoria profissional, apenas 10 confirmaram participação neste universo. No quesito inserção político partidária apenas 01 assistente declarou possuir filiação a um partido político, 22 responderam que não possuem inserção político partidária, e 11 não responderam a esta pergunta do questionário. Apresentando, portanto, uma baixa participação em militância estudantil, partidária e sindical.

Quando olhamos para os dados “secos”, ficamos sem compreender determinado resultado dos dados, que parecem ser contraditórios, sem lógica. Dados esses, “secos”, que sem reflexão e aprofundamento, não atende as demandas de análise deste objeto. Desse modo, surgem algumas indagações, como por exemplo, como é possível o profissional do serviço social estar apático as questões sociais, políticas e até mesmo profissionais. Será que existe apenas alguns vestígios de engajamento, militância e atuação político-profissional, ou será que desassociar o serviço social do universo do engajamento, da militância e da ação político-profissional, e torná-lo um “técnico dos direitos”, que é muito mais que ser um técnico social, é uma maneira de elitizar e prestigiar o serviço social, que até os dias de hoje, é visto como uma “coisa para pobre”. Sendo assim, poderá conseqüentemente, adquirir um status profissional mais elevado, nutrido pelas leis jurídicas como escudo de proteção profissional.

Ao passo que as ideias foram sendo amadurecidas e interpretadas foi possível constatar que os repertórios de ação tinham sido resignificados, os

profissionais do serviço social hoje, relaciona e ampara a sua prática profissional, em primeiro lugar, sob a luz do direito, e não mais como outrora, associa a doutrina da igreja católica e suas respectivas práticas de ajuda, e aos movimentos sociais e populares que não estejam embasados nas leis. Não estou afirmando que a igreja e os movimentos sociais não tenham mais peso na trajetória do serviço social, muito pelo contrário, acredito que ainda existem de maneira viva suas sementes na assistência social brasileira, seja no imaginário dos profissionais, ou no imaginário dos usuários dos serviços assistenciais.

Entretanto, uma das questões que os dados coletados e analisados permitiram compreender é que o reconhecimento e a versatilidade profissional, assim como, a ocupação de posições importantes e de prestígio é fruto da inserção dos assistentes sociais em diversas esferas sociais. Por mais que, em alguns momentos, estes atores sociais omitam o seu real envolvimento e posição.

Assim, é possível chegar à conclusão que o título escolar não é o único título que permite conquistar uma posição de destaque e maior reconhecimento profissional e social. E o que garante a valorização, o reconhecimento e a versatilidade profissional, que poucos desse grupo possuem, é estar inserido em um terreno múltiplo, ocupando multiposicionalidades, estabelecendo contatos e até redes, que possam constituir um mosaico de repertórios de ação profissional.

O diploma adquire importância e reconhecimento no universo da assistência social quando ele é associado às outras esferas sociais de atuação, como nos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, ONG, militância religiosa, militância humanitária, dentre outros espaços e causas públicas. É encontrado, em alguns casos, um discurso militante, apesar de em alguns momentos terem sido negados algum tipo de engajamento ou militância. Discurso militante este que serve de estratégia profissional para a valorização do título acadêmico, e conseqüentemente, um reconhecimento profissional.

É importante salientar que essa combinação de recursos sociais e essa versatilidade profissional, não são próprias de todo o grupo profissional analisado. Mas sim, de um estrato, que incorporou a sua carreira profissional, recursos sociais que possibilitaram o desenvolvimento de “expertise” e versatilidades que foram associadas à sua competência profissional. E esta combinação de recursos e multiposicionalidades proporcionam a estes

profissionais um reconhecimento que permite ampliar a sua esfera de atuação profissional, porque esta multiposicionalidade dialoga com diferentes esferas sociais que consegue articular interesses em comum. Apresentando interesses objetivos, que se relacionam com as competências profissionais e seu reconhecimento, e os interesses subjetivos que agregam a história de vida e suas respectivas percepções de indivíduo e sociedade.

Este capítulo permite identificar, que não são os critérios, nem as condições propriamente profissionais que se constituem como recursos únicos de ascensão profissional. As esferas de atuação profissional que os assistentes sociais podem inserir-se são inúmeras, assim como, os recursos associados que são extremamente amplos e multidimensionais possibilitam uma ascensão, que o título acadêmico sozinho não é capaz de dar.

4.2. Assistentes Sociais por “Vocação”: Profissionais Versáteis

Os casos descritos a seguir tratam-se de assistentes sociais que agregam a sua formação e atuação profissional, não apenas saberes técnicos e especializados adquiridos através do título acadêmico, mas também, inserem em seu hemisfério de profissionalização e atuação profissional processos socializadores que deram origem a formação de recursos sociais, que posteriormente irão ser acionados e introduzidos ao seu universo profissional. Através da propagação de uma multiposicionalidade e de uma versatilidade profissional que possibilita a estes profissionais terem um maior destaque e reconhecimento em seu universo profissional devido a sua mutabilidade profissional capaz de ultrapassar as barreiras do comodismo profissional e social, e as limitações e precariedades que estão inseridas em seu universo profissional.

Como já especificado anteriormente, priorizou-se para esta dissertação, assistentes sociais que atualmente ocupam cargos de técnico de referência nos CRAS de Aracaju – SE, que por consequência, estão vinculados a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social - SEMFAS. A descrição aprofundada das carreiras profissionais destes atores, categorizados como: “assistentes sociais por “vocação”: profissionais versáteis”, ocorrerá a partir da

análise de trajetória de 03 assistentes sociais, por tratarem-se de profissionais que representam o grupo dos assistentes sociais por vocação e que iniciaram a suas carreiras antes mesmo da obtenção do título acadêmico.

A descrição desta modalidade de carreira, profissionais “versáteis”, corresponde a 03 assistentes sociais, das 06 carreiras profissionais analisadas. O investimento na carreira profissional é fruto das relações sociais obtidas antes mesmo da entrada no curso de Serviço Social. Tais casos demonstram a importância dos recursos sociais, das origens sociais, das relações familiares, e das redes de contatos que contribuíram para o processo de formação da carreira profissional.

O *primeiro caso* é o de uma assistente social, do sexo feminino, atualmente com 29 anos de idade, e que desde 2010 ocupa o cargo de assistente social em um CRAS de Aracaju. O processo de inserção nesta unidade assistencial ocorreu mediante o concurso público para Prefeitura Municipal de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Nasceu na cidade de Itabaiana, interior do estado de Sergipe, porém viveu a maior parte da sua vida na cidade de Ribeirópolis, também interior do estado de Sergipe.

Solteira, e oriunda de uma família com baixas condições econômicas, pai lavrador e mãe auxiliar de cozinha, e avós maternos e paternos lavradores. Seus pais possuíam como grau de escolarização, o ensino fundamental incompleto, e seus avós todos eram analfabetos. O seu pai participava de uma associação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E na visão desta assistente social, o seu pai contribuiu de maneira direta para sua formação política e profissional:

O meu pai estudou pouco, sabe ler e escrever, mas, possui um senso crítico muito aguçado, ele contribuiu muito para minha formação política. Eu acho que ele é um marxista sem saber. É interessante que minha mãe é mais alfabetizada do que ele, porém, não tem o senso crítico que meu pai tem (entrevista 01).

Esta assistente social possui 03 irmãos, mas até o momento nenhum possui curso de nível superior. Concluiu o 1º e o 2º grau em escola pública, na Escola Municipal Josué Passos, situada na cidade de Ribeirópolis. Iniciou o

curso de serviço social em 2004 pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, e terminou o curso em 2009.

Ao ser questionada a cerca das motivações que levaram a escolher o Serviço Social como curso de formação, respondeu da seguinte maneira:

A escolha foi bem tola, assim, eu venho de uma cidade do interior em que era muito comum os meus colegas, da minha geração, escolherem profissões ligadas as áreas da licenciatura, profissões mais tradicionais, que fossem mais possíveis de serem exercidas por lá, numa cidade pequena do interior. Na minha família mesmo, tem muitos professores, eu tenho uma grande mestra e amiga-prima, que é professora e que vivia me incentivando para ser também. Mas eu tava querendo mudar, assim, eu era muito jovem, não sabia muito o que queria não, eu sabia que não queria ser professora. E aí, fazia vestibular seriado, e já no primeiro ano e segundo ano ouvir falar do Serviço Social, não sei, acho que foi alguém que apareceu na mídia, e meio que a atitude “me ganhou”. Então, comecei a cogitar a possibilidade de ser assistente social, e também, não cogitava em seguir essas carreiras mais procuradas, de muito status, como medicina por exemplo. E também não estudava muito para isso, para lhe ser franca, então, comecei a cogitar o Serviço Social, comecei a pesquisar minimamente, e um grande brother de estudo começou a me incentivar, aí, fiz e passei (entrevista 01).

Até hoje, não iniciou outro curso de graduação além do de serviço social, e possui como titulação mais alta uma especialização. Informou que nunca pensou em exercer outra profissão, além do serviço social, e se diz ser uma assistente social feliz. É possível notar que, mesmo ela no início da sua escolha profissional não sabendo exatamente qual a profissão a seguir, já existia o desejo de escolher uma profissão que pudesse ser útil ao seu município, já brotava ali uma ação social, que poderia ser desempenhada pelo Serviço Social, ou por outra profissão.

Como já citado anteriormente, este primeiro caso, é de uma assistente social que atua em um CRAS desde 2010, com vínculo efetivo proporcionado pela aprovação em concurso público. Mas antes de trabalhar como assistente social em Aracaju era agente comunitário de saúde na cidade de Ribeirópolis, onde morava naquele momento. E depois de ser agente comunitário de saúde de Ribeirópolis, foi oficial administrativo do Estado de Sergipe.

A assistente social revelou em uma das conversas informais, que no passado, possuía uma aproximação com alguns movimentos ligados a Igreja

Católica, porém no momento tinha se afastado dessa vinculação, e demonstrou não querer falar muito dessa vinculação, talvez por receio de aproximar ou associar o seu trabalho profissional as práticas de ajuda que fazia referência a doutrina da Igreja Católica no início da difusão da assistência social brasileira.

Através da entrevista, conseguir extrair algumas informações acerca dos espaços sociais compartilhados por esta primeira entrevistada. Filha de mãe católica praticante, também participou de grupos de jovens da igreja católica, como coordenadora, durante alguns anos. Depois devido à falta de tempo para estar envolvida com os movimentos ligados a igreja, e as suas concepções ideológicas formadas e adquiridas através da imersão do universo acadêmico fez com que se afastasse da igreja e de sua doutrina.

No momento da aplicação do questionário e da realização da entrevista, a assistente social informou que além de atuar no CRAS, também atua em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Possui uma renda mensal que está entre 05 a 10 salários mínimos, participa do sindicato da categoria profissional desde 2013, e a partir do ano de 2014 até os dias atuais exerce o cargo de conselheira fiscal no sindicato, que foi fruto de um convite da própria direção do sindicato, para torná-la conselheira fiscal e representante dos interesses da categoria profissional.

O *segundo caso* é o de uma assistente social, do sexo feminino, atualmente com 51 anos de idade, casada, natural de Aracaju, capital de Sergipe. Atua em um CRAS de Aracaju, ocupando o cargo de assistente social, faltando apenas dois anos para a sua aposentadoria, onde o vínculo é efetivo, ocasionado mediante aprovação em concurso público para Prefeitura Municipal de Aracaju.

Oriunda de uma família de religião católica, e com baixas condições econômicas, onde sua mãe era professora e possuía como grau de escolarização o 2º grau, e o seu pai possuía o 1º grau como escolarização, porém não informou a sua profissão. O seu avô materno tinha como profissão ser ferreiro e sua avó dona de casa, a assistente social não respondeu quanto à escolarização dos avós maternos. Assim como, não informou a profissão dos seus avós paternos e nem suas respectivas escolarizações.

A assistente social informou que possui 02 irmãos, mas apenas 01 possui formação de curso superior. Casada com um funcionário público, porém não informou a sua profissão. Concluiu o 1º grau no âmbito da esfera privada, no Colégio Pio Décimo, localizado na cidade de Aracaju, que era pago através de recursos próprios dos seus pais. Já o 2º grau foi concluído na esfera pública, no Colégio Atheneu Sergipense, localizado na cidade de Aracaju. Na época foi estudar no Colégio Atheneu Sergipense por escolha própria, a sua mãe não queria, mas mesmo assim não desistiu e matriculou-se neste colégio, pois achava o colégio privado que estudava muito “maneiro”, e na época o Atheneu era um colégio muito bom segundo a entrevistada 03.

Quando questionada sobre as motivações da escolha profissional, respondeu da seguinte maneira:

Desde os meus 08 anos de idade eu queria ser uma assistente social, porque minha mãe trabalhava no SESI, e ela levava revistas da área social e eu via o trabalho da assistência e dos assistentes sociais, e aquilo me motivava. Minha mãe me levava muito para o trabalho dela, e eu via aquilo e queria ser assistente social. Decidi, mas depois minha mãe disse para eu não ser assistente social, pois ela falava que recebia pouco, e que eu ia sofrer. Dizia, faça direito como sua irmã. Mas aí eu lutei dentro da minha casa para estabelecer essa minha vontade. Porque eles não queriam porque eu seria pobre, onde trabalhar para pobre é ser pobre. Mas aí eu perseverei e fiz, fiz a primeira vez e não conseguir, aí na segunda vez eu conseguir passar no vestibular (entrevista 03).

Ingressou no curso de Serviço Social em 1986 na Universidade Federal de Sergipe – UFS, e concluiu o curso em 1988. Não realizou vestibular para outro curso além do curso de serviço social. Ela informou que precisou trabalhar para concluir seus estudos. E quando foi questionada acerca da sua titulação mais alta, ela respondeu que possuía “Pós – Doutorado”, atribuindo este título não a um diploma ou a uma tese acadêmica, mas, a profissional experiente que se tornou através de sua trajetória profissional, marcada por intenso envolvimento e comprometimento com sua atividade profissional. Participou de alguns movimentos sociais e grupos da Igreja Católica, exercendo o cargo de liderança.

Desde os 14 anos de idade começou a inserir-se nos movimentos sociais, políticos e populares da igreja renovada, com a teologia da libertação. Foi voluntária em projetos sociais que se destinava a causa de apoio a criança e o adolescente. Participou de ONG que era ligada a igreja e que atendia meninos de rua. Participou de fóruns que tinham como finalidade a construção do ECA.

A atual média salarial é de até 05 salários mínimos. Informou que no momento não possuía participação sindical e nem político partidária.

O *terceiro caso* trata-se de uma assistente social, do sexo feminino, casada, atualmente com 30 anos, natural de Aracaju, capital de Sergipe. Atua em um CRAS de Aracaju, ocupando o cargo de assistente social, desde 2010, cujo vínculo é efetivo, ocasionado mediante aprovação em concurso público para Prefeitura Municipal de Aracaju. Oriunda de uma família com baixas condições econômicas, pai taxista e mãe dona de casa, ambos possuem ensino médio incompleto. Avó materna é agricultora, avô paterno é taxista e avó paterna é dona de casa. A avó materna não era alfabetizada e os avós paternos possuíam ensino fundamental completo, e quanto a profissão e a escolarização do avô materno, assistente social informou que desconhecia as informações solicitadas.

A assistente social em questão possui 03 irmãos, mas apenas um tinha concluído curso de ensino superior na data da aplicação do questionário. É casada com um programador de sistemas. Concluiu o 1º grau, no âmbito da esfera pública, em 1999, no Colégio Presidente Juscelino Kubitschek, localizado na cidade de Nossa Senhora do Socorro – SE. E o 2º grau concluiu também na esfera pública, no Colégio Presidente Costa e Silva, localizado em Aracaju, capital do estado de Sergipe.

Ingressou no curso de Serviço Social no ano de 2005 na Universidade Federal de Sergipe, e concluiu o curso em 2010. Antes de ingressar no curso de Serviço Social – 2005, realizou vestibular no ano de 2003 na UFS, para o curso de Direito, porém não conseguiu ser aprovada no vestibular. Possui como titulação mais alta, especialização na área de Planejamento e Gestão de Projetos Sociais. A sua média salarial é de até 05 salários mínimos. Informou que é filiada no sindicato da categoria profissional desde 2014, mas não ocupa nenhum cargo no interior do sindicato.

4.3. Assistentes Sociais por “Formação”: Profissionais de Gabinete

Enquanto a modalidade anterior possui como característica uma versatilidade profissional e uma expressiva utilização de recursos sociais e multiposicionalidades, nesta modalidade, o objetivo consiste em mostrar que o assistente social de “gabinete” é aquele profissional que se caracteriza por ser um profissional mais acomodado, que demonstra pouco envolvimento com questões relacionadas à profissão, aos problemas sociais e as suas principais causas, e até mesmo, em alguns momentos, demonstram certa insegurança profissional.

E, em alguns casos, percebe-se que os assistentes sociais fazem do diploma apenas uma fonte de renda, sem contar com uma “reflexividade social e profissional multidimensional”, operando apenas com modelos e rotulações sociais oriundas dos manuais de atuação profissional como se fossem receitas prontas para a resolução dos problemas sociais, sem realizar as devidas traduções, alterações e adaptações tão necessárias a compreensão da complexidade da realidade social que lhes é apresentada em seu universo profissional.

Esta modalidade de análise, categorizada como: “Assistentes sociais por “formação”: profissionais de gabinete” consistirão na análise de três carreiras profissionais de outras três assistentes sociais que também atuam em CRAS de Aracaju, como técnicas de referência destas unidades assistenciais. Inserir estas três assistentes sociais nesta modalidade por apresentar características semelhantes.

É importante esclarecer, antes de mais nada, que não foi possível chegar a um número exato da quantidade de assistentes sociais que possuem o quadro dos assistentes sociais “versáteis”, assim como, não foi possível chegar a um número exato dos assistentes sociais de “gabinete”, pois, só seria possível chegar a este número através da realização de entrevistas com as demais assistentes sociais. Como já citado anteriormente, foram realizadas 06 entrevistas. Sendo 03

entrevistas que representam bem o modelo de profissional por “vocação”, e outras 03 entrevistas representando o modelo de profissional por “formação”.

O *primeiro caso*, desta modalidade, trata-se de uma assistente social, do sexo feminino, atualmente com 29 anos, e na data da realização da entrevista e da aplicação do questionário era solteira, natural de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Atua em um CRAS de Aracaju, ocupando o cargo de assistente social, desde 2010, cujo vínculo é efetivo, ocasionado mediante aprovação em concurso público para Prefeitura Municipal de Aracaju. Oriunda de uma família com baixas condições econômicas, pai micro - empreendedor e mãe pedagoga, o pai possui 2º grau completo de escolarização, e a mãe possui nível superior completo. Avô materno pedreiro, e avô paterno carteiro, tanto a profissão da avó materna, quanto à profissão da avó paterna não foram informadas. Assim como, não foram informadas as respectivas escolarizações dos avós maternos e paternos.

Ao questionar esta assistente social, do *primeiro caso*, sobre algum tipo de participação de seus pais em alguma entidade ou associação, ela respondeu que seu pai participava de uma Associação de Bairro, como associado, e que já tinha ocupado o cargo de presidente. Ela possui 03 irmãos, dos quais 02 possuem formação de nível superior.

Concluiu o 1º grau na esfera privada, no Colégio Miguel de Cervantes, situado na cidade de Aracaju. Concluiu o 2º grau também na esfera privada, porém em outro colégio, no Colégio Pio Décimo, situado na cidade de Aracaju. Ingressou no curso de Serviço Social no ano de 2005, na Universidade Federal de Sergipe, e concluiu o curso em 2009. Quando questionada acerca da escolha pelo Serviço Social como profissão, respondeu o seguinte:

Na verdade eu queria fazer o curso de nutrição, mas no tempo não era um curso ofertado pela UFS. Quando optei por Serviço Social, na verdade, não sabia o que era de fato, e como eles trabalhavam. Mas, graças a Deus, eu acabei gostando (...) (entrevista 04).

Possui como titulação mais alta, especialização, na área de Direitos Humanos, Compromisso e Seguridade Social. Informou que precisou trabalhar

para concluir seus estudos de graduação, a partir de atividades profissionais desenvolvidas a partir da condição de estagiária: Estágio Extra – Curricular em Serviço Social na Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social – SEIDES, Oficial Administrativo em Secretaria de Educação a Distância – SEED, Estágio em Serviço Social no Hospital Universitário – HU/UFS. Atualmente trabalha apenas em um CRAS e sua média salarial é de até 05 salários mínimos. Quando questionada sobre participação sindical e político partidária não respondeu nenhuma das questões.

O *segundo caso*, desta modalidade, trata-se de uma assistente social, do sexo feminino, atualmente com 29 anos, solteira, natural de Riachão do Jacuípe, interior do estado da Bahia. . Atua em um CRAS de Aracaju, ocupando o cargo de assistente social, desde 2011, cujo vínculo é efetivo, ocasionado mediante aprovação em concurso público para Prefeitura Municipal de Aracaju. Oriunda de uma família com baixas condições econômicas, pai autônomo e mãe doméstica, o pai alfabetizado, e mãe alfabetizada. Todos os avós agricultores, tanto os maternos, quanto os paternos. Avô materno não alfabetizado e avó materna alfabetizada, avô paterno não alfabetizado e avó paterna alfabetizada.

A mãe participava de movimentos da igreja católica, onde foi catequista e engajada em grupos de caridade. Ela possui 03 irmãos, dos quais 02 possuem formação de nível superior. Concluiu o 1º e o 2º grau em escola pública, no Colégio Estadual Professor João Campos, situado na cidade de Riachão do Jacuípe - BA. Formou-se em Letras no ano de 2009 pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Iniciou o curso de serviço social em 2007 e concluiu em 2011, pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. Assistente social também realizou vestibular no ano de 2003 para o curso de nutrição pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, porém não foi aprovada. Possui Especialização em Didática do Ensino Superior, Docência e Tutoria em Educação a Distância - EAD, e Gestão Social: Políticas Públicas.

Quando questionada acerca das motivações da escolha pelo curso de Serviço Social, respondeu da seguinte maneira:

Eu sempre me identifiquei com a profissão, não sei se era um pouco de idealização do que era ser assistente social. Na verdade eu não conhecia a fundo o que era realmente essa profissão. A sociedade tem uma visão um pouco romantizada da profissão, aí eu sempre quis, desde criança eu tinha essa identificação. Achava que era um bom profissional, e que fazia melhorias nas vidas das pessoas (...) (entrevista 06).

Já trabalhou como vendedora e caixa, mas atualmente é assistente social de um CRAS de Aracaju, e professora do estado de Sergipe, ambos mediante aprovação em concurso público. Sua média salarial é de 05 a 10 salários mínimos. E quanto à participação sindical e político partidária informou que não possui nenhum tipo de vinculação.

O *terceiro caso*, desta modalidade, trata-se de uma assistente social, do sexo feminino, atualmente com 39 anos, casada, natural de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Atua em um CRAS de Aracaju, ocupando o cargo de assistente social, desde 2010, cujo vínculo é efetivo, ocasionado mediante aprovação em concurso público para Prefeitura Municipal de Aracaju.

Oriunda de uma família com baixas condições econômicas, pai aposentado pelo Ministério da Agricultura, porém não informou qual o cargo ocupado, mãe dona de casa, o pai possui ensino fundamental incompleto, e a mãe ensino fundamental incompleto também. Avô materno pedreiro e avó materna dona de casa, avô paterno não sabe informar a profissão e avó paterna dona de casa. A assistente social não sabe informar a escolarização de seus respectivos avós maternos e paternos.

A assistente social em questão possui 03 irmãos, e todos possuem curso de nível superior, e um inclusive é padre. É casada com um motorista. Concluiu o 1º grau, no âmbito da esfera privada, através de recursos próprios dos pais, no Colégio Tiradentes, localizado na cidade de Aracaju– SE. E o 2º grau concluiu também na esfera privada, através de recursos próprios dos pais, no Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, localizado em Aracaju, capital do estado de Sergipe.

No ano de 1996 ingressou no curso de serviço social, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, mas trancou em 1998 quando mudou-se para

Campina Grande, interior do estado da Paraíba. Ela conseguiu transferência do curso de serviço social da UFS para a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, no ano 2000, e terminou o curso em 2003.

Durante a entrevista, a entrevistada 02, revelou que devido a problemas emocionais e familiares estava pouca envolvida com os debates do Serviço Social e o seu trabalho como um todo. Estava focando na família, porque segundo ela, se ela não estivesse bem na esfera familiar não conseguiria ser uma boa profissional. A partir dos seus relatos e histórias de vida, foi possível compreender que o Serviço Social nunca esteve como primeira opção em sua vida. Na verdade, ela relatou que queria ter feito o curso de Odontologia. Durante a graduação trancou o curso várias vezes, mas conseguiu terminar. E disse que no final do curso de Serviço Social passou a gostar mais da profissão.

A assistente social possui especialização em: A Política de Assistência Social na Perspectiva de Direitos. Antes de ser aprovada no concurso para assistente social da Prefeitura Municipal de Aracaju em 2010, trabalhou como autônoma, e como contratada ocupando o cargo de assistente social na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC e no SEIDES.

Sua média salarial é de até 05 salários mínimos. E quanto à participação sindical e político partidária informou que não possui nenhum tipo de vinculação. .

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objeto de análise a Carreira Profissional de Assistentes Sociais que atuam em CRAS de Aracaju. Onde buscou-se compreender não apenas as trajetórias sociais destes atores, mas também, compreender a atuação profissional, a lógica e a operacionalidade da PNAS, a partir da instrumentalização e aplicação da política por parte dos profissionais do Serviço Social, assim como, buscou-se evidenciar os principais conflitos que permeiam o universo da assistência social.

O caminho escolhido para a investigação do objeto foi estruturado a partir de quatro capítulos, que foram considerados como etapas essenciais para a construção e compreensão do objeto. O primeiro capítulo teve como objetivo situar o contexto histórico-social do qual a profissão se formou e se consagrou no Brasil e em Sergipe. Apresentando desde as características iniciais da profissão até os dias atuais. Ele é um capítulo importante para a compreensão do objeto, não por apenas, narrar como a assistência brasileira se formou no país, mas por ser ainda uma peça do mosaico da assistência social brasileira.

Através desta pesquisa foi possível compreender que a assistência social brasileira na prática ainda vive um momento de transição. Uma transição do campo da “ajuda” para o campo do direito e da cidadania, que não só apenas para os usuários da assistência social, mas, como também, os próprios assistentes sociais, em muitos momentos, não fazem uma total desvinculação destas duas perspectivas de análise e de atuação profissional. É como se fosse dois recursos que se combinassem em determinados momentos, independente de quem os evoca, ora usuário da assistência, ora assistente social, que muito das vezes, estes profissionais, não percebem que acionam além de recursos profissionais, também acionam recursos sociais, percepções de mundo e sociedade, dentre outros elementos subjetivos e objetivos que é lançado sob sua atividade profissional.

A fala de uma de uma assistente social entrevistada reforça este pensamento de transição no interior da assistência, por mais que no geral, o discurso da assistência social na atualidade esteja ancorado apenas na perspectiva do direito social. O relato abaixo da assistente social apresenta o seu pensamento acerca deste momento de transição do campo da “ajuda” para o campo do direito social e da cidadania.

(...) Eu vejo que não é uma coisa assim, fechadinha, cartesiana, antes nós vivíamos numa fase de ajuda e agora nós vivemos numa fase de implementação dos direitos. Não. Eu acho que essas duas dimensões coexistem. Talvez de forma e através de práticas mais sutis, mas, a lógica da ajuda ainda existe numa cidade grande como Aracaju. Existe ainda no imaginário profissional, e é perigoso, muitas vezes ele não percebe este tipo de atitude, e eu até diria que é quando o profissional acha que conscientiza o usuário, ele tá imerso nessa ideia da ajuda, sem perceber sabe, é mais ou menos isso (entrevista 01).

Percebe-se na prática que a formação da atuação profissional está estruturada não apenas a partir do título acadêmico, mas sim, através de uma imbricação de conhecimentos técnicos e especializados, de conhecimentos e visões de mundo, originados de diversas ordens sociais, como militância, engajamento e ações que possibilita uma multiposicionalidade no universo destes atores. São essas as características que compõe o grupo dos assistentes sociais por “vocação”, que também chamei de profissionais versáteis. São profissionais que demonstram um grande envolvimento com a sua profissão, desenvolvendo não apenas uma realização profissional, como também, uma realização pessoal que se conecta com as suas origens sociais e suas respectivas histórias de vida.

O terceiro e quarto capítulo encarrega-se de apresentar e discutir, justamente um Serviço Social que constitui-se como uma profissão que dialoga diretamente com as questões sociais, com o engajamento e com a militância social. E isso pôde ser constatado através da análise dos dados. Mesmo aqueles assistentes sociais que responderam no questionário que não tinha em sua trajetória um envolvimento com a militância, o engajamento ou algum tipo de participação política, demonstraram, posteriormente através de discursos, entrevistas e observações participantes serem profissionais engajados, de diferentes tipos de engajamento. Em sua identidade profissional o militantismo e o engajamento ocupam um papel central na carreira, e se olhássemos apenas os dados “secos” sem nenhum tipo de reflexão, possivelmente iríamos ser levados pela ilusão dos dados.

Muitas assistentes sociais responderam no questionário que não tinha envolvimento e participação política em movimentos sociais, em sindicatos, no movimento estudantil dentre outras esferas de atuação. Quando realizada as entrevistas, foi possível aprofundar algumas questões, foi quando que, as ideias que insistiam em

ficar fora do lugar começaram a fazer sentido e a se encaixar. Foi quando a militância política, social e profissional começou a aparecer de maneira mais livre.

Afirma a entrevistada 05: “Todo movimento social é nosso objeto de trabalho. Trabalhar movimento social é perfil do assistente social. Por mais que não esteja envolvida com o movimento”. Então, caí por terra toda à negação e omissão do militantismo executado por parte de alguns assistentes sociais que participaram desta pesquisa. Mediante a observação do exercício profissional foi possível apreender a dimensão política, profissional, militante e engajada dos assistentes sociais. Eles desejam ser, não interlocutores, e representantes dos fracos e oprimidos, mas, profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento de um protagonismo social, mesmo o Estado, em muitos momentos não dando suporte para que isto se efetive na prática.

Eles não desejam serem os porta-vozes dos vulneráveis sociais, mas sim, serem os mentores destes atores, para que eles possam levar as suas próprias vozes e se façam presente nas suas questões sociais, políticas, culturais e econômicas. E assim, é montado a imagem do assistente social politizado, engajado e militante. Porém, é preciso ressaltar que existem outros modelos de atuação profissional, apresentando diferentes níveis de engajamento e militância no interior de uma mesma categoria profissional. Como citado nesta dissertação a existência de profissionais por “formação”, que se apresentam como profissionais menos envolvidos com as questões da profissão, apresentando pouco engajamento e militância, sendo profissionais mais acomodados, sem ânimo pela profissão, que fica em seu gabinete, esperando algum tipo de demanda espontânea ou reclamando da precariedade dos serviços assistentes sociais, como a falta de recursos financeiros, dentre outras coisas que caracteriza este grupo de assistentes sociais.

Diante de tal fato, conclui-se, que os assistentes sociais têm hoje uma preocupação específica de referenciar e legitimar a sua atuação profissional, em primeira instância, sob a luz do direito, como sendo uma instituição consagrada e que tem um poder de amparar e resguardar a sua prática e atuação profissional. Representando uma espécie de escudo de proteção, onde associar o Serviço Social ao Direito torna-o mais “positivo”.

Os assistentes sociais se reconhecem como viabilizadores e difusores de direitos sociais, de políticas públicas, mediadores de conflitos sociais, como intérpretes das questões sociais, como “defensor” dos sem-voz, e em alguns momentos até um fiscal do governo. Eles representam um canal de diálogo entre Estado - PNAS e sociedade – usuário, pois cabe ao Estado garantir o mínimo social. Mas em meio a esta relação vão surgindo alguns conflitos que passam a adentrar o universo das relações profissionais. E estes conflitos ajudam a compreender como a carreira profissional se constituiu, se encaminhou e como ela se estruturou no cenário das questões sociais.

O conflito da profissão, devido à baixa resolubilidade dos problemas sociais e das questões sociais, gera uma angustia nos profissionais, e segundo os assistentes, a baixa resolubilidade das questões sociais não é algo que depende apenas da atuação deles, mas sim também do Estado, que através de organizações representativas e das políticas públicas criam instrumentos para que o profissional consiga oferecer um melhor serviço aos usuários.

Outro conflito que é encontrado no interior da profissão é o fato de assistência social não ser uma política universal, ao contrário da política de saúde como por exemplo. A própria política social assume em alguns momentos um papel seletivo e excludente que gera uma contradição no interior da própria profissão. Que no caso do CRAS, o profissional está a serviço do Estado, mas também está a serviço do usuário. Percebe-se que não é uma política para todos. Assim como, percebe-se que a centralidade, a atenção estatal e os recursos financeiros para política são escassos e precários.

A estrutura do CRAS, se pensar em coisa física mesmo, de material é muito mal pensado, muito mal apresentado, como é comum nos equipamentos públicos. Meu Deus! Nós somos muito mal servidos de equipamentos e material (...) Tudo é oferecido de forma, que a ideia é que a gente trabalhe só com a fala, só com o diálogo, e eles entendem que o diálogo, e eles entendem que o diálogo é puramente a fala mesmo, a conversa, e no entanto, o diálogo pode ser tanta coisa, se expressar de diversas formas. Com vários instrumentos, e, assim, o que a gente tem aqui ofertado, dá pouca margem para ser criativo no trabalho. E é uma coisa bastante necessária pra que a gente que lida com questões tão complexas, realidades sociais tão complexas (...) E a estrutura é muito precária (...) E nós enquanto profissionais nos rendemos muito a essa precariedade do sistema. E as vezes até usamos isso como escudo para se defender, e para ficar numa posição cômoda e de passividade, e ficar nisso mesmo sabe. Só cumprir horário, e esperar que chegue demanda espontânea. Vire e mexe tem uma exceção a essa lógica toda (entrevista 01).

Uma outra questão que merece ser destacada nesta dissertação é o fato da existência do envolvimento das assistentes sociais entrevistadas com algum tipo de movimento ligado a Igreja Católica, mesmo tendo em alguns casos a desvinculação posteriormente, assim como, níveis de envolvimento diferenciados. No Geral, são assistentes sociais oriundos de famílias de baixas condições econômicas, e que escolhem o Serviço Social, mesmo que de maneira inconsciente no primeiro momento, como se fosse à conquista de um diploma que pudesse ser, a priori, uma forma de “ajudar” os mais necessitados socialmente e que necessitem de uma assistência social.

Visualizei uma carreira profissional extremamente voltada para as questões humanitárias e as questões sociais. Com forte inclinação para a promoção da justiça social, e a promoção dos direitos sociais. Acredito que este afluxamento e aptidão para as questões sociais tenham sido fomentados antes mesmo da entrada no curso. Onde eles até poderiam não saber o que exatamente fazia um assistente social, mas carregavam dentro de si, escolher uma profissão que pudesse “ajudar” os outros, que possibilitasse conhecer os seus direitos sociais, que pudesse ser útil para o seu município e a sociedade de modo geral. Dentre outras impressões e percepções de mundo que estes atores sociais tinham no momento da escolha do curso de Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- AGRIKOLIANSKY, E. **Carrières Militantes et Vocation à la Morale: Les Militantes de La LDH Dans les Années 1980**. In: Revue française de science politique ,vol. 51, n° 1-2, février-avril 2001, p. 27-46.© 2001 Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, H. **Segredos e Truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- CEFAÏ, Daniel. **Os novos movimentos de protesto em França: A articulação de novas arenas públicas**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, Outubro 2005: 129-160.
- CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva**. Paris, 2009.
- COSTA, Carmem Machado. Homenagem póstuma à professora Albertina Brasil Santos diretora da Escola de Serviço Social durante os períodos: 1954 a 1959 e 1967 a 1969. In: **UFS: Jubileu de ouro do curso de Serviço Social**. Vol. 1, n. 1, São Cristovão, 2004.
- COUTO, Berenice R. **O processo de trabalho do assistente social na esfera municipal**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social - Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, 1999, CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB.
- CRUZ, Maria Helena S., GONÇALVES, M^a Conceição V. “História e Memória do Serviço Social em Sergipe” in: **UFS: Jubileu de ouro do curso de Serviço Social**. Vol. 1, n. 1, São Cristovão, 2004.

CUNHA, N. V. **Sobre a “fabricação” de um tira: notas de pesquisa suscitadas por uma sociologia dos grupos profissionais.** In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais de Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2004.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos.** Educ. Soc., Abr. 1998, vol.19, n. 62, p.13-30. ISSN 0101-7330.

FILLIEULE, Olivier. **Proposições Para Uma Análise Processual do Engajamento Individual.** In: Revue Française de Science Politique, vol. 51, 2001, nos 1-2, pp. 199-215.

FREIDSON, Eliot. La Teoria de Las Profesiones Estado Del Arte. **Perfiles Educativos.** Universidad Nacional de Autônoma de México, vol. 23, n.093, 2001, pp. 28-43.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOIRAND, Camille. **As transformações do Partido dos trabalhadores vistas desde o nível local: raízes territoriais, profissionalização e desencantos.**

GOODY, J. O Roubo da História. In: **A apropriação de Valores: Humanismo, Democracia e Individualismo.**

IAMAMOTO, Marilda Vilela e Carvalho, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo, 1992.

MATOS, Cândida Margarida. O. **Serviço social e engajamento: a prática política dos assistentes sociais.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2010.

MATOS, Cândida Margarida. O. **Práticas Políticas e Profissionais no Exercício do Serviço Social.** In: TOMO, Revista do Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, n. 15 jul./dez., 2009.

NONJON, M. **Professionnels de la participation : savoir gérer son image militante,** *Politix* 2005/2, n° 70, p. 89-112.

OLIVEIRA, Wilson José F. **Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil.** Rio de Janeiro, Dados, 2008.

OLIVEIRA, Wilson José F. Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: Estudos Recentes**. Porto Alegre; Edufrgs, 2008, v.1, p. 103-128.

PETRARCA, F. R. **“O Jornalismo Como Profissão”: Recursos Sociais, Titulação Acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETRARCA, F. R. **A Luta Contra a Aids: Uma Causa, Múltiplos Saberes**. In: Repocs, v.12, n.23, jan/jun. 2015, p. 91-114.

PETRARCA, F. R. **Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul**. In: *Teoria e Sociedade*. Minas Gerais: UFMG, 2007. v. 1, p. 94-119.

PETRARCA, F. R. **Carreira Militante, Inserção Profissional e Exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul**. In: *Política e Sociedade*. Santa Catarina: UFSC, 2008, v. 7, p. 311-329.

RODRIGUES, M. L. Definição do campo ou a Procura de um Modelo. **Sociologia das Profissões**. Portugal, Celta, 2002, p. 7-34.

SANTOS, Eliane Marcos, GONÇALVES, M^a Conceição V., CRUZ, M^a Elisa da. “História do Curso de Serviço Social” in **UFS: História dos Cursos de Graduação**. Org. Maria Stella Tavares Rollemberg e Lenalda Andrade dos Santos. São Cristovão, 1999.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

APÊNDICE I: ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

BLOCO A: Dados Iniciais

V. 1: Nome: _____

V.2: Idade: _____

V.3: Cidade em que nasceu: _____

V.4: Sexo: [____]

0- Feminino

1- Masculino

99- NR

V. 5. Estado civil: [____]

1. Casado

2. Solteiro

3. Separado ou divorciado

4. Viúvo

99. NR

BLOCO B: Origens Sociais

V. 6. Qual a profissão dos seguintes ascendentes? (especificar ao máximo, evitando categorias genéricas, como, por exemplo, “militar”, “comerciante”, “funcionário público”, “professor”)

Pai	
Mãe	
Avô Materno	
Avó Materna	
Avô Paterno	
Avó Paterna	

V.7. Qual o grau de escolarização dos seguintes ascendentes?

Pai	
Mãe	
Avô Materno	
Avó Materna	
Avô Paterno	
Avó Paterna	

V.8. - O pai participava de alguma entidade ou associação? [____]

- 0. Não
- 1. Sim

88. NS

99. NR

V.9. - Se sim. De que tipo? [____]

- 1. Associações Religiosas
- 2. Partidos Políticos
- 3. Associações de Bairro
- 4. Movimentos Sociais
- 5. Sindicato
- 6. Cooperativa
- 7. Mais de um

88. NR

99. NS

Outros. Qual? _____

V.10 - De que forma? [____]

- 1- Simpatizante
- 2- Militante
- 3- Associado

Outros. Qual? _____

V.10. a. Se sim, ocupou algum cargo?

- 0. Não

- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V. 10. b. Se sim, qual? _____

V.11. – A mãe participava alguma de alguma entidade ou associação? [____]

- 0. Não
- 1- Sim
- 88. NS
- 99. NR

V.12. - Se sim. De que tipo? [____]

- 1. Associações Religiosas
- 2. Partidos Políticos
- 3. Associações de Bairro
- 4. Movimentos Sociais
- 5. Sindicatos
- 6. Cooperativas
- 7. Mais de um tipo de participação
- 88. NR
- 99. NS
- Outros. Qual? _____

V.13 - De que forma? [____]

- 1- Simpatizante
- 2- Militante
- 3-Associado
- 88. NR
- 99. NS
- Outros. Qual? _____

V.13. a. Se sim, ocupou algum cargo? []

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS

99. NR

V. 13. b. Se sim, qual? _____

V. 14. Quantos irmãos têm? [____]

V.15. Quantos irmãos concluíram curso superior? [_____]

V.16. Se casado, qual a profissão de seu cônjuge ou
companheiro? _____

BLOCO C: Trajeto Escolar

V. 17. Qual colégio em que concluiu seu 1º. Grau?

V.17.a. Nome _____

V.17.b. Em que ano? _____

V.17.c. Esse colégio era público () ou privado ()?

V.17.d Em que município estava situado? _____

V.17.e. Se privado. [____]

1-Bolsa

2- Recursos Próprios

88. NR

99. NS

V.18. Se bolsa, qual a origem: _____

V.19. Se recursos próprios, qual a origem:

1- Pais

2- Trabalho

Outros. Qual? _____

V.20. Qual colégio em que concluiu seu 2º. Grau

Nome _____

V.20.a. Esse colégio era público () ou privado (___)?

V.20.b. Em que município estava situado? _____

V.21. Se privado. [___]

- 1-Bolsa
- 2- Recursos Próprios
- 88. NS
- 99. NR

V.22. Se bolsa, qual a origem: _____

V.23. Se recursos próprios, qual a origem:

- 1- Pais
- 2- Trabalho
- Outros. Qual? _____

V. 24. Quais cursos de graduação que você concluiu?

Curso	Ano (entrada e conclusão)	Instituição

V.25. Se privado. [___]

- 1-Bolsa
- 2- Recursos Próprios
- 3- 88. NS
- 4- 99. NR

V.26. Se bolsa, qual a origem: _____

V.27. Se recursos próprios, qual a origem:

- 1- Pais
- 2- Trabalho
- Outros. Qual? _____

V. 28. Você realizou vestibular (es) para outro (s) curso (s) além dos acima especificados? [___]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS

99. NR

V.29. Se sim quais?

Curso	Ano	Instituição

V. 30. Você começou algum curso que não foi concluído? [____]

0. Não

1. Sim

88. NS

99. NR

V. 31. Se sim quais?

Curso	Ano	Instituição

V.32. Qual sua titulação mais alta? [____] Se possuir pós-graduação responder a próxima.

1- Graduação

2-Especialização

3-Mestrado

4-Doutorado

5-Pós – doutorado

88. NS

99. NR

V. 33. Se possuir pós-graduação em que área, qual ano de entrada e de conclusão, em que universidade e qual o nível (especialização, mestrado, doutorado)?

Curso	Ano	Instituição	Nível (especialização, mestrado,

			doutorado)
--	--	--	------------

V. 34. Você começou algum tipo de pós-graduação que não foi concluído? Se sim especifique abaixo:

Curso	Ano	Instituição	Nível (especialização, mestrado, doutorado)

V.35. Preciso trabalhar para concluir seus estudos de graduação? [____]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

BLOCO D: Trajeto Profissional

V.36. Que instituição você atua? _____

V.37. Qual cargo você ocupa atualmente? _____

V.38. Desde quando ocupa este cargo? [_____]

V.39. Qual o Tipo de Vínculo: [____]

- 1. Efetivo
- 2. Estagiário
- 3. Confiança
- 4. Comissionado
- 5. Cedido
- 6. Outras. Qual? _____

V.40. Quais os empregos ou atividades profissionais que exerceu anteriormente?
(informe em ordem cronológica)

V.41. Que funções já desempenhou devido a sua formação e que cargos ocupou?

Emprego/ocupação	Instituição	Período	Fatores que contaram para ocupação de cada cargo: 1 (indicação de amigos); 2 (convites de colegas de trabalho); 3 (concurso); 4 (outros)

V.42. Que empregos ou atividades profissionais você desempenha atualmente?

Emprego/ocupação	Instituição	Período	Fatores que contaram para ocupação de cada cargo: 1 (indicação de amigos); 2 (convites de colegas de trabalho); 3 (concurso); 4 (outros)

V. 43. Você faz ou já fez no passado alguma atividade voluntária? [____]

0. Não

1. Sim

88. NS

99. NR

V. 44. Em que tipo de instituição? [____]

1. ONG

2. Instituição Filantrópica

3. Movimento Social

4. Outro: Qual? _____

88. NS

99. NR

V. Você poderia nos dizer como entrou em contato com a causa em que atua (acrescentar a causa a qual dedica-se, como situações de vulnerabilidade social, crianças, adolescentes, idosos, deficientes, homofobia, câncer, negro, etc.). Fizemos uma lista abaixo:

1. Por meio de amigos

2. Através de conhecidos, colegas de trabalho.

3. Por meio da divulgação nos jornais

4. Por meio da participação em outros movimentos sociais

5. Familiares.

6. Outro: Qual? _____

88. NS

99. NR

V. Quem são os membros e quem incitou você a trabalhar na organização.

1. Amigos

2. Conhecidos, colegas de trabalho

3. Participação em outros grupos e movimentos sociais

4. Família

5. Outro: Qual? _____

88. NS

99. NR

V. 45. Seu cargo atual é remunerado: [_____]

0. Não

1. Sim

88. NS

99. NR

V.46. Marque com um “x” dentro dos parênteses abaixo sua renda atual em salários mínimos

1. Até 5: ()
2. De 5 a 10: ()
3. De 10 a 15: ()
4. De 20 a 25: ()
5. De 25 a 30: ()
6. De 30 a 35: ()
7. De 40 a 45: ()
8. De 45 a 50: ()
9. Acima de 50: ()

V.47. Possui casa própria? [_____]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V. 47.a. Se sim, qual a condição abaixo [_____]

- 1. Financiada
- 2. Quitada. Se quitada, desde quando: _____
- 88. NS
- 99. NR

V. 48. Possui carro próprio? [_____]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V. 48.a. Se sim, qual a condição abaixo [____]

- 1. Financiado
- 2. Quitado. Se quitado, desde quando: _____
- 88. NS
- 99. NR

V. 49. Possui outros bens?

BLOCO E. Participação Sindical e Político Partidária

V. 51. Você participa do sindicato ou associação da sua categoria profissional. [____]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V. 51.a. Se sim desde quando? _____

V.51.b. De que forma? [____]

- 1. Simpatizante
- 2. Filiado
- 3. Militante

V. 52. Já teve oportunidade de exercer cargos de direção em sindicatos ou associações profissionais? [____]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V. 52.a. Se sim em que período? _____

V.52.b.Qual o cargo?_____

V.53. Participa de conselhos técnicos?

V. 53.a.Se sim qual? _____

V.53.b.Se sim qual o cargo? _____

V.54. Você participa de algum partido político? [____]

0. Não

1. Sim

88. NS

99. NR

V.54.a.Se Sim, qual? _____

V.54.b. Desde quando? _____

V. 54. C. De que forma? [____]

1. Simpatizante

2. Filiado

3. Militante

V. 55. Participou de movimento estudantil? [____]

0. Não

1. Sim

88. NS

99. NR

V. 55. A. - Se sim, da lista abaixo quais? [____]

1. Grêmio estudantil

2. Centro Acadêmico

3. Diretório Central dos estudantes

V. 55. B. Você ocupava algum cargo nesta instituição? [____]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V. 56. C. Se sim, qual? [____]

- 1. Presidente
- 2. Vice-Presidente
- 3. Secretário
- 4. Tesoureiro
- 5. Outro: qual_____

V. 57. Você já participou de algum outro movimento, ONG, associação, etc.? [____]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V. 57. A- Se sim da lista abaixo quais? [____]

- 1. Ambientalista
- 2. Contra a homofobia
- 3. De apoio a Mulher
- 4. De apoio a criança e o adolescente
- 5. Movimento negro
- 6. De apoio pessoas com câncer
- 7. Aos portadores de necessidades especiais
- 8. Outro. Qual_____
- 88. NS
- 99. NR

V. 57. B- De que forma? [____]

- 1. Voluntário
- 2. Funcionário
- 3. Estagiário
- 4. Outro. Qual_____
- 88. NS
- 99. NR

V.57 C- Dentre os fatores abaixo, qual deles contribuíram para o acesso aos cargos e funções desempenhadas? (coloque dentro das indicações [] abaixo o número

correspondente à função acima desempenhada (Voluntário, Funcionário, Estagiário, outro) e o respectivo fator que pesou. Ex: na função 1 pesou indicações de amigos: a) [1]. Na função 3 pesou concurso: c) [3]

a) indicações de amigos, conhecidos, colegas de trabalho: [] [] [] [] []
b) convites de colegas de trabalho: [] [] [] [] []
c) concurso [] [] [] [] []
d) outros (especificar)

V. 57 D- Em que período? []

1. Atualmente
2. De 1-5 anos atrás
3. De 6-10 anos atrás
4. De 11-15 anos atrás
5. De 16-20 anos atrás
88. NS
99. NR

APÊNDICE II: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Identificação do entrevistado:

- a) Instituição:
- b) Idade:

2- Pontos de vista sobre:

- a) Como você vê o momento atual do Serviço Social, os principais debates, os principais desafios, os confrontos;
- b) Para você o que implica o trabalho assistencialista? O que é ser assistente social?
- c) O que o levou a escolher o Serviço Social?
- d) Como você vê o papel do assistente social na sociedade? Você se vê como um difusor da informação e dos direitos, um mediador dos problemas sociais, um intérprete das questões sociais, um fiscal do governo, um defensor dos sem-voz, da população?
- e) Considera necessária a formação acadêmica em Serviço Social para exercer essa atividade? Por quê? Em que sentido ela se faz útil ou não?
- f) O que você pensa sobre a atuação do Conselho Federal de Serviço Social?
- g) Como você vê a estrutura e o funcionamento do CRAS? (Isto envolve: estrutura física, funcionamento, recursos humanos, atividades);
- h) Para você, qual o objetivo maior da Política Nacional de Assistência Social? (Concretização dos direitos);
- i) Ocorreu uma transição do campo da “ajuda” para o campo da “cidadania e dos direitos”. Como você vê esta transição em termos práticos?

3- Origens sociais:

- a) Qual a formação escolar do pai e da mãe (1º grau, 2º grau); Em que período? Qual o município? Qual era a idade deles no momento dessa formação?

- b) Qual era a formação universitária (graduação, pós-graduação). Em que período? Qual o município? Qual era a idade no ingresso e na formação?
- c) Em que escolas concluíram a formação escolar e universitária (pública, privada). Se privada com recursos próprios ou com bolsa. Precisaram trabalhar para concluir a formação?
- d) Em que trabalham o pai e a mãe?
- e) O pai e a mãe participavam ou participam de alguma entidade, associação ou grupo, seja ela religiosa, política ou sindical? Se sim, de que forma (simpatizante, militante);
- f) Tem irmãos? Quantos e quais são suas formações? E em que escolas fizeram tal formação? Qual é a idade?

4- Trajeto Escolar:

- a) Formação primária onde concluiu (escola pública ou privada) e com que idade? Se privada, com recursos próprios ou bolsa? Em que município?
- b) Formação secundária onde concluiu (escola pública ou privada) e com que idade? Se privada, com recursos próprios ou bolsa? Em que município?
- c) Formação universitária onde concluiu (esfera pública ou privada) e com que idade? Se privada, com recursos próprios ou bolsa? Em que município? Com que idade ingressou e com que idade concluiu?
- d) Fez vestibular para outros cursos? Se sim quais e em que universidades?
- e) Ingressou em algum outro curso? Se sim, qual?
- f) Concluiu algum outro curso de graduação? Se sim, qual?
- g) Precisou trabalhar para concluir a formação escolar e universitária? Se sim, em que trabalhou?
- h) Tem pós-graduação: se sim em que área, qual o nível e em que universidade? Em que período entrou e concluiu?

5- Trajeto profissional:

- a) Que empregos já teve?
- b) Como foi o processo de ingresso na carreira de assistente social? Quando e como foi?

- c) Que funções já desempenhou no Serviço Social? E como chegou até elas?
- d) Que atividades assistencialistas exerce atualmente?
- e) Participa do Sindicato? Se sim, de que forma e desde quando? Se não, por quê?
- f) Participa de alguma associação ou grupos específicos do Serviço Social? Se sim, como, de que forma e desde quando?
- g) Participou de alguma discussão, debate, seminário a respeito da regulamentação da profissão ou do Conselho Federal de Serviço Social? Se sim, como foi a participação e do que se tratava?

6- Inserções:

- a) Participou de movimento estudantil, ou atividades em grêmios estudantis, centros acadêmicos? Se sim, quando e como ocorreu tal participação? O que levou até ela? Como se enquadrava, como simpatizante, militante?
- b) Participa de partidos políticos? Se sim, desde quando, qual e como ocorreu a participação? O que o levou a tal participação? Como se enquadra, como simpatizante, militante?
- c) Participa ou já participou de grupos religiosos ou filosóficos? Se sim, como era essa participação (simpatizante, militante)? O que fazia nesses grupos e o que levou até isso?
- d) Participa de movimentos sociais ou grupos destinados a resolução de problemas sociais, tais como grupos que trata a questão da violência doméstica, trabalho infantil, da questão dos direitos da criança e do adolescente, e dos idosos, dentre outras questões, que perpassam o universo social? Se sim, quando e como ocorreu tal participação? O que o levou até isso e como se enquadra, como simpatizante ou militante?

APÊNDICE III: ROTEIRO DE CRAS VISITADOS EM ARACAJU**CRAS Jardim Esperança (1º Distrito)**

Praça Pedro Diniz, S/N Conjunto Jardim Esperança

Fone: 3179 – 1438

CRAS Antônio Valença Rollemberg (1º Distrito)

Rua Antônio Fontes Pitanga, 1225 - Farolândia

Fone: 3179-3067

CRAS Benjamim Alves Carvalho (1º Distrito)

Rua Josué de Carvalho Cunha, 900 - Coroa do Meio

Fone: 3179-3349

CRAS Santa Maria (1º Distrito)

Av. Principal, 2577 - Santa Maria

Fone: 3179-3065

CRAS Madre Tereza de Calcutá (2º Distrito)

Rua D, S/N Largo da Aparecida

Fone: 3179-1677

CRAS Enedina Bonfim (3º Distrito)

Rua D, 76 Conjunto Maria do Carmo I - Bairro América

Fone: 3179-1679

CRAS Porto D'Antas (4º Distrito)

Rua Maria das Dores, 119 - Porto D'Antas

Fone: 3179 – 3472

CRAS Risoleta Neves (4º Distrito)

Rua Nossa Senhora da Glória, 35 - Sanatório

Fone: 3179-3475

CRAS Pedro Averan (4º Distrito)

Rua Marcelino Procopio da Silva, S/N – Manoel Preto

Fone: 3179-3469

CRAS Coqueiral (4º Distrito)

Av. Euclides Figueiredo, 2436 - Coqueiral

Fone: 3215-2718

CRAS Carlos Hadman Cortês (5º Distrito)

Av. Carlos Marques, S/N - Soledade

Fone: 3179-2819

CRAS João de Oliveira Sobral (5º Distrito)

Rua Senhor do Bomfim, S/N – Santos Dumont

Fone: 3179-2817

CRAS Terezinha Meira (5º Distrito)

Rua João Ferreira Lima, 125 - Bairro Veneza I

Fone: 3179-3239

CRAS Dr. Carlos Fernandes de Melo (5º Distrito)

Av. Paulo Figueiredo, S/N - Lamarão

Fone: 3179-2818

CRAS Prof. Gonçalo Rollemberg Leite (5º Distrito)

Rua Alagoas, 2051 – José Conrado de Araújo

Fone: 3179-2242

APÊNDICE IV: LISTA DAS ENTREVISTAS

A) Organização das entrevistas realizadas por: sexo, idade, cidade em que nasceu, estado civil, posição ocupada no Serviço Social e data de realização da entrevista.

Entrevista 01: feminino, 29 anos, nasceu em Itabaiana, solteira, assistente social de um CRAS e de um CAPS de Aracaju, 12 de novembro de 2015.

Entrevista 02: feminino, 39 anos, nasceu em Aracaju, casada, assistente social de um CRAS de Aracaju, 13 de novembro de 2015.

Entrevista 03: feminino, 51 anos, nasceu em Aracaju, casada, assistente social de um CRAS de Aracaju, 25 de novembro de 2015.

Entrevista 04: feminino, 29 anos, nasceu em Aracaju, solteira, assistente social de um CRAS de Aracaju, 25 de novembro de 2015.

Entrevista 05: feminino, 30 anos, nasceu em Aracaju, casada, assistente social de um CRAS de Aracaju, 30 de novembro de 2015.

Entrevista 06: feminino, 29 anos, nasceu em Riachão do Jacuípe – BA, solteira, assistente social de um CRAS de Aracaju e professora, 03 de dezembro de 2015.

APÊNDICE V: TABELAS

1. Tabela I: Idade, Cidade em que nasceu, Sexo, Estado Civil

Assistente Social	Idade	Cidade	Sexo	Est. Civil
A. S. 1	31	Aracaju	feminino	solteira
A. S. 2	41	Aracaju	feminino	casada
A. S. 3	32	Paulo Afonso - BA	feminino	casada
A. S. 4	57	N. S. das Dores - SE	feminino	casada
A. S. 5	27	Aracaju	feminino	casada
A. S. 6	30	Aracaju	feminino	solteira
A. S. 7	30	Aracaju	feminino	solteira
A. S. 8	29	Aracaju	feminino	solteira
A. S. 9	31	Aracaju	feminino	divorciada
A. S. 10	45	Aracaju	feminino	casada
A. S. 11	31	Aracaju	feminino	casada
A. S. 12	29	Paulo Afonso – BA	feminino	solteira
A. S. 13	31	Paulo Afonso – BA	feminino	solteira
A. S. 4	34	Aracaju	feminino	casada
A. S. 15	30	Aracaju	feminino	casada
A. S. 16	36	Aracaju	feminino	casada
A. S. 17	39	Aracaju	feminino	solteira
A. S. 18	31	Aracaju	feminino	casada
A. S. 19	51	Aracaju	feminino	casada
A. S. 20	39	Aracaju	feminino	casada
A. S. 21	31	Aracaju	feminino	solteira
A. S. 22	33	Aracaju	feminino	casada

A. S. 23	28	Estância - SE	feminino	casada
A. S. 24	39	Paulo Afonso – BA	feminino	divorciada
A. S. 25	29	Aracaju	feminino	casada
A. S. 26	29	Itabaiana - SE	feminino	solteira
A. S. 27	39	Aracaju	feminino	casada
A. S. 28	50	Aracaju	feminino	casada
A. S. 29	28	Aracaju	feminino	solteira
A. S. 30	30	Aracaju	feminino	casada
A. S. 31	29	Riachão do Jacuípe - BA	feminino	solteira
A. S. 32	34	Paulo Afonso – BA	masculino	solteiro
A. S. 33	X	X	X	X

2. Tabela II: Profissão do Pai

Comerciante	03
Agricultor	02
Contador	02
Mecânico	02
Bancário	02
Representante Comercial	01
Caminhoneiro	01
Industriário	01
Funcionário Público	02
Assistente Administrativo	03
Topógrafo	01
Técnico Agrícola	01
Gerente de Manutenção	01

Taxista	01
Ferreiro e Serralheiro	01
Sargento	01
Policia! Militar	01
Autônomo	01
Micro-empendedor	01
Técnico de Estradas	01
Não informou	04
Total	33

3. Tabela III: Formação Escolar do Pai

Primário Incompleto	03
Primeiro Grau Incompleto	09
Segundo Grau Incompleto	03
Segundo Grau Completo	12
Curso Superior	03
Curso Superior Incompleto	01
Não Informou	02
Total	33

4. Tabela IV: Profissão da Mãe

Dona de Casa	15
Professora	06
Pedagoga	02
Auxiliar de Enfermagem	01
Auxiliar de Cozinha	01
Auxiliar Administrativo	03

Funcionária Pública	01
Doméstica	01
Não informou	03
Total	33

5. Tabela V: Formação Escolar da Mãe

Primário Incompleto	04
Primeiro Grau Incompleto	08
Segundo Grau Incompleto	05
Segundo Grau Completo	08
Curso Superior	06
Curso Superior Incompleto	01
Não Informou	01
Total	33

6. Tabela VI: Formação Superior

Curso	Ano (entrada e conclusão)	Instituição
Serviço Social 01	1999 - 2003	UNIT
Serviço Social 02	2005 - 2009	UNIT
Serviço Social 03	2004 – 2009	UFS
Serviço Social 04	2003 – 2009	UFS
Serviço Social 05	1999 – 2003	UFS
Serviço Social 06	2005 – 2010	UFS
Serviço Social 07	2003 – 2008	UNIT
Serviço Social 08	2004 - 2009	UFS
Serviço Social 09	2004 – 2007	UNIT
Serviço Social 10	2002 – 2006	UFS

Serviço Social 11	1983 – 1986	UFS
Serviço Social 12	2000 – 2005	UNIT
Serviço Social 13	2008	UNIT
Serviço Social 14	2000 – 2007	UFS
Serviço Social 15	2004 – 2007	UNIT
Serviço Social 16	2005 – 2010	UFS
Serviço Social 17	2006	UFS
Serviço Social 18	2005 – 2009	UNIT
Serviço Social 19	2002 – 2006	UFS
Serviço Social 20	1998 – 2002	UFS
Serviço Social 21	2006 – 2009	UNIT
Serviço Social 22	2002 – 2008	UFS
Serviço Social 23	1994 – 1999	UFS
Serviço Social 24	2003 – 2008	UFS
Serviço Social 25	1976 – 1980	UFS
Serviço Social 26	1999 – 2004	UFS
Serviço Social 27	X	X
Serviço Social 28	2004 – 2009	UFS
Serviço Social 29	1996 – 2003	UFS/UEPB
Serviço Social 30	1986 – 1988	UFS
Serviço Social 31	2005 – 2009	UFS
Serviço Social 32	2005 – 2010	UFS
Serviço Social 33	2007 – 2011	UNOPAR
Total	33	

7. Tabela VII: Militância Estudantil

Grêmio Estudantil	00
Centro Acadêmico	02
Diretório Central dos Estudantes	00

Nenhuma	27
Não Informou	04
Total	33

8. Tabela VIII: Participação Sindical ou Associativa da sua Categoria Profissional

Simpatizante	01
Filiado	09
Militante	00
Sem Vínculos	20
Não Informou	03
Total	33

9. Tabela IX: Participação em Movimentos Sociais, Associações e ONG

Participou	05
Não Participou	26
Não Informou	02
Total	33

10. Tabela X: Participação Voluntária

ONG	03
Instituição Filantrópica	00
Movimento Social	01
Pastoral da Criança	01
Igreja	03
CRESS	01
HUSE	01
Não Participou	22
Não Respondeu	01
Total	33

11. Tabela XI: Inserção Político Partidária

Possui	01
Não Teve	21
Não Respondeu	11
Total	33

12. Tabela XII: Renda Atual em Salários Mínimos

Até 05	20
De 05 a 10	10
De 10 a 15	00
De 20 a 25	00
Não respondeu	03
Total	33

ANEXO I: INFORMATIVO DE VINCULAÇÃO**ESTADO DE SERGIPE****PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social

Coordenação da Proteção Social Básica

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

INFORMATIVO DE VINCULAÇÃO

CRAS _____

Faixa Etária: _____ Turno: _____

Usuário: _____

NIS do Usuário: _____ Raça / Cor: _____

Data de Nascimento: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Naturalidade (UF): _____ Município: _____

Escola: _____

Série: _____

Mãe do Usuário: _____

Responsável Legal pela Família: _____

CPF: _____ NIS: _____

Endereço: _____

Situação Prioritária:

- () Não está em situação prioritária;
- () Em situação de isolamento;
- () Trabalho infantil;
- () Vivência de violência e, ou negligência;
- () Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2(dois) anos;
- () Em situação de acolhimento;
- () Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- () Egressos de medidas socioeducativas;
- () Situação de abuso e / ou exploração sexual;
- () Com medidas de proteção de Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- () Criança e Adolescente em situação de rua;
- () Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Aracaju, _____ de _____ de _____

Assinatura do Técnico

ANEXO II: INFORMATIVO DE DESVINCULAÇÃO**ESTADO DE SERGIPE****PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social

Coordenação da Proteção Social Básica

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

INFORMATIVO DE DESVINCULAÇÃO

CRAS _____

Faixa Etária: _____ Turno: _____

Usuário: _____

NIS do Usuário: _____

Responsável pelo Usuário: _____

CPF: _____ NIS: _____

Motivo da Desvinculação:☐ Mudança de Município;☐ Falecimento;☐ Solicitação de desvinculação por parte do usuário;☐ Fora das faixas etárias atendidas pelo SCFV.

Encaminhamento:

() Não () Sim

() Encaminhado ao CRAS vinculado ao grupo;

() Encaminhado a outro CRAS; Qual? _____

() Encaminhado ao CREAS.

Aracaju, _____ de _____ de _____

Assinatura do Técnico